

ANO 20 | Nº 15

NOVEMBRO DE 2025

ISSN 1981-2418

**DIÁ
LO
GOS**

**A PSICOLOGIA
FRENTE AOS DESAFIOS
DO SÉCULO XXI**

Sumário

EDITORIAL	2
EXPEDIENTE	3
Atuação da Psicologia em Emergências e Desastres Ambientais e Sociais	14
Trabalho em metamorfose: desafios e contribuições da Psicologia frente às novas configurações laborais do século XXI	58
Reverberações do Desenvolvimento Digital na Prática Psicológica	68
<i>Diálogos: 20 Anos de Conexões e Reflexões na Psicologia Brasileira</i>	86



4

Crise climática e saúde mental: ecoansiedade e outras repercussões

24

Justiça Ambiental: Impactos Psicossociais das Desigualdades



32

Psicologia e Migração: Estratégias de Intervenção para um Campo Emergente

42

Psicologia e Políticas Públicas: Influenciando Decisões para um Futuro Sustentável



50

Movimentos Antidemocráticos e Discursos de ódio: Efeitos dos Extremismos nas Relações Sociais

76

Inteligência Artificial: Reflexões Éticas Necessárias



Versão *on-line* no site:
www.cfp.org.br

Distribuição gratuita às (aos) psicólogas (os)
inscritas (os) nos Conselhos Regionais de
Psicologia



A edição nº 15 da Revista Diálogos chega com um convite provocador: refletir, sentir e agir frente aos desafios que moldam o presente e o futuro da Psicologia enquanto ciência e profissão. Comemorando 20 anos de trajetória, a publicação renova sua identidade visual, amplia sua presença digital e se reafirma como espaço de escuta ativa e pensamento crítico propondo novas formas de interagir com os temas mais pulsantes da contemporaneidade.

Estamos diante de um mundo em constante ebulição: mudanças climáticas que agravam crises humanitárias, deslocamentos forçados de pessoas em busca de dignidade, vínculos sociais abalados por extremismos, e novas formas de trabalho e tecnologia que exigem revisões profundas nas práticas profissionais. Nesse cenário, a Psicologia é chamada a ocupar seu lugar — como ciência comprometida com a ética, os direitos humanos e a vida em todas as suas dimensões.

Nesta edição, reunimos reportagens que mapeiam esse cenário complexo e multifacetado. A começar pelo impacto direto da crise climática na saúde mental, evidenciado pela ecoansiedade e outras formas de sofrimento psicossocial. A Psicologia é chamada a atuar tanto na escuta

clínica quanto na articulação comunitária e intersetorial, colaborando com estratégias de resistência e enfrentamento coletivo diante de um planeta em alerta.

A atuação em contextos de emergências e desastres também ganha voz com relatos tocantes de profissionais que estiveram nas linhas de frente de tragédias nacionais. Suas experiências mostram o valor de práticas construídas com sensibilidade, cuidado e fortalecimento de vínculos comunitários — antes, durante e depois das catástrofes.

Os impactos das desigualdades ambientais sobre populações historicamente marginalizadas também são discutidos. A Psicologia é provocada a reconhecer os efeitos do racismo ambiental e a contribuir com práticas que articulem cuidado, justiça social e pertencimento territorial, atuando em defesa de um bem viver coletivo e sustentável.

Quando o debate se desloca para os fluxos migratórios, surgem análises sobre os desafios da migração forçada e os impactos subjetivos das rupturas provocadas por guerras, desastres e fome. A escuta qualificada e a construção de redes de apoio tornam-se instrumentos fundamentais para acolher trajetórias de vida atravessadas por perdas e recomeços.

Na intersecção com as políticas públicas trazemos análises sobre como a Psicologia pode incidir em agendas governamentais, contribuindo com estratégias de enfrentamento à crise climática, à insegurança alimentar e aos sofrimentos emergentes nos territórios. Uma abordagem que busca evidenciar o papel ativo da Psicologia na formulação e na defesa de ações inclusivas, sustentáveis e socialmente comprometidas.

Outro tema pulsante é o avanço dos discursos de ódio e a polarização política que tem desgastado laços afetivos e democráticos. A Psicologia, mais uma vez, é convocada, em seu posicionamento ético, a promover escuta ampliada, espaços de diálogo, reconstrução de vínculos e resistência à desinformação.

No mundo do trabalho, os efeitos da plataformação e da precarização são analisados sob a ótica da ciência psicológica. A categoria é desafiada a propor novos olhares e práticas que garantam saúde, dignidade e justiça no exercício laboral, frente a transformações estruturais profundas.

As reverberações digitais na prática profissional ganham destaque na adesão crescente ao atendimento remoto, no uso de plataformas e das redes sociais e nas barreiras de acesso impostas pela exclusão digital que exigem atualização constante e reflexão crítica sobre ética, sigilo, acessibilidade e exclusão digital.

A edição mergulha ainda nas provocações trazidas pela inteligência artificial, convidando a Psicologia a refletir sobre os impactos éticos, sociais e subjetivos do avanço tecnológico. Como preservar o humano em meio a algoritmos que reproduzem desigualdades e automatizam relações?

E, celebrando 20 anos de existência, a Diálogos se reencontra com sua própria história — um projeto que sempre se colocou na vanguarda, acolhendo vozes plurais e temas urgentes. Essa edição reafirma o compromisso da revista com a valorização da prática profissional, com a produção de conhecimento crítico e com a construção de uma Psicologia conectada à realidade brasileira, em toda a sua diversidade.

Ao trazer uma reflexão atenta sobre os desafios do século XXI, esta edição convida a categoria a seguir em movimento: informada, crítica e mobilizada. Em cada página, reafirmamos a Psicologia como prática ética e transformadora — uma ciência viva, enraizada na realidade e atenta às potências que emergem do encontro com o outro.

Boa leitura! ●



Editora responsável

Juliana de Barros Guimarães

Comissão editorial nacional

Daiane Rose Cunha Bentivi
Dan Pinheiro Montenegro
Filipe Degani Carneiro
Giovana Barbieri Galeano
Rosana Mendes Éleres de Figueiredo

Comissão editorial regional

Alfredo Assunção Matos (Sudeste)
Fernanda Cristine dos Santos Bengio (Norte)
Maria Carolina da Silveira Moesch (Sul)
Maria Zelfa de Souza Feitosa
Oliveira (Nordeste)
Vanessa Silva de Souza (Centro-Oeste)

Equipe de jornalismo

Flávia Azevedo DRT 7150/DF
(jornalista responsável)

Apoio

Marcela Andrade e Raphael Gomes

Revisão

Gm Editorial Ltda. e Marília Mundim

Projeto gráfico e diagramação

Tatiany Fonseca

Impressão

Quality Gráfica e Editora

Setor de Administração Federal
Sul (SAF/Sul), Quadra 2, Lote 2,
Edifício Via Office, sala 104,
CEP 70.070-600 - Brasília/DF

Crise climática e saúde mental: ecoansiedade e outras repercussões

Impactos do desequilíbrio ambiental exigem da Psicologia respostas urgentes para o cuidado às pessoas e coletividades

A intensificação dos desastres climáticos nas mais diversas partes do globo vem não só desafiando governos e populações, como também tornando cada vez mais perceptíveis os incansáveis alertas de cientistas que há décadas estudam o clima. A Terra está em rota acelerada para um desastre climático irreversível, como aponta, por exemplo, no *Relatório sobre o estado do clima de 2024: Tempos perigosos no planeta Terra*, publicado em dezembro de 2024 na revista *BioScience*. O documento alerta para o aumento exponencial de eventos extremos – secas prolongadas, incêndios florestais, inundações catastróficas e ondas de calor recordes – que não apenas comprometem ecossistemas e meios de subsistência, mas também afetam profundamente a saúde física e mental das populações.

À medida que a crise climática se agrava, crescem também os impactos psicossociais. A Psicologia, enquanto ciência e profissão, possui um papel fundamental nesse cenário, não apenas no entendimento desses impactos, mas também na formulação e na atuação em estratégias coletivas de enfrentamento, junto a outras áreas do conhecimento, bem como entes do Poder Público e da Sociedade Civil organizada.

Os impactos psicossociais da crise climática se manifestam tanto em nível individual quanto coletivo. Do ponto de vista individual, por exemplo, pode contribuir para o aumento da ansiedade e da depressão com desdobramentos importantes no desenvolvimento da saúde mental, fenômeno conhecido como

ecoansiedade. Contudo, é na dimensão coletiva, principalmente nas comunidades que enfrentam desigualdades socioeconômicas, possuem pouca infraestrutura e sofrem de maneira mais aguda com a ausência ou fragilidade de políticas públicas, que os impactos se manifestam de maneira mais devastadora.

Diante desses desafios, é urgente refletir sobre estratégias de resistência e enfrentamento, bem como sobre a importância de políticas públicas que considerem os impactos psicossociais da crise climática a partir de um entendimento mais crítico sobre o fenômeno. Assim, cabem diversas reflexões sobre como a Psicologia pode atuar na mitigação desses sofrimentos e, acima de tudo, cabe o questionamento sobre como transformar esses desafios em ação coletiva. Essas e tantas outras questões emergem e demandam a atenção de profissionais da Psicologia, gestores públicos e da sociedade como um todo.

Para refletir um pouco sobre o tema na perspectiva da Psicologia, a **Diálogos** ouviu a psicóloga Alessandra Almeida, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia, mestra em Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, especialista em Psicologia de Trânsito, em Saúde Coletiva e cursando especialização em Gestão de Emergências e Desastres; e a psicóloga Maria Inês Higuchi, doutora em Antropologia Social, atual coordenadora do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e docente de Pós-Graduação em Sustentabilidade Ambiental na Universidade Federal do Amazonas.



ALESSANDRA ALMEIDA

Especialista em Psicologia de Trânsito. Especialista em Saúde Coletiva. Formação em Psicologia Social – grupos operativos de Enrique Pichon Rivière. Militante do Movimento Feminista Negro (BA). Trabalha com avaliação psicológica para obtenção de CNH e UFBA/ PRODEP Mestra PPG NEIM/UFBA – saúde mental de mulheres negras. Ex-presidenta CRP-03, membro do GT de Gênero e Psicologia, COMREG CRP-03. Presidenta do Conselho Federal de Psicologia. Mãe, taurina, mulher preta, psicóloga feminista.



Afinal, o que é ecoansiedade e quais impactos ela traz?

Em 2017, a American Psychology Association (APA) apresentou pela primeira vez o termo ecoansiedade para descrever o fenômeno psicológico causado pela percepção do colapso ambiental. Pessoas que vivenciam essa condição relatam sentimentos como angústia, medo, incerteza e um profundo senso de impotência diante das mudanças irreversíveis do planeta, mesmo que ainda não tenham sido diretamente atingidas por eventos climáticos extremos. O termo ganhou maior reconhecimento ao ser incluído no *Dicionário Oxford* em 2021.

No relatório *Climate Change's Toll on Mental Health* (2018)¹, a APA descreve a ecoansiedade como um conjunto de emoções desagradáveis, afirmando que “alterações graduais e de longo prazo no clima também podem trazer à tona uma série de emoções diferentes, incluindo medo, raiva, sentimentos de impotência

ou exaustão”. Esses sentimentos são mais frequentemente identificados entre os jovens, que cada vez mais demonstram dificuldades em lidar com um futuro incerto e ameaçador. As manifestações de ativistas como Greta Thunberg, da Suécia, e Vanessa Nakate, de Uganda, que canalizaram essa angústia em mobilização política, exemplificam como as novas gerações estão emocionalmente impactadas pelas mudanças climáticas.

Alguns pesquisadores, como a psicóloga climática, estrategista ambiental e cientista social Renee Lertzman² e a psiquiatra infantojuvenil e pesquisadora clínica Laelia Benoit³, sugerem um paralelo entre a ecoansiedade e os sentimentos vividos pela geração *baby boomer* durante a Guerra Fria, quando o temor de uma destruição nuclear pairava sobre a sociedade. No entanto, a psicóloga clínica Jasmine Kieft, vinculada à *Climate Justice Union* da Austrália Ocidental, em seu artigo *The Responsibility of Communicating Difficult Truths About Climate-Influenced Societal Disruption and Collapse: An Introduction*

to *Psychological Research*⁴ publicado em 2021, argumenta que apesar dos impactos emocionais mais agudos, as mudanças climáticas fazem parte da experiência humana e carregam um forte elemento de adaptação ao longo das épocas.

Além da ecoansiedade, outros termos surgiram para descrever os sentimentos relacionados à degradação ambiental. Maria Inês Higuchi lembra que, já em 2005, foi cunhado o neologismo “solastalgia”, derivado de “nostalgia”, pelo filósofo ambientalista australiano Glenn Albrecht. A solastalgia descreve a angústia existencial causada pelo sofrimento com o colapso ambiental, como uma saudade vivida no presente. “Em resumo, a solastalgia é uma forma de nostalgia da casa que se sente quando ainda se está em casa”, escreveu Albrecht e seus colaboradores no artigo *Solastalgia: the distress caused by environmental change*, publicado em 2007 na *Australas Psychiatry*⁵.

A percepção crescente da catástrofe climática e seus impactos na vida cotidiana intensificam esse tipo de sofrimento. Maria Inês Higuchi avalia que a atual cobertura midiática contribui para a construção desse sentimento. “Todos esses eventos que temos presenciado recentemente no Brasil colocam as pessoas em alerta, em situação de urgência, embora uma parte significativa da população ainda não acredite nesse colapso ambiental”, reflete a psicóloga.

Ela ressalta que a reprodução constante de notícias alarmantes pode amplificar o imobilismo social: “As manchetes que afirmam que a crise climática já está no nosso quintal e os eventos extremos, como enchentes e secas, acabam reforçando um estado de urgência e alerta. No entanto, quando esse sentimento se propaga de forma descontrolada, pode alimentar um ciclo de desesperança e passividade”. Para ela, a ecoansiedade pode estar sendo “homeopaticamente



alimentada” pela forma como a mídia apresenta as incertezas ambientais. “Por exemplo, quando pessoas jovens manifestam dúvidas sobre constituir família, citando o caos ambiental como justificativa, já vemos essa situação sendo trazida muito perto da gente, às vezes de forma sutil, mas muito presente”, pontua.

A psicóloga Alessandra Almeida também enfatiza o impacto da mídia na construção desse estado de angústia, que, em muitos casos, surge do sentimento de solidariedade e de empatia com o sofrimento alheio. “O que aconteceu no Rio Grande do Sul, por exemplo, foi hipertelevisado e gerou uma comoção generalizada, que extrapolou os limites territoriais da tragédia. As pessoas ficaram profundamente tocadas pela realidade de outros seres humanos em um contexto de extrema vulnerabilidade”, reflete.

Apesar de reconhecer a relevância do conceito de ecoansiedade, Alessandra Almeida faz uma crítica à sua importação acrítica e ao risco de ele desviar a atenção do cerne da questão climática. “O termo traz um debate interessante, mas precisamos ter cuidado para não reduzir a crise climática a um fenômeno meramente psicológico, desconsiderando que ela é, acima de tudo, uma questão social e política. Sob o sistema neoliberal, as mudanças climáticas são experimentadas de maneira muito diferente por diversas populações”, alerta.



MARIA INÊS HIGUCHI

Psicóloga pela PUC/PR, Mestre em Ecologia Humana pela Michigan State University–EUA, Doutora em Antropologia Social pela Brunel University – UK; membro da ANPEPP – GT Ambiental. Pesquisadora de Produtividade do CNPq. Líder do Laboratório de Psicologia de Educação Ambiental do INPA e membro do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Atuação em pesquisas relacionadas à relação pessoa-ambiente, percepção ambiental, conexão com a natureza, educação ambiental e formação de professores.

¹ Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8122895/#:~:text=Climate%20change%2Drelated%20events%20were,illness%2C%20and%20heightened%20suicide%20rates>. Acesso em: 02 jul. 2025.

² Disponível em: <https://www.sctimes.com/story/news/local/minnesota/2019/04/21/climate-grief-takes-toll-younger-generations-baby-boomers-millennials/3518994002/> e <https://reneeertzman.com/>. Acesso em: 31 jul. 2025.

³ Disponível em: [https://www.jaacap.org/article/S0890-8567\(21\)02034-7/abstract](https://www.jaacap.org/article/S0890-8567(21)02034-7/abstract). Acesso em: 31 jul. 2025.

⁴ Disponível em: <https://ojs.aut.ac.nz/ata/article/view/188>. Acesso em: 31 jul. 2025.

⁵ Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18027145/>. Acesso em: 31 jul. 2025.



Almeida ressalta o impacto econômico e social que acompanha a crise climática, especialmente para famílias que dependem da agricultura e veem suas colheitas ameaçadas por eventos extremos. “Temos impactos concretos na vida das pessoas, como insegurança alimentar e desemprego. Isso gera problemas emocionais e psicológicos, mas não podemos patologizar algo que tem raízes sociais e estruturais. O maior risco que enfrentamos é reforçar a sensação de impotência, levando à medicalização ou hipermedicalização da sociedade – um fenômeno que tentamos combater, mas que pode ser alimentado pela forma como abordamos esse sofrimento”, argumenta.

De maneira similar, Maria Inês Higuchi destaca que os eventos climáticos extremos não apenas afetam a saúde mental, mas também desestabilizam economias e sobrecarregam serviços públicos. “A mudança climática pode levar à perda de empregos e renda, impactar a economia e pressionar os serviços de saúde, tanto na demanda individual por atendimento psicológico, quanto na capacidade de resposta dos governos”, pontua. “Além das perdas

humanas, há impactos no funcionamento das cidades, na governança pública e, até, na segurança local e global”.

Embora a ecoansiedade esteja se tornando cada vez mais presente na vida das pessoas, ambas as entrevistadas fazem um paralelo crítico entre o sofrimento emocional e os impactos diretos dos desastres climáticos nas populações mais vulneráveis. Para elas, mais do que nomear um fenômeno psicológico, é necessário olhar para as condições estruturais que perpetuam as desigualdades ambientais e buscar alternativas de enfrentamento coletivas, e não apenas individuais.

O papel da Psicologia no enfrentamento à crise climática

A Psicologia tem um papel essencial na compreensão dos impactos psicossociais da crise climática e no desenvolvimento de estratégias para mitigar seus efeitos na saúde mental das populações. Embora o campo da Psicologia Ambiental tenha se consolidado nas últimas décadas, o estudo sobre como as mudanças climáticas influenciam o comportamento humano e o bem-estar psicológico ainda é relativamente novo.

Para Maria Inês Higuchi, esse cenário representa um chamamento urgente para a Psicologia, que precisa reconhecer a interdependência entre o ser humano e seu ambiente. “A ciência que trata do comportamento humano relutou em reconhecer o ambiente como dimensão do ser psicológico”, explica. “Então, apesar de ter sido por muito tempo relegado a um plano secundário na Psicologia, o meio ambiente é inevitavelmente uma dimensão psicossocial. Nós, como humanos, só nos constituímos como tal se estivermos inseridos no ambiente. Nós o influenciemos e o modificamos, mas também somos diretamente impactados por ele”.

A atual crise representa um novo marco pelo fato de se tratar, segundo

Higuchi, de uma crise “essencialmente antrópica, ou seja, provocada pelas atividades humanas. Isso colocou toda a sociedade em alerta e atingiu a Psicologia de modo especial, pois esta se ocupa do comportamento humano”, afirma. Diante desse contexto, Higuchi reforça que a Psicologia não pode se limitar ao atendimento clínico dos impactos emocionais da crise climática, mas precisa atuar de forma preventiva e propositiva. Segundo ela, a Psicologia pode contribuir em três grandes dimensões no enfrentamento dessa crise, alinhando-se às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS).

A primeira dimensão envolve a redução de danos ambientais, com ações emergenciais em resposta a eventos climáticos extremos, como enchentes, secas e incêndios. A Psicologia atua no suporte psicossocial às populações afetadas, na reabilitação emocional das vítimas e na estruturação de redes comunitárias de apoio.

A segunda dimensão refere-se à prevenção de impactos ambientais e sociais, evitando que a crise climática agrave ainda mais a saúde mental coletiva. Isso inclui educação ambiental desde a infância, criação de espaços urbanos mais verdes e sensibilização da população. Como exemplo, Higuchi cita um levantamento do Instituto Alana, que revelou que mais de um terço das escolas nas capitais brasileiras não possuem áreas verdes. “A prevenção poderia passar pela inserção de ambientes naturais no cotidiano escolar, promovendo contato com a natureza e incentivando estilos de vida sustentáveis”, destaca.

Já a terceira dimensão foca na promoção da qualidade de vida e bem-estar ambiental, fortalecendo experiências positivas com o ambiente natural e urbano. “Capacitar pessoas para promover a criação de ambientes restauradores e aumentar o contato com a natureza são estratégias fundamentais para



“...o meio ambiente é inevitavelmente uma dimensão psicossocial. Nós, como humanos, só nos constituímos como tal se estivermos inseridos no ambiente. Nós o influenciemos e o modificamos, mas também somos diretamente impactados por ele.”

impulsionar melhorias na qualidade de vida e no bem-estar subjetivo da população”, pontua Higuchi.

Quanto à gestão integral de riscos e desastres, Alessandra Almeida enfatiza que o papel da Psicologia não se restringe ao atendimento pós-desastre, mas envolve ações de prevenção e planejamento para reduzir impactos futuros. “Nosso papel não começa quando somos chamados para atender a comunidade após um desastre. Precisamos pensar o antes. Como fortalecemos os vínculos sociais? Como ajudamos a estruturar as organizações comunitárias



“Precisamos entender que, embora todos estejamos nesse mesmo barco que é a Terra, os efeitos da crise climática são muito distintos em diferentes populações, com intensidades e capacidades de resposta também muito desiguais.”

para que estejam mais preparadas para responder a crises? Como incidimos nas políticas públicas e nos espaços de gestão ambiental?” questiona.

Os eventos extremos recentes no Brasil, como as chuvas que devastaram o Rio Grande do Sul em 2024, evidenciam a urgência desse debate. “O que aconteceu no Sul foi um exemplo claro de como precisamos estar mais preparados. E os organismos internacionais já alertam que eventos como esse serão cada vez mais frequentes. Isso reforça a necessidade da presença da Psicologia no diálogo entre as equipes que atuam diretamente no território”, alerta.

Ambas as pesquisadoras reforçam que não se pode perder de vista que os impactos psicológicos das mudanças climáticas não afetam todas as populações da mesma forma. A vulnerabilidade social e econômica amplia os danos psicológicos, tornando ainda mais urgente a necessidade de políticas públicas que levem em conta essas desigualdades. Essas iniquidades amplificam danos psicológicos, tornando ainda mais urgente a necessidade de políticas públicas que levem em conta essas desigualdades. Alessandra Almeida, reforça essa preocupação ao destacar que as desigualdades são o maior desafio quando falamos de emergência climática.

“O futuro é agora. Falamos de mudanças climáticas desde a década de 1960, mas ainda não encaramos essa crise como uma realidade concreta. Precisamos entender que, embora todos estejamos nesse mesmo barco que é a Terra, os efeitos da crise climática são muito distintos em diferentes populações, com intensidades e capacidades de resposta também muito desiguais”, pontua.

Para Almeida, a Psicologia precisa se posicionar não apenas como um campo de atendimento individual, mas como agente ativo na construção de estratégias coletivas de enfrentamento da crise climática. Isso envolve desde ações de

mobilização social e de participação em espaços de controle público até intervenções diretas na política ambiental e na mitigação de desastres climáticos.

“Os(as) profissionais de Psicologia são cada vez mais convocados a atuar em políticas públicas, seja na assistência social, na saúde ou na educação. Quando ocorre um evento catastrófico, são esses serviços que são chamados primeiro, pois estão nos territórios. A presença dos psicólogos nesses espaços é fundamental para garantir uma resposta eficaz e uma maior resiliência comunitária”, argumenta.

Avanços institucionais: a Psicologia na Conferência Nacional do Meio Ambiente e na COP 30

Diante da complexidade da crise climática, a categoria tem buscado se organizar institucionalmente, tanto na produção de conhecimento, quanto na participação ativa em espaços de debate e formulação de políticas públicas.

Em janeiro de 2025, durante a Conferência Livre de Psicologia, Justiça Ambiental e Meio Ambiente, foram elaboradas propostas para integrar a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), que ocorreu em maio deste ano. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi delegado oficial do evento, reafirmando o compromisso da Psicologia com o enfrentamento da crise climática. Além disso, a categoria também estará presente na COP 30, reforçando sua participação no debate global sobre mudanças climáticas e impactos psicossociais.

“São as iniquidades em saúde que se ampliam diante dessa crise climática que estamos enfrentando. Essa foi uma das principais pautas da Conferência Nacional do Meio Ambiente deste ano, onde a Psicologia tem um papel central no debate sobre justiça ambiental e saúde mental”, finaliza Alessandra Almeida.

“Profissionais de Psicologia são cada vez mais convocados a atuar em políticas públicas, seja na assistência social, na saúde ou na educação. Quando ocorre um evento catastrófico, são esses serviços que são chamados primeiro, pois estão nos territórios. A presença dos psicólogos nesses espaços é fundamental para garantir uma resposta eficaz e uma maior resiliência comunitária.”

Mais do que compreender os impactos psicológicos da crise climática, é preciso transformar esse conhecimento em ações concretas que possibilitem adaptação, enfrentamento e construção de um futuro mais sustentável e justo. O avanço das mudanças climáticas não é apenas um fenômeno ambiental, mas uma questão de saúde coletiva e de direitos humanos, exigindo respostas articuladas entre ciência, sociedade e gestão pública. A Psicologia, portanto, segue como um campo indispensável para garantir que a humanidade possa enfrentar essa crise de maneira ética, solidária e consciente.●



Quer saber mais?

Acesse a íntegra das entrevistas e outros conteúdos pelo código QR ao lado.



Atuação da Psicologia em situações de emergências e desastres: desafios, potencialidades e limites

Observação, escuta sensível, fortalecimento dos vínculos comunitários e articulação com redes de proteção social em foco

Em 2024, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), órgão vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), registrou o maior número de alertas de desastres desde que o monitoramento passou a ser feito em 2011. O Cemaden detectou 3.620 alertas; e, dentre esses, 1.690 se concretizaram em eventos extremos, o terceiro maior volume já registrado. Enchentes e transbordamentos de rios e córregos representaram 66% dessas ocorrências, enquanto deslizamentos de terra corresponderam a 32% dos registros. Os números escancaram o agravamento da crise climática, das consequências da ação humana sobre o clima e, consequentemente, da urgência de ações integradas de prevenção, de resposta e de cuidado.

Os desastres não impactam apenas a estrutura física das cidades. Eles atravessam a vida das pessoas, provocando rupturas sociais e emocionais profundas, sofrimento psíquico e processos de luto marcados por perdas humanas, materiais e simbólicas. Em contextos como esses, a atuação da Psicologia, integrada a uma rede multidisciplinar de profissionais, tem se tornado cada vez mais indispensável — não apenas pela escuta, técnica

basilar que constitui o ofício das(os) psicólogas(os), mas pela presença ética, pelo acolhimento e pela capacidade de articular colaboração coletiva e respostas em meio ao caos.

No Brasil, a inserção da Psicologia em cenários de emergências e desastres é relativamente recente. Revisões bibliográficas¹ mostram que, até os anos 1980, sua atuação restringia-se majoritariamente ao pós-desastre e ainda de forma pouco sistematizada. Um marco importante nessa trajetória foi o trabalho realizado após o acidente com o césio-137 em Goiânia (1987), quando psicólogas(os) brasileiras(os), em parceria com profissionais de Cuba, adaptaram estratégias de intervenção usadas em Chernobyl para atender a população atingida. O episódio deu início a um movimento de encarar os desastres como fenômenos que demandam também cuidados psicossociais.

Foi a partir dos anos 2000 que esse campo começou a se consolidar institucionalmente. O I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres, realizado em 2006 em parceria entre o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Secretaria Nacional de Defesa Civil e a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), representou um ponto de inflexão. Desde então, o CFP, os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), universidades e órgãos públicos

vêm somando esforços para inserir o tema na formação profissional, ampliar a capacitação técnica e construir políticas públicas capazes de garantir ações psicológicas coordenadas e efetivas, incluídas de maneira multidisciplinar com outros agentes e áreas do conhecimento.

Experiências práticas, como a atuação de profissionais durante a enchente em Santa Catarina (2008) e as articulações com redes internacionais como a *Save the Children*, ajudaram o Brasil a desenvolver referenciais próprios. Em 2009, com apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), bem como de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), iniciaram-se formações sistemáticas voltadas para o fortalecimento da Psicologia das Emergências e dos Desastres como uma especialidade reconhecida e essencial.

Nos últimos cinco anos, outras situações críticas exigiram ainda mais da Psicologia, tais como: os rompimentos das barragens mineiras de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em 2019; a enchente na cidade de Petrópolis/RJ, em 2022; as enchentes que assolaram municípios baianos e mineiros entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022 e as grandes enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul, em 2024.

¹ Disponível em: http://www.defesacivil.uff.br/defencil_5/Artigo_Anais_Eletronicos_Defencil_29.pdf e http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812013000100017. Acesso em: 15 abr. 2025.



Essas e outras catástrofes exigiram um desempenho mais articulado da categoria, que foi requisitada a atuar para o fortalecimento e para a articulação de redes multidisciplinares junto a outros agentes do poder público e sociedade civil organizada. Cada um desses eventos, com suas características específicas ou mesmo inéditas, provocaram o surgimento de novas práticas, resultando, assim, em uma ampliação de conhecimentos para a área da Psicologia em situações de emergências e desastres. Ou seja, capaz de avançar ainda mais em novos padrões de atendimento e na atuação da categoria como um todo, a área se tornou cada vez mais robusta.

Embora haja uma ideia popular de que a principal contribuição da Psicologia nesses contextos se resume à escuta clínica individualizada, as entrevistas realizadas para esta matéria revelam a necessidade de uma atuação mais ampla, que integra o cuidado individual a práticas coletivas e contextuais. Ou seja, há a demanda de uma prática que considere dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais que atravessam o sofrimento coletivo, principalmente no momento em seguida ao acontecimento.

Nesse campo, o foco não está no indivíduo isolado, mas nas necessidades

emergentes de comunidades inteiras que enfrentam perdas múltiplas e, muitas vezes, históricas. Por isso, a prática psicológica se alicerça na observação e escuta sensível de todo o território, no fortalecimento dos vínculos comunitários e na articulação com redes de proteção social. Para nossas entrevistadas, isso significa estar presente antes, durante e depois das catástrofes: desenvolvendo ações preventivas, atuando nos momentos mais críticos e contribuindo para a reconstrução da vida em todas as suas formas. Mais do que prestar acolhimento pontual e individual, o compromisso ético da Psicologia, nesse campo, é com a vida coletiva, sendo uma atuação que ultrapassa o instante do desastre e se prolonga no tempo, sustentando processos de cuidado, de dignidade e de reconstrução da esperança.

Para compreender um pouco mais sobre a realidade das e dos profissionais que atuam ou atuaram em situações de desastres e suas percepções a partir dessas experiências, a *Diálogos* ouviu três psicólogas que estiveram em situações críticas para entender como a Psicologia influiu nesses contextos e quais aprendizados obteve com esses eventos. Ana Cecília Weintraub, mestre em Saúde Pública, fez parte da Força Nacional que trabalhou nas enchentes do Rio Grande do Sul; Jeanyce Araújo, doutoranda em Psicologia, esteve na linha de frente do atendimento em Brumadinho; e Victória Gutiérrez, coordenadora da Comissão Especial de Psicologia em Emergências e Desastres do CRP-RJ, ajudou na organização da categoria na enchente de Petrópolis, em 2022.

Elas compartilharam suas experiências, desafios e aprendizados, destacando a importância da organização, do respeito à coletividade, da importância da presença do Sistema Conselhos na organização da categoria para uma melhor atuação e, também, sobre o quanto essas experiências acumulam conhecimento prático e teórico para o fortalecimento de políticas públicas mais eficazes.



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



ISAC NOBRE/PA PR



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL

Brumadinho/MG e o impacto coletivo do desastre

Primeira providência: capacitar profissionais com treinamento básico sobre a atuação em situações de crise

Jeanyce Araújo, psicóloga quilombola, esteve na linha de frente do atendimento às vítimas após o rompimento da barragem de Brumadinho. Ao receber a notícia, pela TV, conta que ficou sem reação, mas logo no dia seguinte foi acionada pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais para se unir à organização da resposta ao desastre. Como havia trabalhado anteriormente na Vale, um dos primeiros impactos sentidos por ela foi de cunho pessoal, pois soube que havia perdido um ex-colega de trabalho.

Os primeiros dias foram confusos, principalmente porque profissionais de diversas partes do Brasil chegaram a Brumadinho em busca de contribuir de maneira voluntária, oferecendo atendimentos clínicos. Contudo, para Jeanyce e outros profissionais com experiência anterior em desastres, como o de Mariana, a prioridade naquele momento era articular as redes de apoio locais para garantir abrigo, alimentação e informações às famílias afetadas. Como quilombola, Jeanyce conta que seu olhar passou por uma

“Como eu tenho uma trajetória toda na Psicologia Social, porque no quilombo temos uma percepção de coletividade, então, minha atuação foi em articular a rede.”

perspectiva coletiva frente ao desastre: “Como eu tenho uma trajetória toda na Psicologia Social, porque no quilombo temos uma percepção de coletividade, então, minha atuação foi em articular a rede”, conta.

Sobre a experiência com as(os) psicólogas(os) voluntárias(os), Jeanyce conta que a ação do CRP foi fundamental para construir uma estratégia para a participação deles que, naquele momento, chegavam para atuar de forma autônoma, sem muito conhecimento. “A chegada de psicólogos para fazer escuta clínica trouxe muitos conflitos e impactos, mas





**JEANYCE
ARAÚJO**

Quilombola e Psicóloga, educada pelos saberes ancestrais da Comunidade de São Pedro, atua como psicoterapeuta desde 2018 pela Abordagem Sócio-Histórica, com foco na população afro-brasileira. Professora universitária na UniFunces (Itabira-MG) e doutoranda em Psicologia Social pela UFMG, pesquisa saberes psicológicos quilombolas, práticas contracoloniais de cuidado e epistemologias negras, indígenas e latino-americanas. Escritora do livro *Memórias Quilombolas*, propõe a construção coletiva de uma clínica brasileira inspirada no Pilão Teórico. Sua trajetória é atravessada por experiências com saúde mental, juventude negra, mulheres e desastres socioambientais.

o CRP Minas foi bem efetivo no aspecto de formar, treinar e organizar”. Além disso, chegaram profissionais que haviam trabalhado na tragédia de Mariana, o que ofereceu também certo tipo de suporte. “No início, após o rompimento, veio o choque, ficamos como baratas tontas, mas chegaram pessoas que já tinham passado pela experiência em Mariana, o que deu um pouco de suporte”.

Ao detalhar sobre a atuação do CRP, Jeanyce conta que a primeira providência do Conselho Regional, em conjunto com o CFP, foi capacitar os profissionais, especialmente aqueles que queriam contribuir como voluntários, oferecendo um treinamento básico sobre a atuação em situações de emergências e desastres, justamente porque não se trata de um atendimento clínico convencional. “A primeira ação concreta foi fazer um comunicado pedindo para que nenhum psicólogo fosse por conta própria, ir com ONG (Organização Não Governamental), ir de forma desorientada, descoordenada para Brumadinho. Então, teve nota explicativa, avisos, mensagens, e-mail e uma inscrição para o treinamento”, detalha.

Para ela, as orientações passadas durante o treinamento foram mais fáceis de serem absorvidas, talvez por esse olhar coletivo que ela experimenta desde a infância. “Na atuação no campo de emergências e desastres, a gente tem que focar no coletivo e, inicialmente, nas necessidades básicas ali, daquelas pessoas e daquele território. O foco não era se preocupar, por exemplo, se a pessoa estava com estresse pós-traumático, se estava com ansiedade, se estava com depressão, se estava passando por luto. A primeira parte da atuação é garantir as necessidades básicas”, explica Jeanyce.

A psicóloga reforça que, nos primeiros momentos, a maior preocupação era com a realidade concreta da localidade, sendo que todos os agentes se envolveram na tentativa da organização em rede. “Eu não pensava muito no que a Psicologia poderia fazer, mas o que a comunidade

“Na atuação no campo de emergências e desastres, a gente tem que focar no coletivo e, inicialmente, nas necessidades básicas ali, daquelas pessoas e daquele território. O foco não era se preocupar, por exemplo, se a pessoa estava com estresse pós-traumático, se estava com ansiedade, se estava com depressão, se estava passando por luto. A primeira parte da atuação é garantir as necessidades básicas.”

de profissionais poderia fazer naquele momento, porque as pessoas estavam preocupadas se suas casas tinham sido atingidas, se tinham familiares que tinham sido atingidos, fazer o levantamento de quantos profissionais haviam sido levados a óbito. Então, todo esse mapeamento foi o que a gente conseguiu fazer junto com o Ministério Público, ONGs, igrejas”.

Ou seja, a atuação desses profissionais consistia em compreender o nível do desastre para as famílias e buscar a articulação em rede, priorizando o acesso às políticas públicas. “Por exemplo, acompanhei um caso em que uma das moradoras que estava sem medicação para pressão alta, que precisava renovar a receita. O primeiro momento é fazer um acolhimento para solucionar aquele problema da pessoa que está sem onde dormir, sem ter o que comer, se ter água para beber, pensar nessas necessidades básicas e como que a gente pode articular

toda a equipe. Não é um acolhimento do sofrimento psíquico, mas para as questões práticas da vida”, detalha.

Outra questão delicada, segundo Jeanyce, foi a disputa de informações das vítimas, entre a mineradora Vale do Rio Doce e o Ministério Público. Isto, porque, empresas contratadas pela mineradora tentaram oferecer indenizações rapidamente, individualizando as negociações para reduzir os custos, sem considerar os impactos coletivos. Contudo, a experiência de Mariana proporcionou ao Conselho Regional de Psicologia uma atuação mais próxima com o Ministério Público. “Dez pessoas têm mais força do que uma. Então, enquanto psicóloga representando o CRP, também fiquei atenta e auxiliando o Ministério Público nessa questão da coleta de dados, que era muito importante para o processo, para tentar uma articulação coletiva”.

A violência no contexto de Brumadinho foi outro aspecto crítico do qual Jeanyce precisou lidar. Segundo denúncias registradas à época, de pessoas em situação de violência sexual, incluindo mulheres e crianças, por parte de policiais, o que exigiu a criação de espaços de acolhimento específicos para vítimas de violência. A Psicologia, nesse contexto, precisou atuar não apenas no suporte emocional, mas também na garantia de Direitos Humanos básicos.

A experiência de Brumadinho evidenciou a necessidade de uma Psicologia menos individualista e mais voltada para a coletividade. Em sua fala, Jeanyce questiona e provoca, as razões pelas quais territórios indígenas e quilombolas não receberam a mesma atenção que desastres ocorridos em regiões mais urbanizadas e centrais. Para ela, é fundamental que a Psicologia brasileira desenvolva epistemologias próprias, que considerem a realidade do país e rompam com modelos eurocêntricos. Ela defende que a Psicologia deve integrar saberes ancestrais, respeitar as populações atingidas e fortalecer o debate sobre justiça ambiental.



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL

“Dez pessoas têm mais força do que uma. Então, enquanto psicóloga representando o CRP, também fiquei atenta e auxiliando o Ministério Público nessa questão da coleta de dados, que era muito importante para o processo, para tentar uma articulação coletiva.”



FOTOS PETRÓPOLIS: MARIANA ROCHA



Petrópolis/RJ: quando a tragédia se repete

“Acho que a única forma que a gente consegue descrever é que era um cenário de guerra”

A psicóloga Victória Gutiérrez, atual conselheira e coordenadora da Comissão Especial de Psicologia em Emergências e Desastres do CRP-RJ, relembra com riqueza de detalhes daquele 15 de fevereiro de 2022, dia em que ocorreu o pior desastre da história de Petrópolis. Foram 233 vidas perdidas e outras duas oficialmente desaparecidas após duas horas de intensas chuvas concentradas no centro da cidade.

Na noite anterior, uma tempestade de raios iluminou o céu da região, chamando a atenção da psicóloga. Ainda assim, a quarta-feira amanheceu ensolarada, com uma atmosfera de aparente normalidade. Como de costume, Victória seguiu para seu consultório, localizado no 10º andar de um prédio no centro da cidade, em uma rua mais alta. Ali, a altura costuma silenciar os sons de chuva, a não ser quando a chuva é forte. E foi exatamente o que aconteceu naquela tarde. Por precaução, desmarcou os pacientes e resolveu pacientemente esperar pelo fim da chuva.

Seu único acesso ao mundo externo, após ficar sem luz e sem internet, era a via 4G.

“Eu não tinha dimensão do que estava acontecendo na cidade. Quando consigo a internet, começo a receber mensagens de amigas que já estavam recebendo notícias do que estava acontecendo”, conta Victória, ao lembrar das primeiras notícias. “Falei: o que que tá havendo? E depois comecei a ouvir gritos e alarmes... eu estava completamente ilhada. Quando a chuva pausa, a luz volta, os elevadores voltam a funcionar, mesmo assim, desci pela escada e quando chego no térreo vi o cenário e falei: cadê a cidade que existia aqui?”

Nesse momento, Victória se deu conta que a cidade estava coberta de lama e tentou, em vão, evitar que seu marido se arriscasse para buscá-la. Na volta para casa, em um trajeto que dura, normalmente, 15 minutos, o casal levou quase 5 horas. “Acho que a única forma que a gente consegue descrever é que era um cenário de guerra”, conta.

Enquanto começava a receber as fotos, um turbilhão de emoções e pensamentos tomavam conta de si naquele momento. Ao passar pelos locais, não os reconhecia, e quando reconhecia se questionava sobre a mudança tão drástica. “Como assim, aqui é aquele lugar e agora ele não existe mais?”, relata. Victória lembra que foi no dia seguinte, já um pouco mais calma, que passou a organizar os pensamentos sobre como seria seu trabalho enquanto psicóloga, bem como no que a categoria como um todo poderia fazer naquele momento quente, logo após o desastre.

A chegada massiva de voluntários foi algo com que a organização da categoria precisou lidar desde os primeiros dias. Muitos se deslocaram para a cidade sem planejamento, dificultando ainda mais as ações de resgate e acolhimento. Victória explica que, no momento inicial da tragédia, o foco não pode ser a escuta clínica tradicional, pois as vítimas precisam primeiro de segurança, abrigo e alimentação. A abordagem psicológica precisa ser integrada às outras necessidades emergenciais, como organização dos abrigos e suporte prático para os desabrigados.

“Esse momento quente, que chamamos, que é de resgate, não entra nesse trabalho da Psicologia como a gente conhece ‘Senta aqui que eu vou conversar

com você’. Não. [...] naquele momento a primeira coisa que as pessoas precisam é saber se elas estão seguras, se elas têm minimamente uma documentação, se elas têm onde dormir, se elas têm o que comer”, explica Victória.

Ela também explica que a chegada de voluntários na cena do pós-desastre não é indesejada, no entanto deve ser organizada e articulada. “Não estou dizendo que é ruim, mas da forma que é, quando ela não é organizada. A cidade ainda estava debaixo da lama. Estava tudo destruído. Não tinha mobilidade, a gente não tinha como chegar nos principais lugares atingidos”, relembra.

Para estruturar a atuação das(os) psicólogas(os) voluntárias(os), o CRP-RJ articulou ações com a Secretaria de Saúde e criou um cadastro de interessados para facilitar a conferência da veracidade do registro profissional por parte da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP-RJ, área nos CR's responsável pela orientação ética com base nas referências técnicas. Outra ação foi uma *live* em conjunto com a COF. “Foi algo extremamente importante porque começamos a ter problemas, principalmente éticos, nas abordagens, nos atendimentos. Organizamos também um plantão com a COF na sub-sede de Petrópolis para tirar dúvidas dos profissionais”, destaca.

“Foi algo extremamente importante porque começamos a ter problemas, principalmente éticos, nas abordagens, nos atendimentos. Organizamos também um plantão com a COF na sub-sede de Petrópolis para tirar dúvidas dos profissionais.”



“A categoria de profissionais de Psicologia tem que entender que não atuamos sozinhos nunca.”

A psicóloga explica que as boas intenções podem mais atrapalhar que ajudar. “Teve uma senhora, aqui em Petrópolis, que me falou: ‘pelo amor de Deus, não deixe mais ninguém vir falar comigo. Cinco já vieram me perguntar como é que eu sobrevivi’. É o mínimo de respeito pelas pessoas, o tipo de abordagem que se vai fazer”, exemplifica. Ainda assim, também explica que voluntários são valiosos se bem coordenados por meio das políticas públicas, tornando-os bem-vindos e efetivos.

A articulação multissetorial foi destacada por Victória ao citar reuniões e encontros com a Secretaria de Assistência Social, com equipes de saúde e de um treinamento promovido pela organização Médicos Sem Fronteiras. “Esse trabalho em casos extremos não é solo, é sempre multidisciplinar”, reforça.

Victória lembra que, passado o impacto inicial, voluntários vão embora. “Quem fica são os profissionais da cidade, o SUS, o SUAS. Então, ter equipes preparadas para lidar em conjunto com Defesa Civil, núcleos nos bairros etc. A categoria de profissionais de Psicologia tem que entender que não atuamos sozinhos nunca”, detalha.

Para Victória, os aprendizados de Petrópolis e outras tragédias, para o campo da Psicologia em Emergências e Desastres, apontam sobre a necessidade de maior preparo da área como um todo, incluindo uma dimensão pouco falada, segundo ela, que tem a ver com o próprio

nível autoconhecimento dos profissionais. “A atuação em Emergências e Desastres ainda é recente, temos poucas formações. Têm algumas faculdades que tem uma matéria ou outra, mas há algo maior, além dessa formação e da especialização”, referindo-se à condição individual dos profissionais para além do conhecimento técnico, uma vez que determinados eventos podem atingir de maneira mais sensível o profissional de Psicologia que precisa compreender se terá ou não condições de atuar naquele contexto.

Outro aspecto citado por Victória são as fragilidades das políticas públicas diante de tragédias recorrentes. Ela lembra que, em 2011, as chuvas que atingiram a região serrana do Rio deixaram um rastro de destruição, com centenas de mortes e milhares de desabrigados. No entanto, as lições daquele episódio, segundo ela, não foram aprendidas nem aplicadas, o que contribuiu para a vulnerabilidade das cidades diante do desastre de 2022.

Victória nota que os desastres afetam desigualmente, evidenciando racismo ambiental e vulnerabilidade periférica. A formação em Psicologia deve incluir mais conteúdo sobre Emergências e Desastres, preparando profissionais para atuar sem improvisos e no sentido de quebrar desigualdades. Para Victória, a Psicologia deve sair da bolha acadêmica e se inserir nos debates sobre urbanismo, prevenção e reconstrução pós-desastres.



FOTO RS: BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL

Rio Grande do Sul: uma tragédia sem precedentes

Atuação intersetorial se coloca como princípio para o enfrentamento da crise instaurada

A tragédia no Rio Grande do Sul, em abril de 2024, é considerada a maior catástrofe ambiental e climática do país. Ana Cecília Weintraub, psicóloga com atuação ligada à Força Nacional do SUS e à Secretaria de Estado de Saúde do RS, participou da construção da resposta naquele momento e traz uma perspectiva que reforça a importância do diálogo intersetorial e de um olhar da Psicologia que contemple sua inserção nas equipes multidisciplinares.

Ana Cecília relembra que a atuação no Sul não foi feita no improviso, mas a partir de um conhecimento já consolidado. “A Psicologia brasileira já produziu uma série de documentos e notas técnicas sobre a atuação dos profissionais em situações de emergências e desastres”, afirma, mencionando o aprendizado desde eventos como o da Região Serrana do Rio em 2011 e a influência de pesquisadores que alertavam que “os desastres não são exatamente naturais”.

Para ela, essa compreensão sobre o significado dos desastres é crucial.

“O desastre em si é o resultado dessa interação entre um risco, um contexto, vulnerabilidade e uma ameaça”, explica. Portanto, as respostas não podem ser ações isoladas, mas devem fazer parte de um ciclo que envolve prevenção, mitigação e reconstrução, sempre de forma articulada. “A resposta se dá de forma intersetorial. Ela não é específica do campo da saúde, dos bombeiros ou do salvamento. Por isso, a articulação entre esses setores é fundamental para o trabalho”, contextualiza.

No Rio Grande do Sul, essa articulação se deu de forma tripartite, envolvendo a federação (via Força Nacional do SUS), a Secretaria de Estado da Saúde e os municípios. Ana Cecília também pontuou sobre a necessidade de organização de voluntários. “Não é mais aceitável que tenhamos atores, entidades ou pessoas físicas com a maior boa vontade do mundo, mas que se coloquem numa resposta a um desastre desvinculados de uma estrutura de resposta, de um comando único”.





Ana explica que a articulação entre os entes federativos permite que as equipes trabalhem com mais flexibilidade e organização. “Às vezes, numa cena de desastre, precisamos mudar as equipes de lugar e transformar lógicas de trabalho. Muitas vezes os pacientes da atenção básica que estavam dentro da rede foram para um abrigo. Então, é papel da equipe ir até lá. E nós da Psicologia podemos reforçar essas estratégias para mostrar o quanto isso é importante para as pessoas encontrarem seu próprio agente de saúde, conversarem com o médico que já as conhecia, continuarem um tratamento que já tinham”.

A psicóloga reforça que a atuação da Psicologia é muito mais ampla em contextos de desastres. “São estratégias que não são exclusivas do dispositivo mais comum quando pensamos no psicólogo – a escuta individual. São estratégias que precisamos pensar do ponto de vista coletivo e articulado com uma resposta maior.”

A estratégia de saúde mental e atenção psicossocial no Sul foi pensada em três eixos: gestão, formação e cuidado. “Fomos aprendendo que para conformarmos um cuidado precisamos também ter um pezinho na gestão e na formação”,

“Muitas vezes, os profissionais que trabalham em regiões afetadas tendem a se colocar numa posição de ‘eu não sei fazer isso’. E às vezes é preciso que alguém valide certas práticas que muito provavelmente a pessoa já sabia fazer, mas não reconhece.”

reflete Ana. Outro ponto citado é a validação do repertório dos profissionais que estão na ponta. “Muitas vezes, os profissionais que trabalham em regiões afetadas tendem a se colocar numa posição de ‘eu não sei fazer isso’. E às vezes é preciso que alguém valide certas práticas que muito provavelmente a pessoa já sabia fazer, mas não reconhece.”

A gestão articulada se conecta ao eixo da formação, que ajuda a desmistificar a ideia de que o sofrimento causado por um desastre é patológico. “Não é patológico, muito pelo contrário. Muitas vezes as pessoas perderam praticamente tudo, além de entes queridos, e estão numa situação de completa desorganização. Qualquer um de nós, numa cena como essa, apresentaria sinais de sofrimento. Mas eles não são sintomas”, enfatiza.

Dessa forma, segundo Ana, uma atuação articulada entre profissionais e instituições pode evitar que o sofrimento se agrave e se transforme em adoecimento. “É possível prevenir se trabalharmos em conjunto com outros atores, apoiando estratégias ligadas às necessidades básicas, como comida, água, abrigo, e acesso à informação sobre o que está acontecendo, desaparecidos, danos ao território e reparação financeira”.



Ana contextualiza sobre a atuação na escuta individual em cenas de desastres. “O que muda é como entendemos que nossa resposta, nosso dispositivo terapêutico principal não precisa ser a escuta individual. Pode ser, mas não precisa. Temos que tomar cuidado, porque às vezes nos colocamos nesse lugar ou deixamos que outros tenham essa expectativa sobre nós, sendo que podemos ter uma atuação muito mais potente”.

Dessa forma, ela reforça que uma das frentes essenciais do trabalho em Emergências e Desastres está no eixo da gestão: pensar como será estruturada a resposta e como integrar, de forma coordenada, os voluntários que se dispõem a atuar no território. Ana destaca que essa integração é decisiva para o cuidado em saúde mental, pois evita que práticas isoladas e desconectadas da política pública causem efeitos indesejados. “Como vamos apoiar essa gestão da resposta? É algo que também importa para prevenir agravos no campo da saúde mental”, afirma.

O desafio está em articular os diferentes perfis de voluntariado — sejam da saúde mental, sejam de outras áreas como logística, distribuição de alimentos e acolhimento — com a rede local, muitas vezes já sobrecarregada ou também afetada pelo desastre. A presença de voluntários pode ser decisiva, especialmente nos primeiros dias, mas precisa acontecer de forma sensível, respeitando o que já existe no território e contribuindo para que a resposta seja efetiva e ética.

O terceiro eixo, o cuidado, direciona-se tanto à população afetada, quanto às equipes locais, que frequentemente também são atingidas. “A resposta inicial a um desastre é dada pela comunidade local, sejam leigos ou profissionais das políticas públicas, que também estão provavelmente afetados pelo que aconteceu”, lembra Ana. Cuidar dessas equipes, garantindo rodízios, folgas e apoio psicológico, é fundamental para a sustentabilidade da resposta.



O relato de Ana Cecília reforça que a Psicologia tem muito a contribuir quando amplia seu escopo de atuação, reconhecendo que o sofrimento em contextos de desastre é uma resposta esperada e não patológica. Ao mesmo tempo, os profissionais precisam estar preparados para identificar quando esse sofrimento pode evoluir para condições que necessitam de intervenções específicas. A efetividade da resposta psicológica em desastres depende de sua integração com outras áreas e políticas públicas. Somente através dessa articulação é possível construir um cuidado que realmente atenda às necessidades da população afetada e das equipes que trabalham na linha de frente.

Como Ana Cecília nos mostra, a Psicologia em Emergências e Desastres é um campo em constante evolução, que aprende com cada nova experiência e se fortalece na medida em que consegue traduzir esse aprendizado em práticas mais efetivas e humanizadas.●



Quer saber mais?

Acesse a íntegra das entrevistas e outros conteúdos pelo código QR ao lado.



ANA CECÍLIA A. M. WEINTRAUB

Psicóloga, CRP 06/78123. Bacharel em Filosofia e doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade de São Paulo (USP). Trabalhou por cerca de 10 anos com ajuda humanitária internacional e está, desde 2019, na área técnica de saúde mental da Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo. Trabalhou com a Força Nacional do SUS em maio/24, na resposta às enchentes do Rio Grande do Sul.

Justiça Ambiental e impactos psicossociais das desigualdades: um olhar da Psicologia

Modos de conformação da sociedade carregam um histórico de exploração que perpetra violências sistêmicas

O racismo ambiental, conceito forjado nas lutas por direitos civis nos Estados Unidos na década de 1980 e posteriormente ampliado por movimentos sociais globais, revela como comunidades negras, indígenas e periféricas são desproporcionalmente expostas a riscos ambientais, poluição industrial, falta de saneamento básico e maior vulnerabilidade a desastres climáticos. No Brasil, país de imensas dimensões e com profundas cicatrizes coloniais, essa realidade se manifesta de diferentes formas nas populações e na natureza que as cercam.

O desmatamento em todos os cinco biomas, as enchentes e as queimadas na Amazônia, as temporadas de incêndios no Pantanal e no Cerrado, as secas intensas na Caatinga, as chuvas torrenciais em áreas urbanas, a erosão do solo tanto em áreas urbanas como rurais e as ameaças constantes às encostas ocupadas desordenadamente nas periferias urbanas são manifestações concretas desse fenômeno. Somam-se a isso, entre tantos outros exemplos, a contaminação de rios por agrotóxicos e mineração em territórios habitados pelos povos originários e tradicionais.

Em comum, esses eventos afetam de maneira mais grave populações vulnerabilizadas: povos ribeirinhos, população negra, povos tradicionais,

indígenas e quilombolas. As desigualdades às quais essas populações estão expostas não são acidentais ou aleatórias, mas consequências diretas de processos históricos de colonização, escravização e marginalização que se perpetuam por meio de políticas públicas insuficientes, legislações permissivas e modelos de desenvolvimento predatórios. Além disso, fundamentam-se em lógicas capitalistas e neoliberais, orientadas por uma visão branco-eurocentrada de mundo que transforma territórios, corpos e o meio ambiente em mercadorias, reduzindo a natureza a recurso explorável e propriedade privada.

É nesse contexto que a Justiça Ambiental emerge como um contraponto necessário ao racismo ambiental e seus efeitos devastadores. Mais que um conceito teórico, representa uma dinâmica ampla de reconhecimento, reparação e transformação das estruturas que perpetuam a distribuição desigual dos impactos ambientais negativos sobre populações já fragilizadas.

A luta por justiça ambiental, portanto, transcende a mera preservação da natureza. Ela demanda uma profunda revisão das relações de poder, dos modelos econômicos e das estruturas sociais que determinam quem tem direito a um ambiente saudável e quem é sistematicamente privado desse direito fundamental.



CANÍ JAKSON ALVES DA SILVA

Psicóloga (CRP 20/11.054) formada pela UniNorte em 2020. Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGPSI/UFAM), discute território, questões raciais, de gênero e sexualidade através da interseccionalidade de suas vivências na Comunidade Ballroom de Manaus, sendo fundadora e Mãe da Casa Jabutt. Compõe a Diretoria Nacional da ABRAPSO (2024-2025), é multi artista e educadora política.

“Quando falamos de justiça ambiental, de racismo ambiental e de justiça social, é importante entendermos que as estruturas que formam a nossa sociedade e as nossas cidades têm um pano de fundo histórico, geralmente da exploração de uma população que é marginalizada”, pontua Caní Jackson da Silva, psicóloga, travesti negra em retomada indígena, professora universitária e liderança comunitária no Amazonas, destacando que a marginalização vai muito além da discriminação física, verbal ou emocional, mas também ambiental.

Esse conjunto de injustiças, segundo sua análise, é resultado da ação deliberada de grupos que sempre detiveram o poder ao longo da história, em nome de perpetuar a exploração. “O capitalismo se baseia na exploração da mão de obra e dos recursos naturais que a gente tem. Essa população que é marginalizada, precarizada e explorada vai ser a base de sustentação de uma pequeníssima parte da população que detém ali os meios de produção. A desvalorização das culturas e saberes indígenas e negros, que possuem uma relação de respeito com a natureza, é estratégica para o avanço dessa exploração”, explica Caní.

Na prática, as desigualdades se materializam na distribuição desigual dos recursos naturais e na exposição diferenciada aos riscos. Enquanto algumas áreas urbanas desfrutam de infraestrutura completa, outras áreas, inclusive urbanas, são sistematicamente negligenciadas. “Lugares onde o saneamento básico

“Quando falamos de justiça ambiental, de racismo ambiental e de justiça social, é importante entendermos que as estruturas que formam a nossa sociedade e as nossas cidades têm um pano de fundo histórico, geralmente da exploração de uma população que é marginalizada.”

não chega, água tratada não chega ou que as pessoas que residem ali são expostas a acidentes que são provocados por questões climáticas, como chuvas, desmoronamentos, secas extremas”, descreve Caní.

Priscila Goré, psicóloga, mulher indígena Kaingang do Rio Grande do Sul, vice-presidente do CRP-RS e cofundadora do GT Guarita pela Vida, reforça que essa discussão encontra elo com a própria fundação do Brasil, marcado pelo estupro de mulheres indígenas, opressões diversas e perseguições até os dias atuais. “Isso vem de encontro com as discussões que nós temos em relação à colonização. Infelizmente ela ainda não terminou, não é? Então, nós povos indígenas, sofremos muito, vários tipos de violência”, pontua.

Racismo ambiental e seus efeitos psicossociais

As consequências psicossociais dessa desigualdade são diversas, profundas e, em grande medida, invisibilizadas. Fabiane Fonseca, psicóloga, mulher amazônica afro-indígena e quilombola da região Norte, cita alguns exemplos, como a dificuldade de acesso a direitos básicos (saúde, educação e segurança alimentar), bem como a constante ameaça de desterritorialização. Ela se refere à falta de segurança territorial causada pela não titularidade de terras.

“A maior parte das comunidades quilombolas são certificadas e não tituladas. Isso significa que essas pessoas não têm o título das suas terras”, explica. Logo, essa fragilidade sobre a propriedade dessas terras se depara com a relação ancestral e legítima que essas comunidades possuem com seus territórios, que deveriam, por princípio constitucional, lhes ser garantidos. “É uma relação que garante a própria sobrevivência e a continuidade daquela cultura no território. Estamos falando aqui de uma forma de violentar os direitos dessas comunidades”, pontua Fabiane.

“Qualquer um chega lá, tira o sujeito de lá pra onde ele vai? Ele se vê descontinuado. Sem a terra, sem o seu lugar de pertencimento”, explica Fabiane. Ela destaca como, por vezes, empreendimentos predatórios desconsideram a ancestralidade dessas populações e as repercussões ambientais, econômicas e sociais dos mesmos.

Um cenário no qual populações vivem sob constante vulnerabilidade psicossocial afeta negativamente o bem viver, aprofundando riscos e ameaçando a própria sobrevivência. “Esses processos impactam diretamente a saúde mental dessas populações, gerando sofrimento, insegurança e destruição desses laços comunitários”, complementa.

Ainda no contexto amazônico, Caní Jackson conta como os efeitos das

secas severas alcançam alguns rios e, portanto, a vida de muitos indivíduos. “Quando esses rios secam, as pessoas precisam caminhar nesses rios secos por extensões de quilômetros, onde não existem estradas para moto ou carro”. Ela explica também que isso afeta outros aspectos da dignidade humana, como o acesso à educação, como estudantes que precisam percorrer longas distâncias a pé para fazer o ENEM, por exemplo, e até mesmo os rituais funerários. “Pessoas que perderam parentes em período de seca tiveram que carregar os seus mortos. Andamos até chegar ao cemitério”, exemplifica.

Em termos mais amplos, considerando todo o território brasileiro, Priscila Goré cita a tese do marco temporal como uma questão chave, que traz ameaças não apenas aos povos indígenas e às comunidades tradicionais, mas coloca em risco toda a sociedade brasileira. “O debate sobre o marco temporal atinge diretamente a vida das pessoas, não apenas nós, indígenas, mas toda a existência humana hoje. É necessário que as pessoas entendam essa conexão tão importante com o território, com a natureza, com o meio ambiente, que atinge a nossa saúde mental também”, explica Priscila.

No Sul do país, a realidade é outra, mas a vulnerabilidade persiste, lembra Priscila. “Nós passamos por um período muito difícil aqui no estado do Rio Grande do Sul, onde nós sofremos ano passado com as enchentes que aconteceram, onde nós, povos indígenas, também fomos atingidos”, relata Priscila que reforça o quanto os eventos extremos não são meros acidentes naturais, mas fenômenos potencializados pela degradação ambiental e que atingem de forma mais severa aqueles que já vivem em condições precárias.



PRISCILA GÓRE EMÍLIO

Bacharel em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI/FW (2015), com experiência em Orientação Vocacional e Profissional, através de um projeto de pesquisa e extensão. Atualmente, Responsável Técnica em Saúde Mental, pela Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI, vinculada ao Ministério da Saúde-MS e possui Especialização em andamento de Saúde Indígena pelo Instituto Leal de Pós-Graduação. Conselheira CRPRS.

Saberes ancestrais como base para o desenvolvimento de políticas públicas

Apesar do cenário adverso, as comunidades afetadas pela injustiça ambiental desenvolvem potentes estratégias de resiliência e resistência, muitas vezes ancoradas em saberes ancestrais e na força da organização coletiva.

“Para os povos originários, a natureza sendo sagrada, é respeitada. Não existe ali uma sobreposição do ser humano em relação a outras formas de vida. Existe uma correlação de harmonia que essas pessoas estabelecem”, contextualiza Caní. Segundo ela, esse respeito se traduz em práticas de manejo sustentável, como as técnicas de roçado e reflorestamento que garantem o equilíbrio do ecossistema. “São técnicas diferenciadas, dependendo do povo. Mas existe esse respeito pela vida da floresta, porque a gente entende que é a floresta que nos dá alimento, sustento”, afirma.

Já Priscila enfatiza a importância do conceito de “Bem Viver” indígena e a conexão indissociável entre corpo e território como estratégia fundamental de resistência. “Os cuidados, as tecnologias ancestrais que estão presentes hoje e que falam muito desse cuidado com os nossos corpos territórios”.

Fabiane Fonseca destaca a importância de reconhecer e valorizar os saberes e as formas de organização dessas comunidades. “Uma perspectiva fundamental para a gente avançar é garantir que essas políticas sejam construídas conforme as comunidades e não apenas para as comunidades. Então, a gente está falando do respeito aos saberes dessas comunidades e de suas formas de organização”, defende. Organizações como a Confederação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) são exemplos dessa articulação política que busca levar as demandas das bases para espaços de decisão mais amplos.

Os caminhos de enfrentamento ao racismo ambiental, em busca das justiça social e ambiental, passam pelo desenvolvimento e avanços nas políticas públicas. A psicóloga Priscila Gore ecoa essa necessidade, clamando por investimento em políticas públicas que garantam o bem viver e que enfrentem as violências históricas decorrentes da colonização: “É necessário que se construam políticas públicas voltadas para os enfrentamentos que são necessários”, destaca. No Brasil, o reconhecimento da necessidade de abordagens mais justas e contextualizadas tem se refletido ao longo dos anos, ainda que de forma incipiente, em algumas políticas públicas. Fabiane menciona avanços como as estratégias territorializadas e a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas.

No entanto, ela aponta desafios estruturais ainda significativos. “A implementação dessas políticas ainda esbarra em desafios como a própria descontinuidade dos programas, a falta de profissionais capacitados que dialoguem com as mais diversas

“Não basta oferecer esses serviços se as comunidades continuam sendo desterritorializadas, afetadas por megaprojetos de desenvolvimento que não levam em conta suas necessidades e seus modos de vida.”

realidades, que tenham conhecimento do trabalho dessas abordagens comunitárias e com a carência de financiamento para ações que realmente fortaleçam a autonomia das populações envolvidas”, explica.

Além disso, o próprio racismo ambiental e as lógicas econômicas predatórias minam a efetividade das políticas de inclusão. “Não basta oferecer esses serviços se as comunidades continuam sendo desterritorializadas, afetadas por megaprojetos de desenvolvimento que não levam em conta suas necessidades e seus modos de vida”, critica Fabiane. Ela defende a necessidade de “abordagens integradas que combinem assistência social, educação popular, fortalecimento da economia local e a promoção da saúde de maneira articulada”.

Para isso, a participação política das populações afetadas é central para que haja avanços mais relevantes. “Para garantir que essas políticas sejam efetivas, é essencial que as comunidades tradicionais e os povos originários tenham suas vozes ouvidas nos espaços

de decisão”, explica Fabiane ao defender que, na prática, o fortalecimento dessas representatividades deve acontecer em diversos âmbitos, tais como conselhos de políticas públicas, formação de lideranças e participação em espaços locais, nacionais e internacionais para que sejam realmente ouvidas e incluídas.

De maneira similar, a psicóloga Caní Jackson lembra que a participação cidadã no Brasil depende da inserção das representações nos espaços de poder dentro dos moldes democráticos e que, portanto, devem ser ampliados. “Inicialmente temos que estar lá. Ainda assim, essas lógicas de colonização também influenciam nas nossas escolhas e, infelizmente, o povo negro e os povos indígenas ainda são muito sub representados nesses lugares de poder porque as pessoas que escrevem, fazem, contribuem para políticas públicas não necessariamente estão escutando esses povos”, pontua.

Caní também reconhece avanços, como no SUS e SUAS, mas também cita desafios como as políticas de saneamento básico. “Não necessariamente a pessoa que bate o martelo viveu em zona de periferia para saber que aquele sistema de saneamento básico não se aplica ali, naquela realidade”, destaca. As entrevistadas reforçam que as políticas públicas precisam partir de uma visão macro e reparatória, que reconheça as consequências de modelos de desenvolvimento baseados em exploração econômica, territorial e ambiental. Ou seja, políticas públicas que efetivamente restaurem a dignidade dessas populações, com foco no combate ao racismo ambiental e na promoção do bem viver, construídas a partir das necessidades e particularidades desses grupos.

Um exemplo citado por Caní para ilustrar essa necessidade é a arquitetura urbana no Norte. “Aqui em Manaus nossas paradas de ônibus têm design de outras cidades, com teto reto, mas o sol do Sul e do Sudeste não é o mesmo sol do Norte.



FABIANE RODRIGUES FONSECA

Psicóloga, doutoranda em Psicologia pela UFAM e quilombola do Quilombo Urbano de São Benedito (AM). Atua na defesa dos direitos da população negra, com foco em saúde mental, território e saberes ancestrais. Integra o XIX Plenário do Conselho Federal de Psicologia como representante da região Norte e é apoiadora institucional da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Amazonas. Sua trajetória articula militância, ciência e cuidado coletivo.

Deveríamos trazer essa visão dos povos indígenas, com suas formas circulares e, assim, a arquitetura seria mais coerente para abrigar as pessoas que estão ali esperando o ônibus do que um retângulo quadrado, fica descontextualizado”, conta Jackson.

E a atuação da Psicologia na busca por Justiça Ambiental?

Neste cenário complexo, a Psicologia é convocada a repensar suas práticas e saberes. Admite-se que o sofrimento psíquico dessas populações afetadas pelo racismo ambiental não pode ser compreendido ou tratado sem considerar as especificidades territoriais, culturais, econômicas e políticas que as constituem.

Caní propõe uma reflexão crítica sobre o papel da Psicologia em um contexto de saúde mais amplo. “Por vezes, esses saberes da medicina popular, da medicina, da floresta são desprezados por não seguirem métodos científicos rigorosos. A ciência por vezes também colabora com essa colonização; e a Psicologia, historicamente, vai reforçar isso”, reflete. Para ela, é necessário que o campo valorize o próprio conhecimento ancestral como base para construir novos rumos teóricos e práticos, ou seja, aprender sobre as formas de vida dos povos originários, bem como respeitar as soluções que encontram para resolverem seus problemas. “Porque o fato de ser diferente daquilo que a colonização nos ensina não quer dizer que seja errado. Temos que valorizar e respeitar esses saberes, porque estão nesses saberes a resposta para o nosso futuro”, defende.

A psicóloga Fabiane Fonseca traça uma perspectiva crítica como ponto de partida para analisar o papel histórico da Psicologia no contexto histórico dos povos originários. “Os povos originários e as comunidades tradicionais têm uma trajetória extremamente complexa, em

muitos casos marcada por desafios significativos. Historicamente, é importante a gente situar que a Psicologia, como uma disciplina ocidental, muitas vezes operou a partir de paradigmas que não consideravam as especificidades culturais, sociais e espirituais dessas comunidades”, reflete.

Essa abordagem, segundo ela, resultou em práticas descontextualizadas e inadequadas que não respeitavam as tradições e que acabaram patologizando modos de vida e individualizando problemas estruturais, de modo a ignorar a centralidade do território e da coletividade para a saúde mental desses povos. “Políticas e as próprias práticas psicológicas, ao invés de fortalecerem os laços comunitários e as estratégias próprias de cuidado e bem viver, muitas vezes acabaram patologizando os modos de vida dessas populações e individualizando problemas estruturais que foram sendo negligenciados. Então, é muito importante valorizarmos o território e a coletividade desses povos para a produção de saúde mental”, considera.

Contudo, Fabiane também menciona avanços da Psicologia, que, nos últimos anos, vem enfrentando este paradigma com vistas a trazer novas visões teóricas e práticas capazes de se aproximarem da realidade brasileira. “Felizmente temos assistido a um movimento que a gente chama de descolonização da Psicologia. Temos percebido iniciativas que buscam compreender o sofrimento psicossocial dentro destes contextos históricos, políticos, ambientais e os elementos que produzem esse sofrimento. Temos visto cada vez mais projetos voltados para a Psicologia comunitária, para uma clínica ampliada, para a Ecopsicologia e a própria saúde mental coletiva, que tem buscado responder às demandas dos povos e comunidades tradicionais com maior respeito e, principalmente, com uma escuta ativa”, demarca.

Fabiana explica como o Sistema Conselhos têm se debruçado para descolonizar a Psicologia. “Um exemplo prático são as referências técnicas para atuação

de psicólogos junto a questões relativas à terra, que é uma produção do Conselho Federal de Psicologia, em diálogo sempre com comissões de profissionais que realmente estão debruçados nessas temáticas. As referências técnicas para atuação de psicólogos junto a comunidades tradicionais e a comunidades quilombolas”, relata. Inclusive, Priscila Goré, analisa o desenvolvimento dessas pautas dentro do Sistema Conselhos. “Falando especificamente do Sistema Conselhos, existe um avanço muito grande quando se trata das ações afirmativas, onde nós, indígenas, psicólogas, também estamos dentro desse espaço de luta e afirmação, trazendo as nossas demandas que é a questão do bem viver indígena, trazendo esse olhar diferenciado, falando sobre a importância do corpo-território”, explica.

Ela participou da Plenária Temática Indígena, uma das quatro realizadas pelo Conselho Federal de Psicologia desde o início da nova gestão, ao lado das plenárias voltadas para pessoas trans, população negra e pessoas com deficiência (PcD). A partir de sua vivência, Priscila observa que a oferta de espaços de escuta tem sido fundamental para os avanços desse novo olhar da Psicologia para os territórios e para os povos indígenas e tradicionais. “No momento em que a escuta é direcionada também para os nossos territórios, quando se ouve a nossa base, que são as lideranças indígenas, as lideranças espirituais, visualizamos os grandes avanços que vêm acontecendo hoje”, conta.

No Sistema Conselhos, o processo foi uma construção que envolveu amadurecimento coletivo em direção a novas práticas dentro da organização da categoria. “Nós temos a Comissão Bem Viver, que é voltada para trazer as questões de nós, povos indígenas, que anteriormente éramos um núcleo vinculado à Comissão de Relações Étnico Raciais, onde já se traz com muita ênfase toda potência do bem viver e se fala sobre o território, se fala sobre os cuidados, as tecnologias

“Falando especificamente do Sistema Conselhos, existe um avanço muito grande quando se trata das ações afirmativas, onde nós, indígenas, psicólogas, também estamos dentro desse espaço de luta e afirmação.”

ancestrais que estão presentes hoje e que falam muito desse cuidado com os nossos corpos territórios”, elucida.

A luta por justiça ambiental é uma luta pela vida, pela dignidade e pelo direito a um futuro sustentável para todos. Ela exige um olhar atento às interconexões entre questões ambientais, sociais, raciais e de saúde mental. As vozes de Fabiane, Priscila e Caní nos mostram que as populações historicamente marginalizadas não são apenas as mais afetadas pelas crises, mas também detentoras de saberes e práticas essenciais para a construção de alternativas.

Para a Psicologia, o desafio é duplo: descolonizar seus próprios saberes e práticas, reconhecendo a diversidade de existências e a centralidade do território; e assumir um posicionamento ético-político firme na defesa dos direitos das comunidades e na luta contra o racismo ambiental. Isso implica em escuta ativa, construção conjunta de soluções, apoio às lutas dos movimentos sociais e incidência política por políticas públicas justas e eficazes.●



Quer saber mais?

Acesse a íntegra das entrevistas e outros conteúdos pelo código QR ao lado.

Psicologia e migração: estratégias de intervenção em um campo marcado por desigualdades estruturais e disputas políticas

*Fenômeno global convoca a uma prática atenta às
subjetividades e ao acolhimento multidisciplinar*

A migração faz parte da história da humanidade. O impulso de se mover está vinculado à necessidade de sobrevivência, à busca por proteção, por trabalho, por liberdade ou por um recomeço. Os desafios à sociedade contemporânea são complexos quando se trata da migração forçada.

Em um cenário mundial marcado pela intensificação das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo globalizado, a migração humana em contextos adversos atinge níveis sem precedentes. Guerras, desastres ambientais, crises econômicas e políticas não são fenômenos isolados ou naturais, mas consequências diretas de um sistema que produz territórios de sacrifício para alguns. Enquanto capitais e mercadorias circulam livremente, pessoas são categorizadas entre desejáveis e indesejáveis.

O recrudescimento do nacionalismo e de discursos anti-imigração em países europeus e políticas de deportação cada vez mais duras nos Estados Unidos da América (EUA) são exemplos que marcam o fenômeno. Essa realidade afeta milhões de pessoas e exige de governos e de sociedades uma resposta ágil, articulando políticas públicas em diferentes setores e, de forma decisiva, mobilizando a atuação de profissionais da Psicologia.

Para aprofundar essa reflexão sobre a prática psicológica no contexto migratório, esta reportagem reúne as perspectivas de três profissionais. Vanessa Kamila Moratti Rosa, psicóloga que integra o programa Médicos Sem Fronteiras (MSF); Rima Awada Zahra, psicóloga e secretária-geral do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA-PR), atua na defesa dos Direitos Humanos; e Rosane Padova, psicóloga gerente do Projeto Europeia e coordenadora do Grupo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados do Oeste de Santa Catarina.



**VANESSA
KAMILA
MORATTI ROSA**

Psicóloga, Mestre em Saúde Mental da Criança e do Adolescente pela Universidade King's College – Londres. Atuou como psicóloga pela organização de ajuda humanitária internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF) em contextos de emergência e migração na Palestina, Afeganistão, Líbano, Ucrânia, Sudão do Sul, Serra Leoa, Filipinas. Professora da Pós-graduação Psicologia e Migração na PUC-MG. Consultora em Saúde Mental e Apoio Psicossocial para PANAHAH.

Migração: rupturas, desafios e subjetividades

Segundo a Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), divulgado em junho de 2024, 122 milhões de pessoas se deslocaram forçadamente no mundo, um crescimento de mais de 50% em apenas dez anos. Já o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) anunciou que, até o final de 2022, 43,3 milhões de crianças estavam em situação de deslocamento pelo mundo.

A tendência é de aumento contínuo, impulsionada não apenas por conflitos armados, mas também por desastres ambientais, perseguições e colapsos econômicos. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) estima que até 2050, mais de 1 bilhão de pessoas

poderão ser forçadas a se deslocar por causa de eventos climáticos extremos. Esses números refletem uma realidade ainda mais desafiadora. Como questão global, o fenômeno migratório contemporâneo não pode ser compreendido apenas como uma sucessão de eventos isolados ou emergenciais, especialmente no caso da migração forçada.

Segundo a psicóloga Rima Awada Zahra, migrante e filha de refugiados libaneses, esse é o tema que mais comove, mas também é o que mais divide o mundo. “Sempre digo que, ao lado das mudanças climáticas, esse tema será definidor da nossa humanidade neste século, porque a migração é um movimento que dá sentido à própria razão de ser da humanidade”, reflete Rima Awada.

Na perspectiva de direitos humanos, a psicóloga Kamila Morati, que trabalha em

contexto humanitário pela organização Médicos Sem Fronteiras (MSF), pondera que é importante reconhecer e legitimar o direito e a autonomia de quem migra em querer uma vida melhor. “Migração é um processo emancipatório e quando falamos de emancipação gosto muito de trazer um conceito do Giuseppe Ciampa, que trabalha a Psicologia Social. Ele diz que a emancipação é buscar uma vida que seja digna de ser vivida”.

Kamila propõe compreender o deslocamento em três temporalidades distintas: a pré-migração no país de origem, a travessia e a chegada ao território de acolhida. Cada uma delas possui impactos próprios. No país de origem, a violência cotidiana e a suspensão dos direitos básicos comprometem o senso de normalidade. Durante a travessia, surgem situações extremas como fome, abuso, exploração e risco à vida. Já no país de destino, somam-se os desafios da adaptação, do preconceito e da exclusão.

A psicóloga também destaca um aspecto fundamental quando se trata da infância, porque esse processo é ainda mais delicado para as crianças. Ela pontua sobre a importância de que se dê visibilidade para esse grupo, “porque assim que uma criança migra, o seu universo simbólico, conhecido, sofre essa ruptura”. O problema se agrava pela pressão por assimilar de forma rápida à nova realidade mesmo sofrendo inúmeros impactos, como perdas e separações. “Assim que ele chega nesse país hospedeiro ele tem que ser rápido, aprender a língua, se adaptar ao clima”, reforça Kamila, explicando que ele não há tempo suficiente para elaborar essas perdas.

Essa ruptura amplia a noção comum sobre a importância do acolhimento perante as emoções vividas por migrantes, que acabam vivendo processos de aculturação e de xenofobia. “Chamamos isso também de luto migratório, que é um luto que é deslegitimado. Ou seja, são perdas que são silenciadas, que não são validadas”. Essa noção de luto, trazida

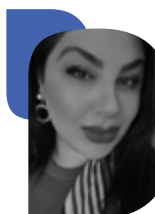
“Hoje, são eles que estão migrando; amanhã, podemos ser nós. Teremos cada vez mais refugiados climáticos, que é uma questão que já não consegue ser freada.”

por Kamila, encontra eco na reflexão de Rosane, que atua na linha de frente com os migrantes. Segundo ela, o novo território ainda “não habita no migrante”, referindo-se às dificuldades de adaptação e aos sentimentos de deslocamento, de rejeição e de perda de identidade.

Nesse contexto, o migrante precisa se reconstruir ao mesmo tempo em que se adapta. “Ele precisa repensar o seu projeto de vida e muitas vezes ele não é reconhecido pela sua cultura”, pontua Rosane, psicóloga que atua em linha de frente com migrantes que chegam ao Brasil. Dessa forma, um olhar estrutural para a questão exige perceber que se trata de sobrevivência humana e direitos, como afirma Rima. “Estamos falando sobre formas de continuar existindo, e isso se revela no sentido mais potente do que nós chamamos de Direitos Humanos”.

Ao citar o aumento da migração por causa dos eventos climáticos, ela propõe colocar a perspectiva da migração de uma forma cada vez mais próxima de todos. “Hoje, são eles que estão migrando; amanhã, podemos ser nós. Teremos cada vez mais refugiados climáticos, que é uma questão que já não consegue ser freada”, reflete.

Compreender a migração como um fenômeno contínuo, estrutural e transnacional, portanto, é fundamental para garantir o respeito aos direitos de migrantes e para a construção de políticas públicas comprometidas com a dignidade humana. No caso brasileiro, essas demandas adquirem contornos específicos que merecem análise detalhada.



RIMA AWADA ZAHRA

Psicóloga, professora e coordenadora da pós-graduação do curso de Psicologia e Migração da PUC Minas. Autora de obras que reúnem experiências nas áreas da migração, e saúde mental com população em situação de vulnerabilidade social e que são reconhecidos por entidades como a FNLIJ, a Biblioteca nacional e que foram aprovados no PNLD literário.

O cenário da migração no Brasil: redes de acolhimento e políticas públicas

Se, por um lado, a migração forçada impõe desafios subjetivos profundos; por outro, o cenário brasileiro de acolhimento reflete tensões entre a atuação emergencial por parte de entidades e de organizações e as lacunas das políticas públicas institucionais. Em 2024, o Brasil registrou a entrada de 194.331 novas(os) migrantes, segundo o 8º Boletim da Migração da Secretaria Nacional de Justiça. A nacionalidade predominante continua sendo a venezuelana, mas o país também acolhe migrantes haitianos, sírios, congoleses, afegãos e cubanos, entre outros grupos em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, a rede de acolhimento é sustentada por organizações sem fins lucrativos que atuam em regiões de fronteira e nos grandes centros urbanos em diferentes regiões do país. O Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR) mantém centros de atendimento em Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Boa Vista (RR), Manaus (AM) e Porto Alegre (RS). O Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), ligado à CNBB, tem presença nacional. Em São Paulo (SP), destacam-se a Missão Paz, o Instituto Adus, o Centro de Apoio e Pastoral do Migrante (CAMI). Já o Refúgio 343 atua em projetos de interiorização e reinserção social de migrantes, com alcance nacional.

O Europeia, liderado pelo SPM, recebe apoio financeiro da União e possui sedes em Rio Branco (AC) e Cuiabá (MT). A psicóloga Rosane Padova, gerente do projeto, conta que a organização desenvolve ações de atendimento humanitário com foco especial nas regiões de fronteira. Sobre o trabalho de acolhimento ela explica que o abrigo não é apenas um espaço físico, mas também um espaço simbólico, onde a cultura de origem é preservada e reconhecida. “Procuramos sempre fazer atividades onde eles possam compartilhar

a culinária, participar de eventos e se sentirem mais em casa”.

O projeto organiza suas ações em três setores: proteção, abrigamento e *cash* multipropósito. Esses setores promovem acolhida inicial, fazem o acompanhamento psicossocial, a articulação em rede e, ainda, conseguem fornecer um apoio financeiro emergencial. “Nesses estados, temos quatro escritórios com equipes compostas por gestores de casos, sendo profissionais geralmente da Psicologia e do Serviço Social e nós temos os assistentes de proteção, os agentes sociais e os articuladores locais”, elucida Rosane.

Esse processo é acompanhado pelos financiadores que exigem avaliações rigorosas para que o projeto atenda as particularidades de migrantes. “A equipe avalia quais são os riscos, as emergências, as vulnerabilidades de cada pessoa e família”. No caso do apoio financeiro, ela conta que o Cartão Multipropósito é usado para transferência de recursos a migrantes, mas que os valores vão depender de cada caso, “para que ele tenha autonomia de utilizar esse recurso para o aluguel ou para uma passagem, ou para a compra de alimentos ou de medicamentos”, conta Rosane.

Um dos desafios relatados por Rosane é a questão do financiamento dos projetos executados pelas instituições, dado que são temporários, a cada 12 ou, no máximo, 18 meses. “Esse é um desafio para uma organização sem fins lucrativos, que depende muito de doações e de financiamentos de outras instituições”, observa Rosane. Essa instabilidade resulta em

“Procuramos sempre fazer atividades onde eles possam compartilhar a culinária, participar de eventos e se sentirem mais em casa.”

impacto direto na capacidade de ação de entidades que atuam no setor.

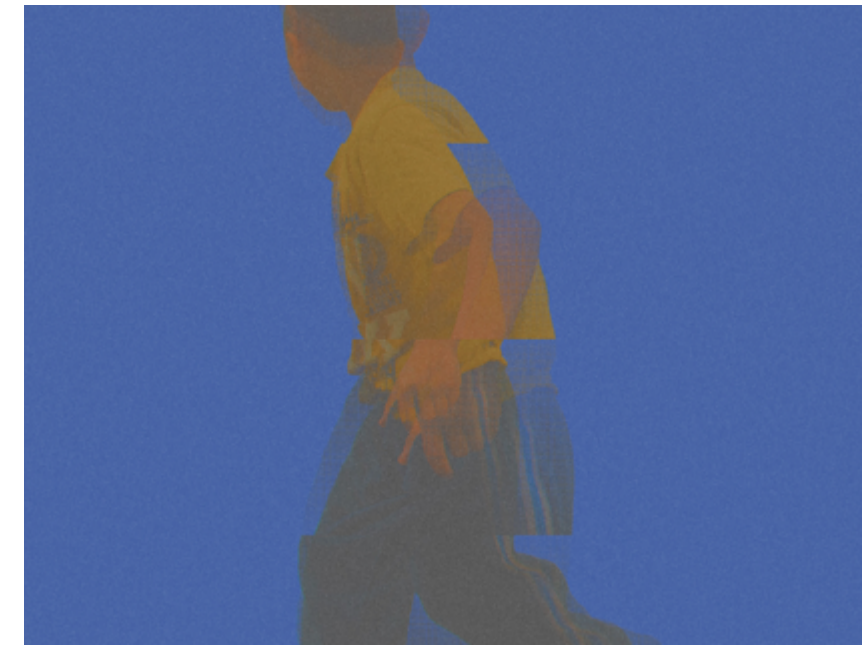
Na articulação em rede, é fundamental estabelecer pontes para o acesso de migrantes às políticas públicas. “Contamos muito com instituições como a Delegacia Especializada da Mulher (DEAM's), o Conselho Tutelar, a Polícia Federal, a Defensoria Pública, o Centro de Referência Social, instituições que fazem parte da nossa rede quando falamos de acolhimento, a população migrante, refugiada e apátrida”, conta Rosane.

Nesse contexto, a atuação da Psicologia nos abrigos envolve desafios que englobam uma articulação de ações, como a escuta qualificada, as práticas comunitárias e, também, as ações conectadas às políticas públicas. Contudo, entre a atuação dessas redes e as diretrizes legais, surgem contradições que revelam as fragilidades do Estado na garantia de direitos.

Os desafios das políticas públicas

Embora o Brasil possua dois marcos legais relevantes, como a Lei de Refúgio (nº 9.474/1997) e a Lei de Migração (nº 13.445/2017), que institui a Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA), ainda há desafios na implementação de políticas públicas. Em uma análise macro, considerando o cenário internacional, incluindo os da Europa e os Estados Unidos, o Brasil está à frente no acolhimento de migrantes, segundo a psicóloga Vanessa Kamila Morati, principalmente porque a abordagem é mais humana e inclusiva. “A lei de migração no Brasil está melhorando. Vemos desde as organizações da sociedade civil se levantando, vemos o próprio migrante também participando e isso é fundamental”, contextualiza.

Na distância entre o reconhecimento legal e a prática efetiva, acontecem as contradições e os desafios diários de quem atua no campo. A psicóloga Rosane Padova, do



SPM, conta que a função limitada, emergencial e temporária das entidades esbarra nas necessidades de migrantes. “Não temos autonomia para resolver determinadas situações”, explica. Essa instabilidade resulta em sobrecarga das equipes e dificuldades de diálogo com o Estado. “Muitas vezes não conseguimos atender da forma como seria necessário. Precisariamos de mais tempo, mais recursos humanos. As equipes maiores precisam de um apoio maior do Estado”, afirma Rosane.

Apesar de reconhecer os avanços, Kamila acredita que ainda há muito o que melhorar na política de acolhimento, principalmente com abordagens interculturais na rede de políticas públicas. Na saúde, por exemplo, ela acredita que os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) devem ser capacitados nesta perspectiva. “É muito importante que tenham uma abordagem sensível às especificidades sociais, culturais, históricas desse sujeito de modo que as nossas técnicas não venham fazer esse sujeito desaparecer”, argumenta.

Com isso, ela reforça a importância dos mediadores interculturais¹, porque são mais que simples intérpretes, eles conectam as necessidades culturais de migrantes

1 Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/historias/mediadores-interculturais-apoiam-inclusao-e-autossuficiencia-de-pessoas>. Acesso em: 9 ago. 2025.



ROSANE PADOVA

Psicóloga, Pós-Graduada em MBA Reabilitação Neuropsicológica e Desenvolvimento Cognitivo, pela IPOG, Trabalhadora Humanitária a mais de 15 anos, destes, 10 anos dedicados ao trabalho com migrantes e refugiados em Santa Catarina. Atualmente Gerente de Projetos pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM).

aos serviços públicos, garantindo que as intervenções sejam sensíveis. Dessa forma, ela acredita que há espaço para a criação de algo novo, uma “zona intermediária, onde dois sujeitos se encontram, há um hibridismo, a criação de algo novo”, reflete.

De forma similar, a psicóloga Rima Awada enfatiza que, no campo migratório, as políticas públicas devem exercer um olhar multidisciplinar, capaz de produzir respostas articuladas, sempre considerando o direito do migrante em ter uma vida com dignidade. “No campo migratório, para fazer política pública, precisamos constantemente advogar que são políticas para pessoas, que são sujeitos com direito à moradia, à saúde, à vida digna”, afirma.

Diante desses desafios estruturais e fragilidades institucionais, emerge a necessidade de repensar o papel dos profissionais de saúde mental no contexto migratório. As fragilidades na articulação intersectorial e nas ações estatais contribuem para naturalizar a exclusão de migrantes do acesso pleno aos direitos sociais.

Para Rima, esses desafios mostram “a necessidade de uma resposta multidisciplinar e coordenada que envolva não apenas os profissionais de saúde mental, mas também especialistas em Direitos

“Temos que ter uma responsabilidade social e política diante dessas situações de graves violações de direitos, de violências contínuas, de políticas de morte e, principalmente, a responsabilidade de nos posicionarmos e atuarmos sempre tendo como horizonte resguardar os direitos dessas pessoas.”

2 Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd1496/files/documents/AESM_final_online_2021_0.pdf. Acesso em: 9 ago. 2025.

Humanos, Assistência Social, Educação e outras áreas”. Nesse cenário, a Psicologia é convocada a ultrapassar os limites da clínica individual, inserindo-se nas redes de proteção, nos espaços institucionais e nos processos de incidência política, como parte de uma prática ética comprometida com a dignidade e a continuidade de existência de todos os sujeitos.

Psicologia no contexto das migrações: desafios, resistências e práticas no acolhimento às migrações

Racismo, preconceito e xenofobia estão entre as principais queixas da população migrante e refugiada nas experiências com os serviços de saúde mental no Brasil. Essas informações são de uma pesquisa realizada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), em 2021,² com 53 organizações da sociedade civil que atuam na área da migração. Essas violações foram apontadas por 37 organizações como uma das principais barreiras para o acesso de migrantes e refugiadas(os) à assistência em saúde mental. A pesquisa revelou, ainda, que migrantes e refugiadas(os) negras(os) são os que mais relataram situações discriminatórias e xenófobas, enfrentando o duplo desafio do racismo estrutural brasileiro somado à xenofobia.

Ao trazer sua contribuição sobre o papel da Psicologia no contexto da migração, Rima menciona essa pesquisa analisando que o direito à saúde do migrante precisa ser assegurado a partir de uma dimensão crítica e humana ampliada. “Temos que ter uma responsabilidade social e política diante dessas situações de graves violações de direitos, de violências contínuas, de políticas de morte e, principalmente, a responsabilidade de nos posicionarmos e atuarmos sempre



tendo como horizonte resguardar os direitos dessas pessoas”, argumenta.

Dessa forma, ela afirma que, no cenário da migração, a Psicologia deve ser “ancorada nas políticas públicas”, de maneira articulada com outros campos de atuação em uma perspectiva que supere o conhecimento formal e as limitações culturais. “A promoção da saúde mental desses migrantes exige um esforço conjunto e colaborativo que transcenda as fronteiras disciplinares e culturais. É preciso não apenas compreender as complexidades da migração, mas reconhecer e valorizar toda a diversidade de experiências e perspectivas que eles trazem conosco”, defende.

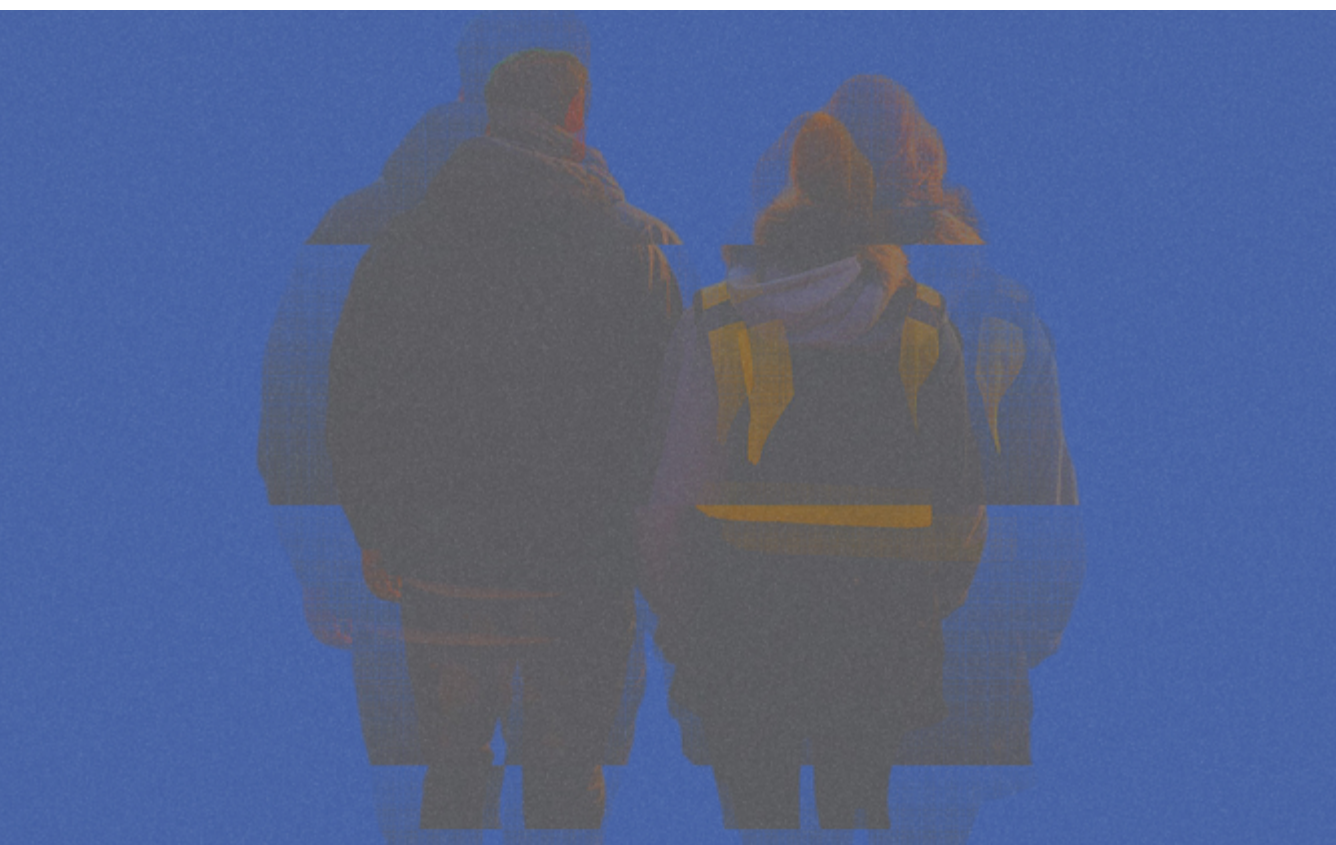
Neste sentido, o trabalho da Psicologia realizado nos abrigos e organizações que atuam na linha de frente do acolhimento, é um exemplo dessa perspectiva articulada e multidisciplinar. No caso do projeto Europeia, a psicóloga Rosane detalha a metodologia do atendimento psicossocial realizado pelo setor de proteção, que conta com profissionais da Psicologia e da Assistência Social.

No acolhimento inicial de migrantes, há o trabalho de escuta qualificada e orientações coletivas e individuais para garantir que os migrantes compreendam direitos

e deveres e sobre como vão regularizar sua situação no Brasil. Outra atividade é na gestão de casos, que faz um acompanhamento personalizado de algumas situações, com “escuta qualificada de determinada situação que o migrante vem a apresentar e que necessita de um acompanhamento de até quatro sessões de escuta e de orientação”. Esse acompanhamento personalizado é fundamental para apoiar as(os) migrantes no processo de adaptação e para lidar com as dificuldades emocionais que surgem nesse contexto.

Já em situações de maior vulnerabilidade, a assistência individual oferece suporte a migrantes que enfrentam situações emergenciais, como vítimas de tráfico de pessoas, exploração de trabalho ou violência de gênero. “É para situações de emergência, para vítimas de tráfico de pessoas e para exploração de trabalho, violência baseada em gênero, crianças abandonadas que, às vezes, entram no Brasil desacompanhadas”, explica Rosane.

Para Rosane, a subjetividade de migrantes exige da Psicologia um olhar diferenciado. Ela defende que, entre todas as profissões, a Psicologia é a que tem a capacidade única de oferecer uma escuta profunda, que vai “lá nas entranhas da



pessoa para poder entendê-la”. Segundo Rosane, essa escuta é uma das questões centrais que precisa ser mais valorizada e tratada com carinho pelas(os) psicólogas(os), especialmente no contexto da migração, um tema que envolve aspectos subjetivos complexos e muitas vezes negligenciados.

Nesse sentido, nas intervenções com migrantes, especialmente crianças, Kamila Morati analisa que há uma tendência preocupante na atuação profissional que é isolar sintomas de saúde mental sem considerar o histórico escolar, a cultura ou o ambiente de origem dessas pessoas. “Temos uma mania de patologizar a criança migrante”. Para ela, é fundamental que os profissionais entendam que as “intervenções precisam ser participativas. Nós não podemos chegar com as nossas pré-ideias no encontro desse outro. Então, a construção de uma intervenção, ela deve ser feita nesse diálogo, nessa conversa”, explica.

“Tem uma metodologia que chama avaliação rural participativa, que gosto

“intervenções precisam ser participativas. Nós não podemos chegar com as nossas pré-ideias no encontro desse outro. Então, a construção de uma intervenção, ela deve ser feita nesse diálogo, nessa conversa.”

muito. Ela utiliza técnicas visuais, porque a gente trabalha muito com o brincar, com o lúdico. E para isso usamos desde mapas, desenhos, fotografias, a linha da vida, porque é importante a gente valorizar a identidade cultural dessa criança, as brincadeiras do seu país de origem, a sua culinária, a sua história, a sua música. Então, é criar esse espaço onde essa criança possa nomear as suas percepções sobre os seus espaços subjetivos e coletivos”, explica Kamila.



Essas experiências mostram, na prática, o que Rima Awada afirma quando defende que profissionais devem transcender as fronteiras disciplinares da Psicologia e exercer um olhar com “humildade cultural” na prática com migrantes. “Mesmo que tenhamos uma formação em Psicologia, um mestrado, um doutorado, nós não sabemos tudo. É o que eu chamo de humildade cultural, é reconhecer que a gente não sabe tudo”. Essa postura, segundo ela, deve ser complementada pela “competência cultural”, que significa “saber lidar com contato intercultural”.

Em sua experiência com crianças migrantes, Kamila também defende abordagens interculturais, como parte central do cuidado. Ao trabalhar com metodologias participativas, Kamila reivindica a importância de “capacitações para que esses profissionais tenham abordagem interculturais” e uma metodologia decolonial, na qual “não é só esse lugar de fala, mas também a transferência de poder e o migrante ali participando das tomadas de decisões também dentro do cenário que envolve as políticas públicas do nosso país no acolhimento a essa população”.

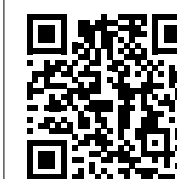
Alguns desses desafios teóricos e práticos no campo da Psicologia são resultados de narrativas coloniais presentes na cultura, segundo Rima. Para ela, a busca por uma Psicologia Intercultural, que quebre a ideia de neutralidade e ajude a construir uma visão descolonizada do mundo, é fundamental. Nessa perspectiva, nasceu a primeira pós-graduação em Psicologia e Migração do Brasil, coordenada por ela, como iniciativa de resistência a partir do espaço acadêmico.

A proposta formativa vai além da capacitação técnica, incluindo “um corpo docente com professores de várias regiões do mundo” para que “eles falem sobre a sua própria história. Não que a gente fale por eles”. Essa abordagem resulta na “produção de artigos, de livros, de material, de literatura” que contribui para “furar bolhas” e ampliar perspectivas.

“não é só esse lugar de fala, mas também a transferência de poder e o migrante ali participando das tomadas de decisões também dentro do cenário que envolve as políticas públicas do nosso país no acolhimento a essa população.”

A migração, parte constitutiva da história humana, vai além do deslocamento físico, é uma jornada de reconstrução material e subjetiva que desafia a sociedade. Nesse panorama, a Psicologia é convidada a aprender com os migrantes e com os conhecimentos que celebram a diversidade cultural a partir de uma repensar práticas, métodos e, sobretudo, aprofundar seu compromisso ético-político com a dignidade humana nesse contexto.

Ou seja, uma Psicologia que não apenas acolhe, mas se transforma no encontro com o outro, reconhecendo na migração não um problema a ser resolvido, mas um direito humano a ser protegido e valorizado. Ao articular saberes técnicos e experiências de vida e ao se inserir nas redes comunitárias e nas políticas públicas, a Psicologia pode não apenas mitigar os danos provocados pelo deslocamento forçado, mas também contribuir para processos de reconstrução identitária, pertencimento e exercício pleno de direitos.●



Quer saber mais?

Acesse a íntegra das entrevistas e outros conteúdos pelo código QR ao lado.

Psicologia e Políticas Públicas: influenciando decisões para um futuro sustentável

Situações climáticas extremas, aumento do estresse, ansiedade, depressão e demais agravos à saúde mental impõem desafios à Psicologia



No ano de 2024, o planeta Terra ultrapassou, pela primeira vez desde a era pré-industrial, a temperatura de 1,5° C, segundo o Serviço de Mudanças Climáticas Copernicus, da União Europeia. Os cientistas concluíram que as principais causas para o aumento da temperatura foram, respectivamente, o crescimento das emissões de gases de efeito estufa e as oscilações do *El Niño*.

Além da emissão dos gases, o desmatamento, o esgotamento de ecossistemas, a perda da biodiversidade, bem como a dependência de economias por combustíveis fósseis são alguns outros fatores que compõem a escalada das mudanças climáticas. Como resultado, há mais furacões, inundações e incêndios florestais, mas também consequências que chegam mais lentamente e que impactam de forma direta a saúde humana, como o aumento da insegurança alimentar e hídrica, bem como a perda de lugar e de cultura.

No Brasil, há exemplos comprovados dessa crise. Dentre eles: os mais de 278 mil focos de incêndio em 2024, representando um aumento de 46% em relação a 2023, ameaçaram comunidades e destruíram fauna e flora. Além disso, as enchentes no Rio Grande do Sul atingiram cerca de 2,4 milhões de pessoas em 478 municípios.

Essas e outras tantas situações climáticas extremas ocorridas nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, tornaram-se rotina. O surgimento de um esforço comum, por meio de ações governamentais eficazes em diferentes frentes, tem sido alertado como a única resposta possível para evitar o colapso dos sistemas que sustentam a vida terrestre. Contudo, falhas nessa ação conjunta em nível global evidenciam o tamanho do desafio.

A primeira iniciativa internacional para discussão do tema aconteceu em 1972, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, ocorrida em Estocolmo na Suécia, que reuniu 113 países e 400 organizações internacionais. Da



Conferência, saíram os primeiros entendimentos sobre a importância da inclusão dos temas ambientais nas agendas de governos com vistas ao desenvolvimento de um futuro mais sustentável. De lá para cá, diversos outros encontros e conferências marcaram a história da diplomacia ambiental e a busca por consensos que pudessem garantir, ao mesmo tempo, crescimento econômico e a preservação do meio ambiente.

Na prática, acordos, tratados e convenções, como instrumentos práticos da diplomacia, sempre enfrentaram obstáculos de implementação. Interesses econômicos e políticos, a falta de mecanismos de fiscalização e a falta de apoio financeiro para as iniciativas, principalmente em países pobres ou em desenvolvimento, são fatores que explicam tais dificuldades.

Em 2022, para marcar o 50º aniversário da Conferência de Estocolmo, ocorreu a Estocolmo+50. O encontro foi marcado pelo sentimento de urgência por transformações ambientais e econômicas como solução urgente para o enfrentamento à crise climática. Na Conferência, a Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentou um relatório de políticas públicas com forte destaque sobre as consequências da emergência climática para a saúde mental.



GEISE DO SOCORRO LIMA GOMES

Psicóloga, Doutora em Educação pela UFPA. Exerce a função de docente na Faculdade de Educação do Campus Castanhal/UFPA e coordena o "Intensidades na Amazônia: grupo de estudos, extensão e pesquisas em psicologia, educação e processos de subjetivação".

“as mudanças climáticas também agravam muitos fatores de risco sociais e ambientais para problemas de saúde mental e psicossociais, podendo levar a sofrimento emocional, ao desenvolvimento de novos transtornos de saúde mental e ao agravamento da situação para pessoas que já convivem com esses transtornos.”

Para a entidade, os efeitos para a saúde física já são amplamente estudados. Mas, “as mudanças climáticas também agravam muitos fatores de risco sociais e ambientais para problemas de saúde mental e psicossociais, podendo levar a sofrimento emocional, ao desenvolvimento de novos transtornos de saúde mental e ao agravamento da situação para pessoas que já convivem com esses transtornos. Portanto, na preparação e na resposta a essa emergência crescente, há uma necessidade crescente de oferecer apoio em saúde mental e psicossocial”¹.

O relatório aponta como possíveis decorrências psicossociais e de saúde mental, manifestações como: estresse, relações sociais mais tensas, aumento da ansiedade e da depressão e sentimentos de desamparo (luto, medo), além do uso de drogas e de comportamentos suicidas. Já fatores de vulnerabilidade e desigualdade podem agravar esses riscos em determinadas populações e grupos, segundo o mesmo documento. Como diretrizes de ação, a OMS sugeriu aos governos que incluíssem ações de

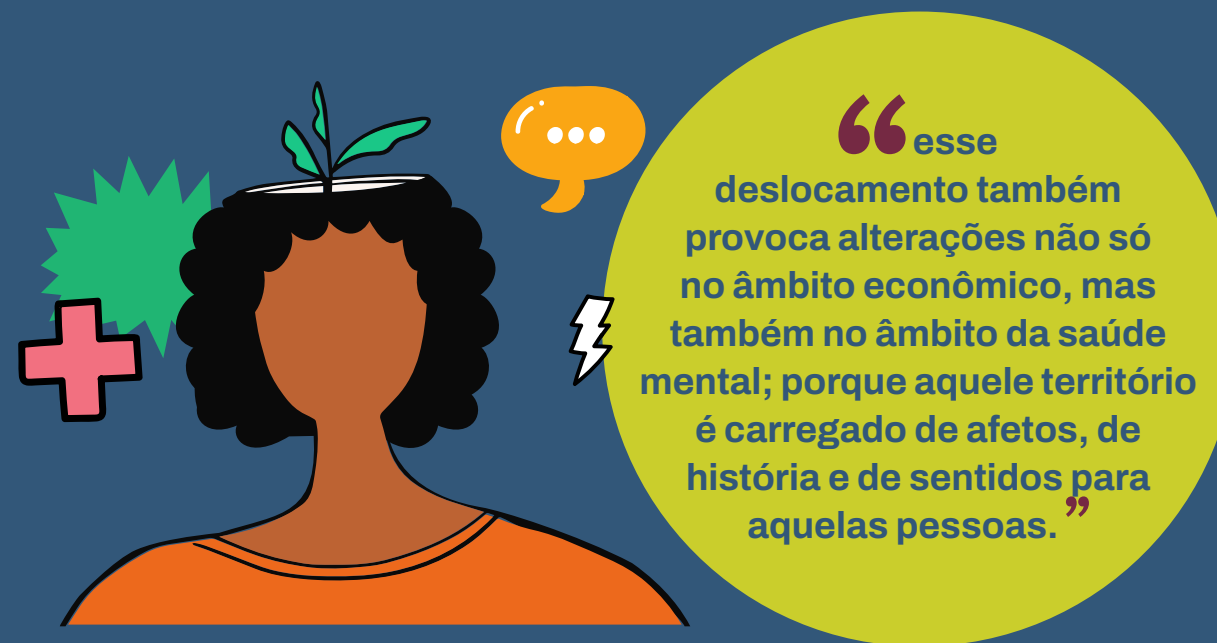
apoio à saúde mental nos planos de ação climáticas previstos nas agendas governamentais.

Embora ainda se reconheça as dificuldades em mensurar a relação direta entre os eventos climáticos e os efeitos para a saúde mental, já há um consenso na comunidade internacional sobre esses potenciais riscos, principalmente para determinados grupos a partir dos marcadores de vulnerabilidade.

Nos últimos anos, estudos para compreender os impactos psíquicos a partir das mudanças do clima foram realizados em diversas partes do mundo e mostram que, principalmente entre os jovens, os sentimentos negativos sobre a questão já são uma realidade. Episódios de estresse pós-traumático têm sido reportados no Rio Grande do Sul, por exemplo, como explica Ingrid Luiza Neto, psicóloga, pedagoga e docente nos cursos de Psicologia da Universidade Católica de Brasília (UCB) e na UNINASSAU.

Ela conta que uma questão bastante estudada na Psicologia Ambiental é a forma como a identidade do indivíduo é afetada a partir dos eventos climáticos. “Temos uma relação com os locais onde vivemos, moramos, passamos e trabalhamos. Então, há uma relação, muitas vezes, de identificação, de apego àquele lugar. E muitas dessas pessoas, quando são forçadas a se deslocarem ou a saírem daquela comunidade, perdem tudo em decorrência desses efeitos climáticos e muitas vezes se veem em sofrimento emocional mesmo, porque são simplesmente forçadas a migrarem daquele lugar e isso tem um impacto muito grande”, explica.

Geise Gomes, psicóloga, doutora e docente em Educação na Universidade Federal do Pará (UFPA), atua com a formação de novos educadores. Nesse contexto, ela explica que uma das questões que têm sido trabalhadas na temática da educação ambiental é a



importância da visibilidade dos sofrimentos emocionais nas populações já vulnerabilizadas ou em risco, como os povos originários e tradicionais.

“Essas pessoas têm seus corpos e seus territórios violentados por conta dessa ação do outro. Muitas são obrigadas a se deslocar para proteger a sua vida depois de conseguir um meio de subsistência. E esse deslocamento também provoca alterações não só no âmbito econômico, mas também no âmbito da saúde mental; porque aquele território é carregado de afetos, de história e de sentidos para aquelas pessoas”, analisa, reforçando que a violência, bem como a desapropriação do direito ao território e aos laços afetivos são fatores de adoecimento.

Andie Lima, psicóloga e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), lembra que ambiente e pessoas não são organismos separados, mas intrinsecamente ligados entre si. Logo, o racismo ambiental e suas formas de segregação vão produzir sofrimentos distintos para as populações que são desrespeitadas em suas formas de existir nos ambientes ou que não possuem seus direitos de existir com dignidade nos ambientes.

“Quando chove, determinadas parcelas da população se preocupam apenas se vão pegar um trânsito a mais, se vão chegar no seu trabalho a tempo, enquanto tem pessoas que precisam se preocupar, por exemplo, se a água não vai entrar na casa delas, se a casa vai continuar com luz, porque as instalações elétricas são precárias, se a casa vai resistir à chuva por conta das condições de habitação. Isso também está muito relacionado com qual espaço você vai ocupar dentro da cidade e daí temos complicações psicossociais decorrentes dessa dinâmica de segregação”, exemplifica.

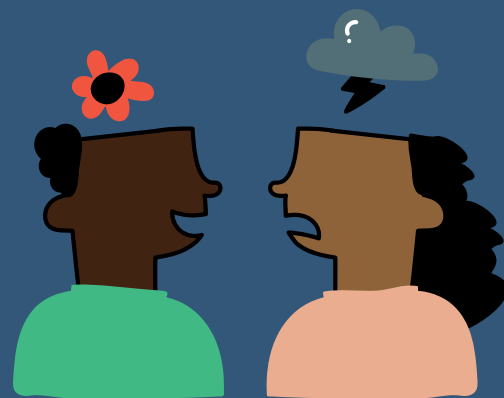
A Psicologia, portanto, ganha centralidade neste cenário, como Ciência e como Profissão, tanto nos estudos de impacto, como também com contribuições de diretrizes governamentais, principalmente daquelas voltadas à justiça social de grupos e comunidades mais vulneráveis. Duas áreas se destacam, portanto, nesse contexto por suas contribuições específicas e complementares: a Psicologia Ambiental e a Psicologia Escolar e Educacional, cada uma oferecendo perspectivas únicas para o enfrentamento dos desafios climáticos.



ANDIE DE CASTRO LIMA

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Direitos Humanos, Responsabilidade Social e Cidadania Global pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). MBA em Gestão de Instituições Públicas pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO). Mestra e doutoranda em Psicologia pela UFC. Integra o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental (Locus) da UFC.

¹ Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240045125>. Acesso em: 30 jul. 2025.



O fortalecimento da Psicologia Ambiental em um cenário de crise climática: uma demanda mais que reconhecida

Do ponto de vista histórico, o envolvimento da Psicologia na temática ambiental é recente. Somente há algumas décadas foi que a área passou a investigar, com maior interesse, o comportamento humano na relação com o ambiente, como explica a psicóloga Ingrid Neto, que também atua como pesquisadora no Laboratório de Psicologia Ambiental da UnB.

“Por muito tempo a Psicologia se afastou dessas temáticas, entendendo que não era uma área de atuação nossa. Hoje, já temos uma compreensão muito maior sobre esses fenômenos e sabemos que muitos desses eventos têm relação direta com comportamento humano. A Psicologia vem sendo cada vez mais chamada para adentrar nessas pautas e, sobretudo, para desenvolver e implementar políticas públicas voltadas para essas temáticas da sustentabilidade, da educação ambiental e das questões climáticas de uma forma geral”.

Foi a partir desse crescente interesse que surgiu a Psicologia Ambiental (PA), fortalecendo-se de maneira gradativa como uma nova sub área na Psicologia. Além do foco na relação pessoa-ambiente, elementos como interdisciplinaridade e multidisciplinaridade são marcas da PA. A atuação na Psicologia Ambiental sempre será ao lado de outras áreas do conhecimento, como a Arquitetura, a Engenharia, a Agronomia, a Educação, dentre outras.

“Se pensarmos na área de educação ambiental, por exemplo, teremos vários colegas da Pedagogia, da Educação, da gestão escolar, que atuam nessas frentes de sensibilização das pessoas para as questões climáticas, para as questões do comportamento pró-ecológico, para adotar atitudes e posturas que sejam mais benéficas para o ambiente, que obviamente vai repercutir também na nossa qualidade de vida”, explica.

Essa articulação da Psicologia Ambiental com outras áreas do saber vem crescendo, inclusive, no ambiente da universidade. Ingrid, que pesquisa as relações entre Psicologia e Trânsito, conta que a Engenharia e a Arquitetura, possuidoras de um forte caráter técnico, têm convidado a Psicologia para essas discussões por entenderem que a promoção de iniciativas mais sustentáveis de mobilidade envolvem a necessidade de alterações comportamentais.

“Quando pensamos em promover modos de transporte que sejam mais sustentáveis, que sejam menos poluentes, a atuação dos engenheiros, dos arquitetos, cada vez mais estão nos convidando a participar dessas discussões porque eles entendem que há demandas comportamentais ali”, relata.

Os estudos sobre as relações entre saúde mental e as alterações climáticas, a partir do olhar da Psicologia Ambiental, também têm crescido na academia. É o caso da experiência da psicóloga Andie, que atualmente, no doutorado, integra a equipe do LOCUS (Laboratório de Pesquisa em Psicologia Ambiental da UFC) em um estudo sobre os impactos socioambientais e psicossociais da implementação de iniciativas de geração de energia verde, em especial da energia eólica, no município de Maracanaú/CE.

“Na nossa pesquisa, temos verificado um impacto significativo nas práticas das comunidades tradicionais de pesca artesanal. Então, pessoas que costumam ter o seu sustento garantido a partir da pesca se veem ameaçadas por conta da implementação dessas iniciativas de energia

eólica. Algumas perguntas, a partir desses estudos, são: a energia é verde e é limpa para quem? Será que todo mundo é englobado nessa discussão? E aí a gente vê como impacto, por exemplo, a mudança na dinâmica comunitária, nas relações, as pessoas se dividem”, explica.

Contudo, ambas as pesquisadoras, Ingrid Neto e Andie Lima, reconhecem que, apesar do imenso potencial trazido pela Psicologia, ainda há desafios para que suas formulações transponham as fronteiras da universidade e ganhem espaço no âmbito das ações governamentais e estatais. “Eu diria que, hoje, um dos nossos maiores desafios na Psicologia Ambiental é transpor o que temos feito na universidade, nas nossas pesquisas, nas nossas ações junto à comunidade, seja em projetos extensionistas, seja em ações de sustentabilidade desenvolvidas em todo o país, para uma efetivação da política pública”, elucida Ingrid.

Andie também acredita que a Psicologia Ambiental pode contribuir de maneira muito mais contundente com a responsabilização desses fenômenos e com os processos que priorizem os impactos psicossociais na tomada de decisão dos indivíduos e de toda a sociedade. No entanto, reforça que há diferença de inserção da área nos âmbitos acadêmico e profissional.

“No campo da pesquisa, nós temos representatividade, mas infelizmente no campo profissional, essa pauta da inserção da Psicologia na discussão sobre sustentabilidade, sobre mudanças climáticas, ainda é muito escassa aqui no Brasil”, pondera.

“As políticas públicas são bastante fechadas. Eu, por exemplo, estou em 1º lugar do cadastro de reserva de um concurso do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza (Ippplan), que é a autarquia responsável pela construção do Plano Diretor, mas até agora ninguém foi chamado”, conta. Ela conta que disputou uma vaga na área de Assistência Social e que a área de planejamento urbano era reservada para arquitetos e engenheiros. Dessa forma, cabe questionar como os governos

“Eu diria que, hoje, um dos nossos maiores desafios na Psicologia Ambiental é transpor o que temos feito na universidade, nas nossas pesquisas, nas nossas ações junto à comunidade, seja em projetos extensionistas, seja em ações de sustentabilidade desenvolvidas em todo o país, para uma efetivação da política pública.”

conseguirão, na prática, articular as áreas de modo que favoreçam o surgimento de ações públicas realmente eficientes.

O crescimento da área tem sido gradativo e reflete os movimentos da categoria em busca desse fortalecimento. No ano 2000, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) de Psicologia Ambiental pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Posteriormente, em 2018, como resultado dos esforços do GT, foi fundada a Associação Brasileira de Psicologia Ambiental e Relações Pessoa-Ambiente (ABRAPAM).

No final de 2021, o Conselho Federal de Psicologia criou um GT sobre Psicologia Ambiental com intuito ampliar o conhecimento da categoria para essa nova área. Em 2022, o GT publicou o “Catálogo de Práticas em Psicologia Ambiental”, que reúne uma série de relatos de experiências de atuação no contexto ambiental como forma de incentivar profissionais e estudantes a considerarem a relação pessoa-ambiente como objeto de trabalho.

A coletânea revela não apenas o potencial da PA na análise dos impactos, mas também na criação de soluções e de ferramentas criativas e inovadoras. Estas podem ser incluídas nas políticas públicas tanto na gestão de riscos psicossociais, como na promoção da resiliência comunitária, como também no desenvolvimento de estratégias de comunicação que mobilizem a sociedade para modos de vida mais sustentáveis.



INGRID LUIZA NETO

Psicóloga e Pedagoga, com mestrado e doutorado em Psicologia pela UnB. Pós doutora em mobilidade urbana saudável, pela UnB e Oxford Brookes University. Foi pesquisadora visitante no Behavioral Psychology Research Analysis Team, na Old Dominion University. Atualmente, é professora no Programa de Mestrado e Doutorado em Psicologia na Universidade Católica de Brasília.

Psicologia Escolar e Educacional: potenciais e desafios na construção de uma Educação Ambiental transformadora

Outra área da Psicologia que assume papel estratégico na construção de políticas públicas ambientais é a Psicologia Escolar e Educacional. Reconhecida como especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia desde 2007, é uma área com forte tradição e luta nos debates sobre políticas públicas educacionais. A aprovação da Lei nº 13.935/19, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas da educação básica, representou, portanto, uma conquista histórica da categoria após mais de duas décadas de mobilização.

Com isso, o campo da educação ambiental, que possui um arcabouço legal consolidado, oferece oportunidades estratégicas para a atuação da Psicologia Escolar e Educacional. A conscientização ambiental, prevista como obrigação constitucional desde 1988, encontrou sua primeira regulamentação específica na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/99 e regulamentada pelo Decreto nº 4.281/2002.

Em 2024, a PNEA foi atualizada por meio da Lei 14.926, para “assegurar atenção às mudanças climáticas, à proteção à biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais” nos currículos em todos os níveis de ensino. Essa convergência entre a presença institucionalizada da Psicologia nas escolas e a obrigatoriedade da educação ambiental nos currículos cria um cenário promissor para o desenvolvimento de práticas educativas transformado-

ras que integrem as dimensões psicológica, pedagógica e ambiental.

Geise Gomes, que atua na formação de professores no interior do estado do Pará, explica que esses temas são agora itens obrigatórios. Isso é um passo importante para que a temática ganhe relevância em toda a formação, especialmente nas licenciaturas, “justamente para que a gente consiga casar esses dois elementos, fazer uma boa formação de professores que vá para a educação básica já com esse debate acerca da educação ambiental”.

Para ela, a educação ambiental, neste cenário de maior gravidade climática, não pode ser descolada de reflexões baseadas nas relações humanas, especialmente porque as vivências e consequências dessas mudanças não serão as mesmas para todos. Nesse sentido, ela acredita que a Psicologia Escolar e Educacional pode contribuir com a criação de estratégias de mobilização de professores, equipes escolares e comunidades a partir deste recorte.

Isso pode “fazer a comunidade escolar como um todo, bem como a comunidade do entorno daquela escola se sentirem implicadas com essas mudanças e consigam pensar de que forma pode se inclinar a esse sofrimento que vai impactar a si, mas muito mais um outro, aquele que é diferente de mim, que está distante de mim e que está, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade e de risco que amplia as consequências na sua própria vida, a partir dessas manifestações climáticas que têm acontecido”, reflete.

No entanto, para ela, esses temas também precisam ganhar mais espaço na graduação, de forma que as(os) psicólogas(os) aprendam a construir o conhecimento de forma conjunta com as equipes escolares e não apenas municiar os professores para trabalhar em sala de aula. “A Psicologia pode trabalhar junto, pensar junto com todos

esses atores que estão dentro da escola a confecção desses projetos, inserindo esse debate dentro do currículo, por meio do projeto político-pedagógico da escola e também criando redes”, explica Geise.

Como exemplo, ela cita que podem ser criados projetos de educação ambiental com foco em “discussões éticas no campo das relações, questionando como nos relacionamos com o outro e como nossas ações em determinado território geram consequências em outros ambientes e esferas. Quem sofrerá essas consequências?”, sugere.

Embora reconheça a importância das políticas de educação ambiental, Geise reflete que há falhas no sentido de que as escolas não conseguiram, após tantos anos, construir vínculos afetivos genuínos entre estudantes, comunidades e natureza. “Ainda ficamos naquela ideia cartesiana de que o meio ambiente está ali e nós estamos aqui, do outro lado. Estamos cuidando do meio ambiente, mas é sempre um cuidado no sentido de que eu domino o meio ambiente”, reflete.

Geise defende, como papel estratégico da Psicologia Escolar e Educacional, o investimento nessas abordagens mais afetivas, humanas e com foco na justiça social. “A Psicologia tem que pensar uma educação ambiental que priorize ou que faça um forte investimento nas relações afetivas para conseguirmos concatenar esses afetos, que têm que ser ampliados e fazer ressonância para a educação ambiental também”, defende.

Após 53 anos da 1ª Conferência de Estocolmo e às vésperas da COP30, que será realizada em Belém em 2025, o Brasil se reposiciona como protagonista global nas discussões sobre mudanças climáticas. Neste contexto histórico, a Psicologia brasileira revela que a ciência psicológica possui contribuições e ferramentas para promover mudanças comportamentais, fortalecer a construção de intervenções que incidam nas condições de vulnerabilidade das comunidades e desenvolver estratégias de comunicação

que mobilizem a sociedade para transformações urgentes. A categoria demonstra estar preparada para enfrentar esse desafio, e sua crescente inserção nas políticas públicas certamente qualificará as ações governamentais, garantindo que as dimensões humanas da crise climática sejam devidamente consideradas na construção de um futuro mais justo e sustentável.●

Diretrizes da Psicologia para Políticas Ambientais

Como categoria, a Psicologia também tem se organizado para incidir nos debates sobre os rumos das políticas ambientais no Brasil. Em janeiro de 2025, realizou a Conferência Livre de Psicologia, Justiça Ambiental e Meio Ambiente, como etapa preparatória para participação na 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente (CNMA), ocorrida no mês de maio.

Ao reunir centenas de profissionais, estudantes e representantes da sociedade civil na Conferência Livre, o CFP sintetizou 10 propostas para serem apresentadas na 5ª CNMA, cujo tema foi “Emergência Climática: o desafio da transformação ecológica”. As discussões e as propostas seguiram os cinco pilares temáticos da CNMA: redução de impactos ambientais, capacidade de resposta a catástrofes naturais, equidade socioambiental, transição sustentável e gestão participativa com conscientização ecológica.



Quer saber mais?

Acesse a íntegra das entrevistas e outros conteúdos pelo código QR ao lado.

Movimentos Antidemocráticos e Discursos de ódio: Efeitos dos Extremismos nas Relações Sociais

Construir o futuro da Psicologia também passa por reconfigurar aspectos da formação básica, onde conhecimentos oriundos de diversos povos possam traduzir uma profissão ainda mais conectada com a diversidade do povo brasileiro



O avanço do extremismo, especialmente nos últimos anos, tem sido considerado um fenômeno internacional. Historicamente associado a regimes autoritários, agora se manifesta também em democracias consolidadas, chamando atenção de pesquisadores e sociedade civil em todo o mundo. O extremismo é marcado pelo crescimento de polarizações políticas e dos discursos de ódio, com nuances e características próprias em cada nação onde se apresenta.

No Brasil, o aumento da violência simbólica sobre grupos vulnerabilizados, mas também entre amigos e familiares, é uma das características mais notáveis do extremismo. Nesse novo contexto, divergências políticas assumiram um protagonismo inédito, provocando mudanças na forma como as(os) brasileiras(o) se relacionam entre si. De maneira mais radical, o rompimento de vínculos afetivos se tornou parte do cotidiano de muitas pessoas e revela uma face inquietante da polarização política contemporânea.

Uma forma de compreender a polarização no Brasil é começar pela observação do engajamento político do povo brasileiro. Pesquisa do DataSenado (2024), com 21 mil brasileiros, revelou que 40% não se identificam com nenhuma posição ideológica. Entre os demais, 29% se declaram de direita, 15% de esquerda e 11% de centro, sendo os índices ainda menores entre mulheres, pessoas negras e indivíduos com menor renda.

Esse cenário confirma padrões já descritos em estudos da Ciência Política e da Comunicação: a polarização é elástica, mais intensa em períodos eleitorais ou de crises e atinge grupos minoritários. A atuação dos grupos é amplificada na arena das redes sociais, o que torna possível a falsa percepção de um país dividido entre dois polos, apesar do distanciamento ideológico na “vida real” comprovado por pesquisas quantitativas. Apesar disso, os efeitos psicossociais da polarização se fazem sentir em diversas esferas da vida social.



Tensões, rupturas e desgastes nas relações sociais têm sido relatados em atendimentos clínicos e começam a ser investigados também pela Psicologia no campo da pesquisa.

A Psicologia brasileira, com seu forte compromisso social, ético e político, tem sido convocada ao tema, de modo a compreendê-lo como uma experiência afetiva e relacional, muitas vezes silenciosa, mas profundamente desagregadora. E assim, levanta contribuições e estratégias que ajudem na mitigação dos sofrimentos individuais, mas também coletivos, na busca por uma cultura de paz e pelo fortalecimento da democracia.

Para compreender um pouco mais sobre as múltiplas dimensões desse fenômeno, a *Diálogos* ouviu três especialistas que trazem perspectivas teóricas e práticas a partir de diferentes experiências e focos de atuação: o psicólogo Igor Santos, professor da Universidade Federal do Tocantins e especialista em Psicologia Social; Domenico Uhng Hur, professor da Universidade Federal de Goiás e pesquisador das relações entre afetos políticos e comunicação; e Lorena Cunha, psicóloga clínica de Belém (PA), com atuação em saúde mental e pesquisadora das interseções entre subjetividade, relações raciais e sectarismo.



DOMENICO UHNG HUR

Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela USP, com estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona e pós-doutorado na Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Professor de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás (UFG). Autor e organizador de artigos e livros de Esquizoanálise e de Psicologia Política. Possui um canal no Youtube com suas palestras e cursos: <https://www.youtube.com/DomenicoHur>.

As raízes psicossociais dos extremismos

O professor Igor Santos explica que os estudos sobre comportamento coletivo começaram ainda no século XIX, com a obra *Psicologia das Multidões* (1895), na qual Gustave Le Bon propôs que, ao integrarem uma multidão, indivíduos perdem autonomia e se tornam mais propensos a comportamentos emocionais e irracionais, guiados por um “contágio psíquico” e pela influência de líderes carismáticos. No século XX, com o fortalecimento da Psicologia Social e as contribuições de outras áreas das ciências sociais, o tema passou a considerar também os fatores históricos, sociais e econômicos na formação das identidades coletivas e na adesão a discursos autoritários.

Hoje, grande parte dos estudos e análises da Psicologia Social e da Psicologia Política sobre o avanço do extremismo partem do cenário de agravamento da atual crise do capitalismo em seu estágio neoliberal, que tem ameaçado a estabilidade de diversas democracias e aprofundado vulnerabilidades sociais. “Esse sistema passa, periodicamente, por crises que colocam boa parte dos sujeitos em situação de desamparo”, afirma o psicólogo Igor Santos.

Ao contexto da vulnerabilidade econômica incluem-se aspectos únicos de cada país, como a cultura, as desigualdades estruturais e a organização institucional e política. No Brasil, a polarização política nos últimos anos, bastante caracterizada pelos conflitos nas relações pessoais e pela intensificação dos discursos de ódio, chamaram atenção porque o brasileiro sempre foi considerado um povo pacífico e acolhedor.

Contudo, essa imagem pacífica nunca representou, de fato, o povo brasileiro. Segundo Igor, a violência que marcou a fundação do país impediu o protagonismo popular no exercício de uma cidadania plena e de uma democracia inclusiva. “Isso fez com que a nossa cultura tenha

“Isso fez com que a nossa cultura tenha se estruturado sob um viés autoritário e patrimonialista. Esses elementos dificultaram a construção de uma cultura democrática, capaz de acolher as diferenças e estabelecer prioridades coletivas para o país.”

se estruturado sob um viés autoritário e patrimonialista. Esses elementos dificultaram a construção de uma cultura democrática, capaz de acolher as diferenças e estabelecer prioridades coletivas para o país”, afirma Igor.

Dessa forma, as tensões históricas de poder, afeto e desigualdade, estruturadas por esse processo, foram marginalizadas, ocultadas, mas sempre atravessaram a vida social brasileira em suas múltiplas dimensões. Em *Raízes do Brasil* (1948), o historiador Sérgio Buarque de Holanda identificou algumas dessas nuances enraizadas nas relações sociais. Segundo ele, a lógica patriarcal conduzia o Estado como uma extensão da casa, com o poder concentrado entre poucos, sustentado por vínculos pessoais e lealdades afetivas. Aos que estavam à margem, restava a submissão ou a dependência. A figura do “homem cordial”, metáfora criada por ele, descreve essa estrutura

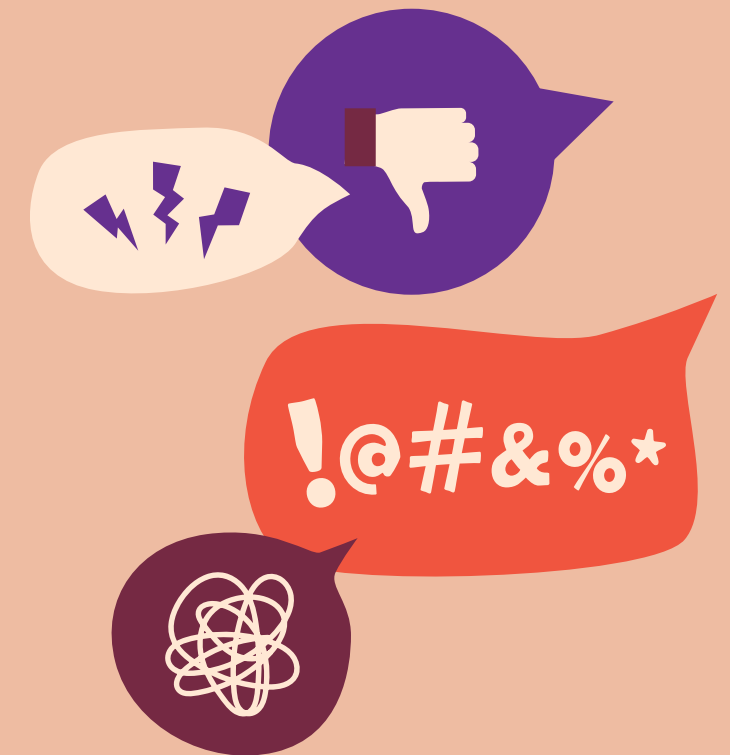
social como um obstáculo à construção de um Estado mais impessoal e racional. Porém, o conceito de homem cordial foi parcialmente compreendido, levando a uma associação da cordialidade como um traço de gentileza.

Essa imagem do brasileiro como povo feliz, acolhedor e pacífico tomou conta do imaginário popular especialmente a partir do Estado Novo, em um momento de intensa instabilidade política no país. A representação conveniente do conceito de “homem cordial”, somada à ideia de democracia racial, foi um conceito central na comunicação de Getúlio Vargas para unificar o povo em torno de suas ideias.

Momentos de vulnerabilidades econômicas e crises institucionais fortalecem necessidades psicológicas como pertencimento e segurança, quando “qualquer promessa de proteção leva o sujeito a se identificar com propostas autoritárias”, explica Igor. Essa identificação oferece uma falsa sensação de poder e estabilidade.

O professor e pesquisador Domenico Hur explica que esses “sentimentos primitivos, como medo, desamparo, ódio, raiva, apresentam muita eficácia na disputa pelo poder” porque “são afetos que nos deixam inseguros” e, portanto, mais suscetíveis à manipulação. Essa dinâmica psicológica coletiva não seria possível sem o papel da comunicação como ferramenta de persuasão. Líderes que exploram esses afetos adotam discursos inflamados e performáticos, amplificados pelos meios de comunicação. Ao refletir sobre o papel dos meios de comunicação nessa história, Domenico conta que os estudos de recepção ao longo dos anos mostraram, por exemplo, o poder da televisão como instrumento manipulativo.

Pesquisas do psicólogo social George Gerbner mostraram que “pessoas que assistiam mais televisão tinham uma representação da sociedade mais violenta do que pessoas que assistiam menos”. Como explica Domenico, “os meios de comunicação sabem que a violência, a criminalidade, acaba atraindo o público”



porque “a violência tem heurística de acessibilidade”.

Com o passar das décadas, o país superaria as ditaduras e iniciaria um processo de redemocratização, ainda em construção. Apesar dos avanços institucionais, muitas das tensões e desigualdades estruturais permaneceram latentes. Porém, com a popularização da Internet, abrindo novas possibilidades de expressão de opiniões, essas tensões historicamente invisibilizadas passaram a se manifestar com mais nitidez. A eclosão das manifestações de 2013 e o processo eleitoral de 2014 são demarcações históricas importantes nesse processo, pois expuseram fraturas sociais que sempre coexistiram na sociedade.

As redes sociais, portanto, ganharam importância e ressignificam o poder da comunicação porque permitiram que pessoas comuns pudessem expressar suas ideias e opiniões. “A descentralização da produção de informação rompeu o pacto civilizatório”, diz Domenico. A lógica algorítmica favorece discursos extremos, e a ausência de regulação amplia o uso estratégico dos afetos. A mentira eficaz, o exagero simbólico e a violência emocional tornaram-se ferramentas centrais na disputa contemporânea pelo poder.



IGOR DO CARMO SANTOS

Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) / Campus Miracema. Doutor e Mestre em Psicologia (PPGP/UFGA). Graduado em Psicologia (UFGA). Título de Especialista em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Membro do Grupo “Transversalizando no ensino, pesquisa e extensão” (UFGA). Participante do GT de “Psicologia Política” da ANPEPP.



Dessa forma, a eficácia política desses sentimentos foi potencializada com a Internet, ampliando o espaço de expressão para discursos antidemocráticos nos quais “determinados líderes representam um papel grotesco e caricaturado do que efetivamente são”. Nesses papéis, os discursos se inflamam, ganham ares de urgência. Esta dinâmica não é nova na história mundial e encontra na comunicação de massa seu principal veículo de disseminação.

Donald Trump transformou o *Twitter* em sua principal ferramenta de comunicação, rompendo protocolos institucionais e reforçando o confronto direto com a mídia tradicional. No Brasil, Jair Bolsonaro fez do *WhatsApp* sua principal base de articulação eleitoral em 2018, com mensagens massivas que ecoavam desinformação e sentimentos de medo e revolta. Mais recentemente, o argentino Javier Milei oferece um exemplo particularmente ilustrativo desta dinâmica. Como explica Domenico, ele “usa figuras de linguagem, imagens de pensamento totalmente desmedidas para conseguir atrair a atenção desse público, gerar afetos, seja de aceitação ou de extremo ódio, para que tenha mais engajamento”.

Assim, para Domenico, as redes sociais representam esse novo momento da comunicação nos processos políticos.

“as redes sociais, devido a essa descentralização da possibilidade de produção de informação, essa desregulação do conteúdo, são utilizadas como forma de gerar afetos intensos para que as pessoas tenham uma adesão a ofertas autoritárias.”

“O que a gente viu com esse estouro do *WhatsApp*, do *Instagram* e do *TikTok*, no âmbito da disputa pelo poder, mostrou que essa descentralização da produção de informações gerou uma espécie de quebra do pacto civilizatório”, analisa Domenico. “No caso das plataformas digitais, principalmente *WhatsApp* e *Twitter*, não há uma regulação”, criando um ambiente onde “as redes sociais, devido a essa descentralização da possibilidade de produção de informação, essa desregulação do conteúdo, são utilizadas como forma de gerar afetos intensos para que as pessoas tenham uma adesão a ofertas autoritárias”.

A lógica algorítmica, combinada à descentralização da produção de conteúdo e à alta velocidade de propagação, criou condições ideais para o uso estratégico dos afetos na disputa pelo poder. A violência simbólica, o exagero performático e a mentira emocionalmente eficaz passaram a ser ferramentas de engajamento: não há mais exceções, mas regras da disputa discursiva contemporânea.

Impactos nas relações sociais e na saúde mental

Durante a pandemia, a psicóloga clínica Lorena Cunha percebeu um aumento expressivo nas queixas relacionadas a conflitos familiares motivados por divergências ideológicas. “É observável as consequências da polarização nas relações familiares. Posso dizer tanto no que vejo na minha vida pessoal, como no que chega até a mim no consultório”, relata.

Situações que pareciam impensáveis há poucos anos passaram a compor o cotidiano da clínica. O rompimento de vínculos afetivos diante de posicionamentos ideológicos inconciliáveis se tornou um novo tipo de sofrimento psíquico, alimentado por discursos de ódio, desinformação e radicalização de valores.

No Brasil, estudos das áreas da Ciência Política e da Comunicação apontam que a polarização tem provocado sérios impactos na coesão social. Enquanto a Ciência Política evidencia o enfraquecimento da confiança entre grupos, a Comunicação mostra como as redes sociais amplificam o problema: alimentam bolhas informativas, promovem a exposição seletiva e priorizam conteúdos agressivos. Dados do Ipec (2021), que ouviu jovens entre 16 e 34 anos, revelaram que 83% consideram o debate nas redes sociais agressivo e intolerante, enquanto 59% evitam discutir questões ideológicas por medo de cancelamentos.

A Psicologia começa a lançar luz sobre esse cenário com um olhar voltado aos efeitos subjetivos da polarização. Profissionais da saúde mental têm relatado aumento do sofrimento emocional não apenas entre pacientes, mas também no próprio exercício da escuta clínica. Entre as populações mais atingidas estão aquelas com menor representatividade,



como: mulheres, pessoas negras, comunidades religiosas de matriz africana e a população LGBTQIA+. “São alvos de desinformação, calúnia, difamação e ataques de ódio. E, sendo as maiores vítimas de violências simbólicas, são também as que mais sofrem as consequências psíquicas”, explica Lorena.

Esse padrão é perceptível não só na clínica, mas também nas análises computacionais recentes. A academia brasileira tem voltado atenção crescente à circulação do discurso de ódio nas plataformas digitais. O *HateBR*, por exemplo, reúne 7.000 comentários anotados do *Instagram*; e o *TuPy-E* é hoje o maior corpus em português sobre discurso de ódio, com foco em racismo, homofobia e intolerância religiosa.



O papel da Psicologia na construção de uma cultura de paz

Diante do avanço do sectarismo e dos seus impactos nas relações sociais, o compromisso social da Psicologia brasileira é o ponto de partida para articular as contribuições da área na busca por uma cultura de paz. A visão crítica desenvolvida nas últimas décadas tem ajudado a área a romper com a ideia de neutralidade na prática psicológica e na busca por um conhecimento decolonial da Psicologia, como afirma Domenico.

No espaço clínico, esses atravessamentos aparecem de forma direta. “As dores trazidas pelos sujeitos estão muitas vezes vinculadas à destilação de ódio das relações, seja no âmbito familiar, escolar ou institucional, com a produção de preconceitos, estigmas e exclusões que recaem sobre determinados grupos sociais”, analisa Igor Santos.

Ou seja, implica em reconhecer que o sofrimento psíquico não é neutro, pois carrega marcas de raça, de classe, de gênero, de orientação sexual e de pertencimento político. A escuta clínica, nesse cenário, precisa ser também instrumento de fortalecimento e orientação para a luta por direitos, ajudando a ressignificar experiências e construir novas formas de pertencimento.

A psicóloga Lorena Oliveira, que estuda relações raciais, lembra que a construção de subjetividades no Brasil precisa considerar os efeitos do colonialismo e do ideal eurocêntrico. “A Neusa Santos Souza fala do auto-ódio. E quando essas vozes internas se encontram com um mundo de *fake news*, de ódio, isso adoece. Bell Hooks nos mostra que o primeiro passo para o amor próprio é a autoaceitação”.

Essa atuação crítica da Psicologia brasileira dialoga com movimentos internacionais. Como lembra Domenico, a ascensão da extrema-direita tem sido objeto de estudos em diversos países. No entanto, ele alerta: “a Psicologia tem avançado muito na análise, no entendimento das raízes do fanatismo, mas ainda estamos alguns passos atrás na criação de dispositivos eficazes de intervenção”. Um exemplo inspirador vem da Colômbia, onde psicólogos atuam diretamente em processos de reconciliação entre ex-guerrilheiros, ex-paramilitares e vítimas da guerra civil. “Esse trabalho mostra que há caminhos possíveis. É a Psicologia sendo usada como mediação para reconstruir laços sociais”, analisa Domenico.

Para Igor Santos, o resgate de um sentido mais profundo da democracia, capaz de criar espaços para lidar com as diferenças, ainda é um desafio, mas um passo importante na busca por soluções. “Estabelecer uma cultura efetivamente democrática, nos espaços de trabalho, na educação e no ambiente familiar, ainda é um desafio”, afirma. Essa construção exige escuta atenta às trajetórias dos grupos historicamente marginalizados e valorização da memória como forma de reconhecer sujeitos vulnerabilizados como prioridade de um projeto de país.

A área pode e deve contribuir para essa construção democrática. Como sintetiza Igor, isso exige aprofundar pesquisas sobre os impactos dos discursos de ódio e atuar na formulação de políticas públicas que promovam o cuidado, a mediação de conflitos e a convivência com a diferença. Lorena retoma a importância dos espaços



coletivos como formas de proteção psíquica. “Estar em coletivo é uma forma de cuidado. Os movimentos sociais, as vivências religiosas não hegemônicas, as redes de apoio, tudo isso ajuda a reconstruir outras formas de se ver no mundo”, acredita.

O avanço dos extremismos revela que a radicalização política não é apenas um fenômeno ideológico ou eleitoral, mas um processo profundamente subjetivo, atravessado por afetos, narrativas históricas e condições estruturais de desigualdade. Compreender essas dinâmicas exige uma abordagem multidimensional, que considere tanto os contextos macroeconômicos, quanto os microssistemas relacionais, nos quais o ódio se infiltra e desagrega.

Nesse cenário, a Psicologia tem uma contribuição crucial: oferecer escuta, análise crítica e ações que fortaleçam a democracia como prática cotidiana. O compromisso ético da profissão exige romper com o silenciamento das violências simbólicas, enfrentar os discursos que promovem exclusões e fomentar, nos espaços que ocupa, uma cultura do cuidado, da memória e do diálogo.

Enfrentar os efeitos do extremismo nas relações sociais é um chamado coletivo a reconstruir laços, proteger espaços de escuta e reinventar modos de conviver com as diferenças. Ao valorizar a potência dos vínculos comunitários, da escuta sensível

“Estar em coletivo é uma forma de cuidado. Os movimentos sociais, as vivências religiosas não hegemônicas, as redes de apoio, tudo isso ajuda a reconstruir outras formas de se ver no mundo.”

e da memória coletiva, a Psicologia brasileira contribui para forjar um horizonte mais democrático, em que a paz não seja sinônimo de silêncio, mas de justiça, de reconhecimento e de pertencimento.●



Quer saber mais?

Acesse a íntegra das entrevistas e outros conteúdos pelo código QR ao lado.



LORENA CUNHA DE SOUZA

Psicóloga CRP10/4440 e psicanalista, mestra em psicologia, especialista em psicologia da saúde. Tem atuação em saúde mental e assistência social. Faz parte da Comissão Psicologia e Relações Raciais do CRP10. Atualmente, trabalha como psicóloga educacional na Pro-reitoria de Assistência e Acessibilidade Estudantil (PROAES) da UFPA e na clínica psicanalítica.



Trabalho em metamorfose: desafios e contribuições da Psicologia frente às novas configurações laborais do século XXI

Enfrentar a precarização dos processos de trabalho exige metodologias contínuas de diagnóstico, de formação e de transformação

As metamorfoses e os desafios no mundo do trabalho não são recentes, tampouco fenômenos isolados. Desde a primeira Revolução Industrial, no século XVIII, até os ciclos fordistas, pós-fordistas e a atual Revolução 4.0, tanto as transformações produtivas, quanto a relação entre trabalhadores e padrões sempre geraram tensões sociais e disputas por direitos.

Se, no século XIX, com o surgimento da produção em larga escala, as lutas se concentravam contra jornadas exaustivas e o trabalho infantil; o século XX foi marcado por greves e conquistas trabalhistas. Essas mudanças acompanharam a evolução do capitalismo e das tecnologias, desafiando a proteção dos trabalhadores e impulsionando formas coletivas de resistência.

Na atualidade, inserido em um contexto de crise do neoliberalismo e

ascensão da economia digital, o trabalho passa por uma inflexão radical. Embora presente há décadas, hoje a tecnologia impõe mudanças que desafiam conceitos clássicos de emprego, proteção social e dignidade laboral. A reorganização das relações de trabalho mediadas por plataformas digitais, processo conhecido como plataformação do trabalho, é um símbolo dessa ruptura.

Em 2022, por exemplo, o Brasil registrou 1,5 milhão de trabalhadores atuando por meio de aplicativos de serviços, segundo dados do IBGE¹. Esses profissionais trabalham, em média, 47,6 horas semanais, recebem menos do que seus pares em empregos formais, e 70% estão na informalidade.

Esse modelo, ao mesmo tempo em que promete flexibilidade, impõe precarização, instabilidade e esvaziamento de direitos historicamente conquistados. Paradoxalmente, as tensões sociais diante dessas mudanças parecem cada vez mais diluídas na sociedade. Somam-se a esse cenário, as diversas violências no ambiente de trabalho, que atravessam conjunturas econômicas e desafiam organizações não só públicas, como também privadas em todo o mundo.

Neste panorama, a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) é convocada a revisitar suas bases e assumir seu papel estratégico, tanto como campo técnico-científico, quanto como força crítica e transformadora. Os desafios contemporâneos exigem novos olhares e práticas, capazes de articular dimensões subjetivas, sociais, econômicas e políticas do trabalho.

Para aprofundar um pouco nesse debate, a *Diálogos* ouviu três especialistas que analisam diferentes aspectos dessa metamorfose: o psicólogo Jorge Tarcísio da Rocha Falcão (UFRN), que investiga os impactos da uberização



JORGE TARCÍSIO DA ROCHA FALCÃO

Psicólogo, doutor em psicologia da aprendizagem e do desenvolvimento pela Université de Paris-5-Sorbonne e professor da área de psicologia do trabalho em Natal (RN), junto à UFRN. Seu foco central de interesse é a abordagem da atividade do trabalho como fonte de saúde, desenvolvimento, adoecimento mental e físico.

¹ Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38180-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20dos%20trabalhadores,de%20teste%20e%20sob%20avalia%C3%A7%C3%A3o](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38180-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais#:~:text=O%20rendimento%20m%C3%A9dio%20dos%20trabalhadores,de%20teste%20e%20sob%20avalia%C3%A7%C3%A3o.). Acesso em: 01 jun. 2025.



sobre a subjetividade dos trabalhadores; a psicóloga Juliana Porto (UnB), que analisa as possibilidades de inserção da POT nas políticas públicas de trabalho; e o especialista em Psicologia e Gestão de Pessoas Leandro Queiroz Soares (UnB), que pesquisa as múltiplas expressões da violência laboral no contexto organizacional.

Os desafios do trabalho contemporâneo pela ótica da POT

Conceituado e analisado por diferentes áreas do saber, o trabalho não é apenas um objeto de estudo, mas um campo fragmentado e marcado por disputas simbólicas, políticas e sociais sobre os rumos da vida em sociedade. Para o psicólogo e professor Jorge Falcão, a área da Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) possui uma relevância específica nesse debate ao oferecer contribuições próprias, especialmente diante dos desafios contemporâneos.

Assim, ele afirma que, pela ótica da POT, o trabalho deve ser analisado sempre a partir de três pilares indissociáveis. “O indivíduo e suas subjetividades, como desejos, desgastes e adoecimentos; a organização do trabalho, como espaço onde ele se realiza, mesmo em contextos informais ou instáveis e o ofício profissional em si, que conecta o trabalhador a uma função socialmente reconhecida”, afirma.

A articulação dessas três esferas ajuda a compreender, de forma mais ampla e crítica, que existem variáveis negativas e positivas que compõem o cenário. Segundo ele, avaliadas em conjunto, informam sobre o quanto o trabalho pode representar situações de saúde ou adoecimento, desenvolvimento ou patologização, aumento ou queda na produtividade, crescimento de um ofício ou o seu desaparecimento.

Conforme Jorge defende, diante dos impactos “inescapáveis” da realidade atual, a importância de não cair em simplificações é uma premissa fundamental. De maneira similar, a pesquisadora Juliana Porto, professora da UnB, acredita que existe uma dificuldade em se analisar o mundo do trabalho, porque ele pode comportar precarização, mas também trabalhos com boa qualidade.

Com isso, ela explica que há uma coexistência de realidades profundamente



desiguais no mundo do trabalho. De um lado, profissionais com vínculos mais estáveis e com boas condições laborais; do outro, uma massa de trabalhadores precarizada e desprotegida. “Da mesma maneira que falamos da desigualdade social, também temos essa desigualdade no mundo do trabalho”, afirma Juliana ao reforçar que os avanços tecnológicos têm aprofundado ainda mais essa distância.

Nesse cenário de desigualdade, Juliana afirma que o grande dilema é a busca por melhorias nas condições de trabalho para todos. Por se tratar de um fenômeno global, ela defende que a Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) precisa superar suas próprias fronteiras técnicas e ampliar sua inserção em agendas estratégicas. Embora reconheça que a área ainda enfrenta dificuldades para ocupar espaços de decisão, acredita que há oportunidades importantes para o fortalecimento científico, técnico e político da atuação da POT.

Ao lado desses atuais desafios, as múltiplas manifestações de violência laboral se apresentam como questões problemáticas transversais, como explica Leandro Soares, pesquisador da UnB.

“Os anos trabalhando com essa temática me fizeram constatar que, lamentavelmente, a violência permeia todo o ambiente de trabalho, seja numa empresa de pequeno, médio e grande porte, pública ou privada”, observa.

Na perspectiva de Leandro, quando se fala em violência no ambiente de trabalho, não se pode reduzir o sofrimento à fragilidade individual. “Não é o trabalhador que é frágil ou fraco, é o contexto que está doente”, afirma. A escuta crítica da Psicologia deve ser capaz de articular as experiências subjetivas dos trabalhadores com as dinâmicas organizacionais e os modelos de gestão que, muitas vezes, reforçam práticas hostis e relações assimétricas.

Corroborando com as perspectivas trazidas pelos pesquisadores Jorge Falcão e Juliana Porto, Leandro reforça

que é papel da POT assumir uma postura analítica comprometida com a transformação das estruturas que adoecem, indo além da escuta individual para compreender os determinantes institucionais do sofrimento. Assim, sob diferentes ângulos, os especialistas apontam obstáculos urgentes que atravessam o mundo do trabalho contemporâneo. Em especial, destacam-se os efeitos da uberização, os dilemas éticos e a violência organizacional, bem como o papel estratégico da POT na construção de políticas públicas.

“Não é o trabalhador que é frágil ou fraco, é o contexto que está doente.”





Efeitos da uberização no mundo do trabalho

A uberização tem reconfigurado profundamente a estrutura e o significado do trabalho na contemporaneidade. No Brasil, embora tenha se tornado mais notável nas plataformas de transporte por aplicativo, essa lógica de organização atinge diversas categorias profissionais, moldando novas formas de vínculo, de remuneração e de pertencimento. Para Jorge Falcão, esse processo representa uma transformação que corrói o ofício profissional e provoca diversos efeitos. “É uma fagocitose em que essas tecnologias comem o ofício profissional por dentro”, afirma.

Mais do que precarização econômica (ver box), a uberização representa um risco de esvaziamento das relações simbólicas que os sujeitos estabelecem com a esfera profissional. Um dos pontos mais críticos destacados por Jorge, neste ponto, é o desmonte da chamada “microcultura do contexto de trabalho”, um ecossistema relacional e simbólico composto pelas trocas com colegas, rituais e valores coletivos. “Tão importante quanto o trabalhador e a trabalhadora é a relação que se estabelece com outros trabalhadores, com os colegas, com o contexto de trabalho. O trabalhador uberizado perde completamente esse referenciamento”, explica.

“A relação que se estabelece com outros trabalhadores, com os colegas e com o contexto de trabalho são elementos fundamentais. O trabalhador uberizado perde completamente esse referenciamento.”

Esse rompimento impacta diretamente a identidade profissional dos sujeitos, fragilizando os sentidos que davam sustentação à experiência laboral. Para Falcão, quando o vínculo simbólico entre sujeito e atividade profissional se rompe, instala-se a sensação de um “trabalho de faz de conta”, marcado pelo esvaziamento, pela depressão e pela percepção de inutilidade. “A sensação de que você faz um trabalho que, se não existisse, não faria a menor diferença” é, segundo ele, um dos flagelos mais sérios do mundo laboral contemporâneo, com riscos à saúde mental dos trabalhadores.

Essa desintegração da identidade profissional também é atravessada por dinâmicas estruturais de informalidade, de terceirização e de instabilidade. Modelos como a pejetização ou a prestação de serviços via plataformas ampliam a sensação

de desenraizamento, reforçando vínculos frágeis e instáveis. “A inserção no contexto de trabalho é crucial para a organização interna do trabalhador e para as relações que estabelece com os colegas”, observa.

Nessa linha, Jorge afirma que as inovações digitais, que podem extinguir ofícios inteiros, podem agravar questionamentos sobre autovalor e a sensação de desperdício. Casos como dos bancários, substituídos por máquinas, e motoristas ameaçados por veículos autônomos exemplificam esse cenário. Ao abordar sobre os impactos da tecnologia, Juliana Porto chama atenção para o despreparo coletivo da sociedade para lidar com esses avanços como fator de aprofundamento das desigualdades no trabalho.

Ela enfatiza que, enquanto há países que estão se preparando para enfrentar esse cenário, outros enfrentam atrasos estruturais, especialmente no campo da Educação. “Quando olhamos para o Brasil, que tem escolas sem internet e sem computadores, como vamos preparar essas pessoas para um mercado que exige justamente isso?”, questiona.

Porém, os efeitos do trabalho precário nem sempre são percebidos pelos próprios trabalhadores. Juliana ilustra essa complexidade citando uma pesquisa realizada por uma de suas alunas de doutorado com trabalhadores informais. O resultado revelou uma realidade mais contraditória em relação ao que esperavam encontrar. “Imaginávamos ver um público muito insatisfeito, com trabalho de baixíssima qualidade. Para nossa surpresa, não é bem assim”, relata. Muitos valorizam a autonomia e veem significado no trabalho, embora tenham queixas sobre proteção social.

Para ela, essas diferenças mostram a heterogeneidade entre os trabalhadores, o que reforça a importância de análises integradas diante da complexidade do tema. Dessa forma, pesquisas que buscam identificar os fatores simbólicos que moldam

“Quando olhamos para o Brasil, que tem escolas sem internet e sem computadores, como vamos preparar essas pessoas para um mercado que exige justamente isso?”

percepções de trabalhadores precarizados, como as descobertas da antropóloga e da cientista social Rosane Pinheiro-Machado², podem contribuir para o olhar da POT.

Essa questão se alinha aos alertas feitos por Jorge sobre os efeitos psicossociais de discursos que romantizam a adaptabilidade, levando a uma “resiliência patológica”, como forma de encobrir o sofrimento sob o manto da superação individual. “Adaptabilidade sim, mas sem que isso acarrete em uma submissão automática a tudo que lhe chega. É preciso estabelecer limites também nessa direção”, defende. Nessa perspectiva, Jorge Falcão defende que a POT deve promover a emancipação dos trabalhadores por meio de relações laborais verdadeiramente éticas e significativas. “A POT deve assumir seu papel histórico como campo de atuação ético-político, e não apenas técnico”, argumenta.

Na atuação prática, Jorge defende que os profissionais da POT atuem atentos às dinâmicas que envolvem o mundo do trabalho, como “a defesa sindical dos trabalhadores, a questão das políticas de trabalho, a gestão das organizações, a ergonomia, a medicina do trabalho etc.”. Para ele, profissionais da POT devem chamar atenção aos aspectos positivos das mudanças, mas definir “zonas de prudência, de asseguramento em relação a alguns aspectos envolvendo a própria vida do trabalhador [...] porque o trabalho é muito importante, mas não é tudo”, argumenta.

² Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/yPt3DTS4mtM3Jr7KPzzqsQK/?>. Acesso em: 06 ago. 2025.

Isto, porque, segundo ele, os padrões de normalidade como sinônimos de saúde mental devem ser observados com cuidado. “Na perspectiva que defendemos, é preciso ir além dessa noção e adotar o conceito de normatividade: a capacidade psíquica de lidar com as situações que nos cercam e de responder criticamente às exigências do mundo do trabalho”, defende.

Essas análises e questões colocam para os profissionais da POT desafios que exigem uma atuação sem naturalizar o sofrimento ou recair na responsabilização individual dos trabalhadores. Para os especialistas, é preciso que a área se posicione no debate público, contribuindo para a formulação de políticas públicas que reconheçam o trabalho como um direito e um vetor de dignidade.



JULIANA B. PORTO

Psicóloga. Mestre e Doutora em Psicologia (UnB, 2004). Prof. Associada da Universidade de Brasília. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho/SBPOT (2022-2024). É orientadora no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da UnB (CAPES 6, 2020-2024). É pesquisadora na área de Psicologia Social e Organizacional com ênfase em dois grandes temas: 1) valores e ética no trabalho e 2) bem-estar e trabalho decente.

O papel da POT na construção de políticas públicas

Em um cenário global de desigualdade no trabalho, Juliana Porto defende que a POT tem potencial para ampliar sua atuação institucional, superando os limites tradicionais da prática profissional, e para se inserir de forma estratégica nos debates sobre políticas públicas e condições laborais. Segundo Juliana Porto, essa articulação da área ainda é incipiente, mas não corresponde ao conhecimento já produzido pela POT. “Temos desenvolvido muito conhecimento que é aplicável, que poderia subsidiar muito bem as políticas públicas, mas ainda temos poucos espaços de interlocução com os atores políticos para fazer com que isso se torne política”, explica.

Ela cita que esse conhecimento produzido pela POT está validado por especialistas, sendo publicados em livros e manuais disponíveis no site da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT). Desse modo, podem servir como referência para gestores públicos e instituições que desejam transformar práticas organizacionais a partir de uma lógica centrada na dignidade do trabalho.

“A Psicologia fez o movimento de estudar esse fenômeno do ponto de vista do indivíduo, de estabelecer indicadores para mensurar o que seria um trabalho decente para as pessoas.”

Apesar dos entraves, Juliana vê oportunidades promissoras para o fortalecimento científico, técnico e político da POT. Sua experiência como pesquisadora a partir da inclusão do trabalho decente na Agenda 2030 da ONU é um exemplo dessa abertura. O trabalho decente, definido em 1999 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), passou a ser uma meta da ONU em 2015, o que impulsionou novas pesquisas na área, como resgata Juliana.

Ela explica que, embora o tema já fosse mais consolidado na Economia e da Sociologia, a POT buscou construir sua própria abordagem, voltada à experiência do sujeito no contexto laboral. “A Psicologia fez o movimento de estudar esse fenômeno do ponto de vista do indivíduo, de estabelecer indicadores para mensurar o que seria um trabalho decente para as pessoas”, contextualiza.

A criação de instrumentos próprios para avaliar a qualidade do trabalho a partir dessa concepção da OIT é resultado desse conhecimento construído pela POT. Um exemplo é o modelo que analisa sete dimensões do trabalho decente: justiça, respeito e confiança; significado do trabalho; retribuição monetária adequada; proteção social; saúde e segurança; bem como oportunidades de crescimento.

Segundo Juliana, o modelo é aplicável à observação da realidade profissional e permite tanto diagnósticos mais precisos, como intervenções mais eficazes por parte da Psicologia. Ela relata que a ferramenta foi testada na própria categoria. “No Censo



da Psicologia, avaliamos o trabalho decente do psicólogo”, que revelou problemas como sobrecarga, informalidade e ausência de proteção social, especialmente entre profissionais autônomos.

O caminho dessa articulação da POT, contudo, tem sido lento. Ela conta que a participação da Psicologia em fóruns estratégicos ainda é tímida. “Numa discussão da ONU, éramos 40 países fazendo propostas. Eu era a única psicóloga. Temos pouquíssima entrada em grandes discussões sobre trabalho, com domínio de outras ciências”, relata. Nesse contexto, a pesquisadora argumenta que a POT precisa reivindicar espaços de interlocução e se apresentar como campo capaz de subsidiar decisões públicas com base em evidências empíricas e teóricas.

Violência organizacional e dilemas éticos: desafios transversais para a POT

Como fenômeno estrutural que atravessa diferentes tipos de organizações e ocorre independentemente do contexto econômico, a violência no trabalho exige análises e abordagens que considerem múltiplas dimensões. Para Leandro Soares, especialista em gestão de pessoas, essa violência está profundamente naturalizada nas relações laborais, o que torna sua identificação, mensuração e enfrentamento extremamente desafiadores.

Por isso, não deve ser reduzida a desvios individuais de conduta. O assédio moral, que ele considera “a chaga trabalhista do século XXI”, é uma das expressões mais notáveis dessa naturalização. “Assediar qualifica o difamar, desestabilizar, isolar, visando a exclusão do contexto de trabalho. Quase todos, em algum momento, praticam violência”, alerta. Outras formas mais sutis, como “o simples ignorar alguém, tornando-o invisível socialmente, já constituem violência” e revelam como esses comportamentos são tolerados ou mesmo reproduzidos dentro da cultura organizacional.

Enfrentar essa realidade requer mais do que códigos de conduta, exige também metodologias contínuas de diagnóstico, de formação e de transformação. “No centro deve estar a formação. O psicólogo organizacional, atuando em treinamento e desenvolvimento, é um dos mais indicados para essa frente”, defende Leandro. Entre as estratégias práticas, ele propõe a reformulação de processos de recrutamento e de seleção, incorporando critérios éticos e comportamentais, além da aplicação de ferramentas como a avaliação 360 graus para identificar perfis inadequados para posições de liderança.

As pesquisas de clima, segundo ele, devem ser tratadas como instrumentos de ação e não apenas de diagnóstico. “Não basta chegar ao resultado e apresentá-lo. Quando se percebe elementos que impactam negativamente as interações, há que



LEANDRO SOARES

Gerente Executivo de Gestão de Pessoas, Secretário do Comitê de Ética e Presidente da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (CIPA) de uma Instituição Financeira, empresa na qual trabalha desde 1999. Mestre em Psicologia Social e do Trabalho pelo Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Psicologia Analítica pelo Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa / Faculdade de Ciências da Saúde de São Paulo. Professor em cursos diversos, especialmente de pós-graduação lato sensu, desde 2004. Autor do livro “Interações Socioprofissionais e Assédio Moral no Trabalho: ou você interage do jeito deles ou vai ser humilhado até não aguentar mais”, publicado pela Editora Casa do Psicólogo / Pearson em 2008 e atualmente em sua 2ª edição.

se atuar”, explica. Para diagnósticos mais precisos, Leandro destaca instrumentos específicos, como escalas validadas para assédio moral e indicadores de clima hostil. Além das intervenções corretivas, defende estratégias preventivas, como programas de integração ética e sistemas de alerta precoce para conflitos. Por outro lado, alerta que a atuação ética do profissional de POT não pode se restringir à estética institucional ou aos discursos idealizados sobre valores e missão, mas na cultura organizacional real, na qual muitas vezes se perpetuam práticas de exclusão, medo e silenciamento.

Para o pesquisador, é preciso romper com uma atuação neutra ou limitada à técnica e assumir o compromisso ético de intervir ativamente frente às injustiças, mesmo que isso implique tensionar estruturas de poder e enfrentar resistências institucionais. “O psicólogo organizacional e do trabalho assume uma responsabilidade, já à luz do próprio código de conduta, de atuar realmente de forma preventiva e combativa, quando se depara com a violência no trabalho. [...] É um desafio muito grande, porque implica em transformar a cultura, em atuar nessa base da formação moral, inclusive”, explica.

Contudo, Juliana Porto lembra que esse desafio também produz verdadeiros dilemas éticos para as(os) psicólogas(os) que, muitas vezes, se veem pressionados entre manter o emprego ou denunciar práticas abusivas, enfrentando riscos reais à carreira. A atuação da POT demanda compromisso com transformações coletivas, ao enfrentar relações de violência naturalizadas e construindo espaços institucionais que favoreçam o diálogo, a denúncia segura e a responsabilização.

“Não basta chegar ao resultado e apresentá-lo. Quando se percebe elementos que impactam negativamente as interações, há que se atuar.”

Nesse sentido, a ética não se limita a normas prescritas, mas exige coragem para intervir em estruturas que sustentam o sofrimento psíquico e silenciam violências cotidianas. Os entrevistados defendem que o combate à violência no contexto de trabalho tem requerido dos profissionais POT mais que uma atuação tradicional, uma que seja baseada em sensibilidade e posicionamento ético-político, atuando de forma crítica e engajada na construção de ambientes laborais mais justos e humanos.

Perspectivas futuras: por uma POT crítica, política e transformadora

Os desafios contemporâneos, da uberrização à violência organizacional, lançam à Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT) uma provocação urgente: não basta adaptar sujeitos ao mercado, é preciso transformar as estruturas que sustentam o sofrimento e a desigualdade. As análises e contribuições dos especialistas revelam caminhos já em construção para uma POT mais crítica, ética e politicamente situada, tanto como Ciência, quanto como Profissão.

Desafios como a busca pelo fim das violências no ambiente de trabalho e para encontrar novas formas de resistência aos efeitos da precarização e das desigualdades exigem que a Psicologia Organizacional e do Trabalho vá além da neutralidade técnica e se afirme como prática ética, crítica e transformadora. O futuro da área passa pelo fortalecimento dessa compreensão política, pelo desenvolvimento de metodologias sensíveis à cultura organizacional real e pela ampliação de instrumentos que promovam dignidade, resistência subjetiva e normatividade crítica. Diante da ruptura em curso nas formas de trabalhar e viver, cabe à POT assumir o protagonismo na construção de relações laborais mais humanas, justas e significativas.●

O cenário dos trabalhadores de aplicativo no Brasil

Segundo o IBGE, em 2022, o Brasil contava com 1,5 milhão de pessoas trabalhando em aplicativos de serviços, representando 1,7% da população nacional. Esses trabalhadores enfrentam maior informalidade e jornadas mais extensas que seus pares em empregos tradicionais. Veja outros dados da pesquisa:



Desafios para a regulamentação

O Ministério do Trabalho e Emprego acompanha no Congresso Nacional a regulamentação da atividade de entregadores de aplicativo. Temas como segurança e saúde, seguro contra acidentes, remuneração mínima e proteção social ainda não encontraram consenso entre plataformas digitais e governo.

Contexto histórico:

A precarização se intensificou desde 2010, tendo como marcos tanto a Reforma Trabalhista de 2017, que suprimiu direitos e liberou a terceirização, quanto a pandemia de Covid-19, que reduziu empregos formais e impulsionou o trabalho por aplicativos.

Fonte: IBGE (PNAD Contínua 2022) e Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho (RBEST/CESI-T-Unicamp).

Quer saber mais?

Acesse a íntegra das entrevistas e outros conteúdos pelo código QR ao lado.



Reverberações do **Desenvolvimento Digital** na Prática Psicológica

Como as rápidas e constantes alterações tecnológicas impactam o exercício profissional da categoria?

A pandemia de COVID-19 representou uma mudança significativa na história do fazer psicológico mediado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), dando início a um novo “zeitgeist”. O crescimento vertiginoso da adesão ao atendimento remoto a partir de fevereiro de 2020, a digitalização dos testes psicológicos e a explosão de recursos digitais marcam as transformações provocadas pela tecnologia na Psicologia.

Para psicólogas e psicólogos, essas alterações têm exigido uma rápida habilidade de adaptação, considerando, assim, uma competência central neste processo. Os benefícios e possibilidades trazidas pelo mundo digital são tensionados por desafios complexos, que demandam respostas ágeis e análise crítica. Na realidade brasileira, a oportunidade de democratizar o acesso aos serviços de saúde mental esbarra em desigualdades estruturais profundas, incluindo os múltiplos fatores da exclusão digital no país.



O rápido avanço de inovações emergentes, como assistentes virtuais automatizadas e ferramentas de Inteligência Artificial generativa, representa um novo momento no qual a tecnologia pode redefinir a prática psicológica. Simultaneamente, as redes sociais impõem enormes desafios à categoria, exigindo do Sistema Conselhos atualizações contínuas em seus marcos normativos para criar um ambiente que zele pelos profissionais e pela sociedade.

Para compreender um pouco sobre as múltiplas dimensões desse novo “espírito do tempo”, a *Diálogos* entrevistou Rodrigo Acioli, psicólogo clínico especialista em Neuropsicoterapia e atual membro da gestão do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Fabiano Koich, psicólogo clínico e docente, com mestrado e doutorado em Avaliação Psicológica, e Rafael Ramirez, graduado e pós-graduado em Tecnologias Educacionais e educador popular de Inclusão Digital. Em conjunto, essas perspectivas revelam questões complexas que influenciam o presente e podem impactar ainda mais o futuro da profissão.

Das chamadas telefônicas às plataformas digitais – evolução normativa, impactos e desafios

No início da década de 1990, serviços de “Tele Ajuda” e “Tele Aconselhamento”, anunciados em jornais e listas telefônicas, provocaram reflexões e debates nos espaços acadêmicos, sendo considerados como os primeiros registros de atendimento à distância via telefone. Na época, por meio da Resolução CFP nº 02/1995, incluída também no então Código de Ética, o CFP vedou “prestar serviços ou mesmo vincular seu título de Psicólogo a serviços de atendimento psicológico via telefônica”.

Com o advento da Internet, o CFP publicou a normativa 003/2000, a primeira regulamentação específica voltada para o atendimento psicoterapêutico virtual mediado por computador. O foco era resguardar segurança e sigilo, com critérios rígidos que exigiam plataformas chanceladas pelo CFP e limitavam o número de sessões anuais.



**RODRIGO
ACIOLI MOURA**

Psicólogo Clínico
Formação em
Terapia Cognitiva
Comportamental.
Especialista em
Neuropsicoterapia.
Vice-presidente
da Associação
de Psicologia
do Esporte do
Rio de Janeiro
- ASSOPERJ
Conselheiro
do Conselho
Federal de
Psicologia - CFP.

“Não era qualquer pessoa que podia atender à distância. Era preciso ter uma plataforma, um site chancelado pelo Conselho Federal, além da limitação de sessões por ano para cada caso. Para a época, era a maneira que se tinha para tentar garantir um mínimo de tranquilidade, de segurança, de ética, de sigilo”, conta Rodrigo.

A história seguiu com marcos normativos importantes, como a Resolução CFP nº 12/2005, que limitou os serviços remotos à orientação e ao aconselhamento, e a Resolução CFP nº 11/2012, que inovou ao autorizar psicoterapia virtual pela primeira vez, mas ainda com restrições de encontros anuais. Contrariando expectativas, essa flexibilização não gerou um “boom” de pedidos. Segundo Acioli, problemas e limitações técnicas da Internet, além do ceticismo de muitos profissionais, eram fatores de resistência.

A Resolução CFP nº 11/2018 trouxe mudanças significativas: criou o Cadastro e-Psi, plataforma nacional unificada para concessão de autorizações para atendimento online, e reconheceu que a psicoterapia remota poderia ser tão duradoura quanto a presencial, eliminando as limitações de encontros anuais. Dali em diante, a adesão foi sendo gradativa, totalizando 30.677 cadastros entre novembro de 2018 e fevereiro de 2020.

Com a emergência sanitária, o CFP publicou a Resolução CFP nº 04/2020, de caráter emergencial, flexibilizando critérios e simplificando cadastros. O crescimento dos cadastros revelou o impacto do que se tornou ali uma necessidade imperativa: apenas em março de 2020 foram 32.310 novos pedidos, e nos primeiros 13 dias de abril, mais 7.200 requisições.

“No começo da pandemia, houve um aumento significativo, mas não tão expressivo. Acompanhando o progresso estatístico, vimos um novo aumento após um mês. E, quando o governo anunciou que a pandemia iria durar mais do que imaginávamos, esse número triplicou. A cada mês, mais pessoas iam se cadastrando.

Depois, virou obrigatório e necessário ter cadastro”, relata Rodrigo.

As experiências na pandemia e o avanço das inovações tecnológicas motivaram uma nova atualização normativa. Rodrigo Acioli, que participou da elaboração da Resolução CFP nº 09/2024, destaca que relatos, feedbacks dos psicólogos e debates realizados nos espaços da categoria foram essenciais para compreender o que precisava ser alterado.

Um exemplo de experiência no período pandêmico, relatado por Rodrigo, foi a necessidade de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica, anteriormente vedada. “Se a pessoa está em casa sofrendo agressões, ela deve ser impedida de receber assistência? Por que não flexibilizar reconhecendo que, embora exista risco para algumas, tantas outras não poderiam ser ajudadas?”, contextualiza Acioli.

A Resolução CFP nº 09/2024 ampliou possibilidades de recursos digitais, adotando formalmente o termo TDICs e eliminou a obrigatoriedade de cadastro no e-Psi, que foi descontinuado. Essa mudança buscou refletir a maturidade da categoria, que já reivindicava maior independência; mas trouxe, em contrapartida, maior responsabilização individual aperfeiçoada por meio de requisitos legais e éticos mais rigorosos. A formalização contratual passou a exigir descrição dos recursos utilizados, eleição de foro na localidade de inscrição profissional, além da especificação dos meios de proteção do sigilo.

“Se a pessoa está em casa sofrendo agressões, ela deve ser impedida de receber assistência? Por que não flexibilizar reconhecendo que, embora exista risco para algumas, tantas outras não poderiam ser ajudadas.” →



Impactos e desafios da atuação digital

As TDICs têm impactado o exercício profissional de diferentes maneiras. A prestação do serviço psicológico no ambiente virtual demanda atenção para questões específicas do mundo digital. Rodrigo Acioli, que vivenciou a transição para o atendimento remoto, destaca que o primeiro efeito para quem deseja atender online é a necessidade de investimentos materiais, como: melhorias no ambiente, aquisição de equipamentos com boa qualidade audiovisual e conexão estável de internet.

Com o aumento da procura por serviços remotos, ele se deparou com novas despesas em nome da qualidade do trabalho. Antigas resistências deram lugar a novas compreensões. “Comecei a perceber que para algumas pessoas o melhor é aquele espaço mesmo. Às vezes, ela está num país que é hostil, não tem a melhor linha terapêutica ou acesso a um bom terapeuta”, afirma o especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental.

A modalidade virtual também evoca a necessidade de adaptar ou criar novas formas de manejo clínico, exigindo dos profissionais aprimoramento para lidar

com essas situações. “Como é atender crianças remotamente? Como é interagir com uma pessoa quando ela passa mal do outro lado?”, questiona Rodrigo, explicando como algumas situações durante o atendimento podem trazer complexidade ao trabalho.

Outros aspectos do mundo digital, como as redes sociais e as ferramentas de inteligência artificial, também repercutem na prática clínica, desafiando os psicólogos a proteger a integridade do processo terapêutico. Conteúdos sobre saúde mental, nem sempre embasados, produzem diversos efeitos sobre os pacientes, desde auto percepções equivocadas até sofrimentos psíquicos.

“Isso nos traz inseguranças também e nos obriga um pouco a entrar nesse mundo cibernético. Nós precisamos conhecer esse mundo a partir de agora”, afirma Rodrigo, destacando como a categoria pode se sentir testada em seus conhecimentos pela pressão de manter o repertório atualizado. Para ele, a vida digital exige dos profissionais um comportamento de aprendizado constante e uma compreensão ampla sobre como a realidade mediada por tecnologias tem impactado toda a sociedade.

Os efeitos da desigualdade social e tecnológica

Quando os desafios da prática online se entrelaçam com a realidade socioeconômica brasileira, assumem contornos ainda mais complexos e multifacetados. Para Rafael Ramirez, ativista da inclusão digital e fundador do Coletivo de Educação Tecnológica Popular InfoCria na Baixada Fluminense, as desigualdades estruturais já existentes na sociedade se ampliam com o avanço tecnológico e, portanto, dificultam o acesso aos serviços de Psicologia no ambiente virtual.

Ele explica que a exclusão digital total, que hoje atinge 29 milhões de brasileiros, é apenas um marcador dessa desigualdade. Segundo ele, os dados oficiais de acesso à Internet mascaram as “dificuldades agregadas” com as quais muitos que já estão conectados convivem, tais como conexão de baixa qualidade e falta de acesso a dispositivos adequados.

O uso compartilhado de um mesmo dispositivo é realidade em muitas famílias, por exemplo. “É muito difícil pensar numa pessoa que tem um telefone só na família, fazendo um acompanhamento terapêutico por esse aparelho”, comenta.

Ao lembrar que as taxas de suicídio são maiores em homens negros, Rafael reforça que uma segunda barreira da inclusão digital é a dificuldade em conhecimento sobre a importância dos cuidados com a saúde mental. “Se tem pouco acesso à Internet para pessoas negras, consequentemente, essas pessoas estarão mais suscetíveis a não terem informação para enfrentar e lidar com essas questões, conseguir se cuidar, procurar diagnóstico, se tratar com qualidade”, reflete.

Além desse exemplo, Rafael cita como tantas outras realidades – as populações rurais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e também idosas –, que geram sofrimentos específicos, expõem a maneira na qual a desigualdade tecnológica pode impedir o acesso a

“Se tem pouco acesso à Internet para pessoas negras, consequentemente, essas pessoas estarão mais suscetíveis a não terem informação para enfrentar e lidar com essas questões, conseguir se cuidar, procurar diagnóstico, se tratar com qualidade.”

serviços de saúde mental. Outro fator de desigualdade apontado por ele é a desinformação propagada em redes sociais, pois populações em situação de vulnerabilidade seriam mais suscetíveis a manipulações por meio de conteúdos equivocados, principalmente produzidos por influenciadores, dificultando a busca por informações seguras e por serviços orientados.

Nesse aspecto, a responsabilização ética pelos conteúdos divulgados nas redes sociais demarca uma fronteira crítica entre especialistas e meros influenciadores sobre assuntos de saúde mental. O psicólogo Rodrigo Acioli explica que,

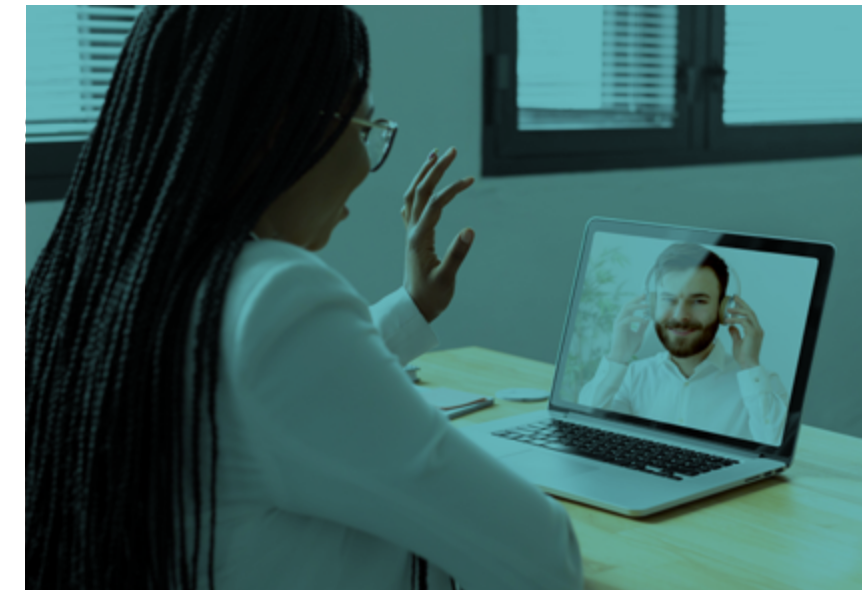
nesse contexto, a obrigação dos conselhos em regulamentar, orientar e fiscalizar se restringe às psicólogas e aos psicólogos devidamente registrados, limitando a atuação desses órgãos.

Ainda no campo da responsabilização, Acioli lembra que os cuidados éticos da modalidade online são similares ao presencial, sendo dever da psicóloga e do psicólogo preservar ao máximo o espaço da prática clínica, incluindo orientar o paciente para que a sessão seja segura e confortável para ambos. “Eu preciso garantir que a pessoa entenda que eu estou em um ambiente fechado, que atrás dessa telinha aqui não tem ninguém assistindo essa sessão. Oriento que a pessoa vá para um lugar menos barulhento, que procure usar um fone de ouvido”, detalha.

Outra boa prática de cuidado, respondendo aos princípios do Código de Ética Profissional do Psicólogo, é considerar as desigualdades tecnológicas no contexto dos atendimentos. Rafael Ramirez lembra que uma medida simples é entender o nível de letramento digital dos clientes. “Ter em mente, toda vez que for atender uma pessoa nova, que você não sabe o grau e o nível de letramento daquela pessoa com o digital. Às vezes, a pessoa não sabe fazer videoconferência no Google Meet, mas sabe pelo WhatsApp”, argumenta.

Nesse sentido, ele defende que, na dimensão ética do cuidado profissional, a paciência pedagógica é importante. Ao mencionar que “mexer com tecnologia ficou equiparável a aprender a ler, escrever e pensar”, traz o conceito de analfabetismo digital como nova dimensão de analfabetismo.

Ao trazer suas experiências como ativista, Rafael levanta possibilidades e estratégias de inclusão digital para o campo da Psicologia. Na política pública, por exemplo, sugere a ideia de incluir, no trabalho dos agentes comunitários de saúde, noções de letramento digital e saúde mental “para que as pessoas



“Eu preciso garantir que a pessoa entenda que eu estou em um ambiente fechado, que atrás dessa telinha aqui não tem ninguém assistindo essa sessão. Oriento que a pessoa vá para um lugar menos barulhento, que procure usar um fone de ouvido.”

consigam ter mais autonomia para buscar pela internet quando não tiverem acesso a serviços próximos”, exemplifica.

Outras ideias para a Psicologia, na camada de atuação profissional, inclui a tradução de aplicativos para línguas de outras etnias e parcerias com organizações do Terceiro Setor que atuam com cultura digital para o desenvolvimento de ações voltadas à saúde mental em pequenos contextos populacionais, com objetivo de gerar micro-impactos. Como inspiração de serviços psicológicos mais inclusivos, ele cita iniciativas como TeraPretas, PsiCoAfro e PsiMeet, destacando o potencial delas em superar barreiras de localização e custo.



RAFAEL RAMIRES BAPTISTA

Educador popular, pesquisador, palestrante, facilitador de processos de aprendizagem e de treinamentos nos temas transversais do campo das humanidades digitais, com ênfase na autonomia digital e tecnológica, nos cuidados digitais e na educação tecnológica popular, no combate às vulnerabilidades digitais. Atuante no combate ao racismo, e colabora ativamente com coletivos e organizações de cultura, do movimento negro e de povos indígenas.





Avaliação psicológica em tempos digitais

As transformações no campo da Avaliação Psicológica representam outro aspecto fundamental dessa revolução. Para Fabiano Koich, psicólogo especialista no desenvolvimento de instrumentos de Avaliação Psicológica, as TDICs trouxeram impactos positivos e negativos significativos para a área.

Do lado positivo, ampliaram o acesso ao permitir serviços a pessoas em locais distantes, expandiram as possibilidades de pesquisa e aumentaram a disponibilidade de instrumentos informatizados, especialmente após a pandemia. O uso de TDICs “permitiu fazer avaliações mais rápidas, testagens mais rápidas, com resultados mais rápidos”, destaca.

Contudo, as redes sociais e o amplo acesso do público a instrumentos sem comprovação científica trouxeram implicações negativas. “As pessoas veem questionários pela internet, alguns sobre tipo de personalidade e modelos que já não são estudados há algum tempo pela Psicologia, o que acaba permitindo interpretações superficiais e talvez equivocadas sobre o que faz e o que é Psicologia”, pondera.

Essa popularização de testes online leva muitas pessoas a usarem os resultados como justificativas para comportamentos e autodiagnósticos. Isso,

segundo ele, reforça estereótipos sobre a Psicologia e compromete uma compreensão mais profunda sobre o papel de uma avaliação séria.

Ele também explica que, no contexto da digitalização dos testes, há um esforço do CFP em atualizar normativas. A Resolução 31/2022 é o marco mais recente dessa trajetória, consolidando exigências que abrangem não apenas os testes em si, mas todo o processo avaliativo.

A nova normativa traz critérios para atestar a confiabilidade dos instrumentos que usam recursos eletrônicos. Ao serem submetidos ao CFP, é feita uma análise de equivalência para atestar se as novas versões mantêm funcionamento, resultados e validade iguais às versões impressas. Caso haja divergência entre as versões, Fabiano explica que novas tabelas de interpretação precisam ser desenvolvidas.

Ademais, a fiscalização representa atualmente um desafio, especialmente devido ao uso da nuvem e à existência de sites internacionais. “É impraticável continuar fazendo esse tipo de acompanhamento”, contrastando com o início dos anos 2000 quando o CFP conseguia acionar sites e remover conteúdos inadequados. “Não é mais humanamente possível o Conselho Federal acompanhar todo esse tipo de divulgação”, explica Fabiano Koich, que também atua como parecerista ad hoc da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP.

Nessa realidade, ele defende que o caminho passa pelo papel educativo dos especialistas. “Sempre que for aplicar um teste, explicar ao paciente o porquê da escolha daquele instrumento, deixando claro que se trata de um teste científico, com base sólida e referendado pelo Conselho Federal de Psicologia”, argumenta.

Embora o ambiente virtual tenha facilitado os serviços psicológicos, também impõe desafios quanto à privacidade e ao sigilo dos dados dos pacientes. “Pensando num processo geral

de avaliação, que pode ou não incluir testes psicológicos, as recomendações se assemelham com o que já fazemos na nossa prática presencial, sendo necessário transferir para o digital conhecendo as limitações e as características específicas das inovações”, orienta.

Ao mencionar a chegada da IA no campo da Avaliação Psicológica, Fabiano reconhece possibilidades interessantes, mas lança questionamentos. “Pensando, talvez, por um lado otimista, positivo, a inteligência artificial pode trabalhar como ego auxiliar, um assistente”, exemplificando como ela poderia auxiliar ao fazer “a leitura das expressões da pessoa e imediatamente lançar para psicóloga uma informação” e identificar inconsistências entre relato verbal e expressão facial.

A criação de itens no momento do teste seria como “mágica” segundo ele. “Nunca ninguém responderia dois itens iguais, não teria como as pessoas decorarem em gabarito”, o que resolveria problemas atuais de vazamento de testes na internet.

Contudo, Fabiano levanta questões fundamentais. “Como gerenciar a cientificidade desses itens que a IA estaria gerando?” e alerta para riscos mais sérios. “É completamente plausível usar um Chat GPT que simule um funcionamento de uma pessoa, gerar um vídeo dessa pessoa, alguém entrar no Meet e estar lá dialogando com uma Inteligência Artificial em vez de uma pessoa de verdade”.

Nesse contexto, os testes adaptativos computadorizados representam uma inovação promissora que está em desenvolvimento. “É um método muito interessante, que é mediado pelo computador”, explica Fabiano, detalhando como essa abordagem refina o cálculo do nível do construto psicológico através de um banco de itens que se adapta às respostas individuais, o que torna a avaliação mais precisa e eficiente.

Diante desse cenário, Fabiano defende que a categoria discuta essas questões em eventos e congressos para “entender

“Não é só ter o recurso. É saber quando usar, com quem usar, e se aquele instrumento, mesmo digital, continua sendo válido, seguro e ético.”

e regulamentar até onde pode ir” no uso da IA na Psicologia. Além disso, deve reconhecer que se trata de “algo muito rápido, muito novo” que ainda não tem regulamentação específica.

“Não é só ter o recurso. É saber quando usar, com quem usar, e se aquele instrumento, mesmo digital, continua sendo válido, seguro e ético”, conclui Fabiano. Essa síntese captura a essência do momento atual: um campo em rápida transformação que demanda dos especialistas não apenas competência técnica, mas também sabedoria para navegar entre inovação e responsabilidade.

A Psicologia, diante desse cenário complexo, é chamada não apenas a incorporar inovações, mas a produzir conhecimento crítico sobre elas, educar a população sobre suas limitações e potencialidades, bem como manter o compromisso ético com norte inegociável. O futuro da prática profissional dependerá, dessa forma, da capacidade da categoria de equilibrar o aproveitamento das oportunidades com a preservação dos princípios fundamentais que garantem a qualidade, segurança e benefício social da atuação profissional.●



Quer saber mais?

Acesse a íntegra das entrevistas e outros conteúdos pelo código QR ao lado.



FABIANO KOICH MIGUEL

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2002), e mestrado (2006) e doutorado (2010) em Avaliação Psicológica pela Universidade São Francisco. Tem experiência em clínica e na área acadêmica, atuando principalmente com os seguintes temas: construção de instrumentos, inteligência emocional e personalidade, testagem adaptativa informatizada. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi pesquisador convidado na Università degli Studi di Torino (Itália) em 2015-2016 e na University of Toledo (EUA) em 2018, onde fez pós-doutorado.



Inteligência Artificial: Reflexões Éticas Necessárias

Como a Psicologia pode atuar diante de um cenário tecnológico marcado por contradições inerentes ao próprio sistema capitalista?

Em 1964, quando o mundo ainda se acostumava com a televisão em cores e os primeiros computadores ocupavam salas inteiras, o semiólogo italiano Umberto Eco publicou o livro “Apocalípticos e Integrados”, em que analisava a cultura de massas na era tecnológica a partir de duas visões distintas. Enquanto, de um lado, os “apocalípticos” enxergavam os meios de comunicação e os novos produtos culturais como uma ameaça, do outro, os “integrados” abraçavam de maneira mais otimista as mudanças.

Seis décadas depois, enquanto a Inteligência Artificial (IA) redefine os contornos da experiência humana com

a tecnologia em uma velocidade sem precedentes, o dilema apresentado por Eco continua atual e, agora, muito mais complexo. A razão é simples: pela primeira vez na história, uma tecnologia demonstra capacidades que modelam funções, até então exclusivamente humanas, como criatividade, empatia e raciocínio complexo, provocando reações otimistas e pessimistas sobre o futuro da humanidade e, até mesmo, problematizando a própria definição sobre o que seria o “humano”.

No campo da Psicologia, esse avanço paradigmático levanta algumas questões urgentes para a categoria. Como as IA’s impactam o exercício profissional das



ADRIANO DE LEMOS ALVES PEIXOTO

Psicólogo e administrador. Mestre em administração pela UFBA e doutor em Psicologia pela universidade de Sheffield, Inglaterra. É professor permanente do Programa de pós graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Foi presidente da SBPOT - Associação brasileira de psicologia Organizacional e do Trabalho de 2014-2018. Atualmente é Superintendente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional e presidente do comitê de governança digital da UFBA. Membro do GT de Inteligência Artificial do CFP.

psicólogas e dos psicólogos? Quais são os desafios éticos e os riscos envolvidos a partir do uso das IAs? Como uma profissão comprometida com a justiça social pode se movimentar em um cenário tecnológico marcado por profundas contradições inerentes ao próprio sistema capitalista?

Em busca de análises que ajudem os profissionais a refletir sobre o tema, a Diálogos ouviu três vozes que têm se dedicado a compreender os múltiplos aspectos desta transformação: o psicólogo Adriano de Lemos Alves Peixoto, professor do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA); o psicólogo Bruno Grossman, pesquisador do Laboratório de Engenharia de Software da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), na qual é professor no curso de pós-graduação em Transformação Digital; e o cientista social Deivison Faustino, professor da Faculdade de Saúde Pública da USP.

Entre visões mais “apocalípticas e integradas”, os entrevistados mostram que o debate é complexo, cujos benefícios coexistem com preocupações fundamentais sobre poder, controle e justiça social no contexto da economia digital no sistema capitalista. Dessa forma, o pano de fundo econômico e geopolítico da economia digital é o ponto de partida para um entendimento mais crítico sobre o impacto da chegada das IAs e como elas atingem o campo da Psicologia.

“a forma como a internet está organizada não é à toa, ela é assim porque dá lucro. Ela poderia ter sido construída de outras formas, mas foi organizada assim porque é assim que dá lucro.”

¹ Disponível em: <https://wearesocial.com/uk/blog/2024/01/digital-2024-5-billion-social-media-users/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

² Disponível em: <https://aiindex.stanford.edu/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

A Inteligência Artificial em um cenário de contradições do desenvolvimento tecnológico

Em 2024, a Internet ultrapassou 5,56 bilhões de usuários, dos quais 5,24 bilhões usam mídias sociais. Essa conectividade em massa alimenta uma economia centrada na extração de dados pessoais, na qual sete empresas norte-americanas — *Google, Apple, Meta, NVIDIA, Amazon, Tesla e Microsoft* — concentram cerca de 18 trilhões de dólares em valor de mercado com lucro conjugado de 483,62 bilhões somente ano passado.

Esses números evidenciam posições desiguais ocupadas por países do norte e do sul global na economia digital. Países do norte, especialmente os EUA, concentram o conhecimento tecnológico e o controle das plataformas; já os países do sul apresentam menor desenvolvimento tecnológico, alto consumo de plataformas, geração massiva de dados, entre outros problemas como ambientes de trabalho precarizados e de direitos trabalhistas frágeis.

Países do sul global figuram entre os maiores usuários de internet e redes sociais, mas ocupam posições periféricas no desenvolvimento dessas tecnologias, evidenciando a dinâmica desigual da economia digital. O relatório “*Digital 2024: a 5 billion social media user*”¹, produzido pela agência estadunidense *We are Social*, aponta que Quênia, África do Sul, Brasil, Filipinas e Nigéria encabeçam a lista dos 20 países que mais passaram tempo nas mídias sociais.

O Brasil exemplifica essa contradição: lidera o *ranking* da adoção de plataformas de mídias sociais e, agora, também de IAs generativas, mas ocupa apenas a 34ª posição no *ranking* de desenvolvimento tecnológico de *Stanford*². Pesquisadores,



como Deivison Faustino, identificam essa dinâmica como uma nova etapa do colonialismo capitalista, agora em uma versão digital. Ele explica que o conceito de colonialismo digital “tenta mostrar o quanto o desenvolvimento tecnológico tem sido capturado por grandes empresas do Vale do Silício, servindo para fortalecer o poder geopolítico das grandes potências”.

Neste processo, “a forma como a internet está organizada não é à toa, ela é assim porque dá lucro. Ela poderia ter sido construída de outras formas, mas foi organizada assim porque é assim que dá lucro”, explica. A extração massiva de dados, bem como seu tratamento são uns dos grandes pilares dessa dinâmica de dominação. Com ela, as empresas têm ampliado lucros e influência política, proporcionando um ambiente digital inseguro para os usuários de todo o mundo.

Nas plataformas de redes sociais, os dados funcionam como uma moeda. Em troca do uso gratuito dessas mídias,

usuários fornecem informações e permitem monitoramento de atividades, gerando conhecimento sobre perfis e interesses. Bruno Grossman, que trabalha com tecnologias emergentes, explica que o esforço das empresas é voltado para conquistar anunciantes. “É aquela famosa frase: ‘se você não está pagando, então você é o produto’. Quem está pagando são os anunciantes e é para eles que as plataformas direcionam seus maiores esforços”.

Com as IAs, as plataformas aumentam a precisão na análise desses dados, tornando mais eficiente o engajamento dos usuários e a performance dos anúncios, consolidando ainda mais seu poder e seus ganhos. Segundo a *Meta*³, o lucro líquido registrado no primeiro semestre de 2025 foi de US\$ 16,6 bilhões, 35% a mais do que o projetado.

Outro exemplo do poder proporcionado pelos dados é na disputa geopolítica. A vigilância em massa e a manipulação



BRUNO GROSSMAN

Psicólogo, mestrando em Psicologia e MBA em Marketing pelo IAG PUC-Rio. Atua como mentor de startups e inovação no Instituto ECOA e como professor de pós-graduação em Transformação Digital na PUC-Rio. Empreendedor com experiência nos setores de consultoria e varejo.

³ Disponível em: <https://investor.atmeta.com/investor-events/event-details/2025/Q1-2025-Earnings-Call/default.aspx>. Acesso em: 15 jul. 2025.



“O que a experiência mostrou? Uma dependência psicológica cada vez maior, disseminação de fake news, aumento da polarização, fragilização das democracias, sexualização das crianças, ranqueamento social, incapacidade de concentração. Todos esses aspectos mostram que perdemos essa primeira batalha. E agora?”

da opinião pública já eram práticas observadas antes das IA's. As denúncias de Edward Snowden (2013) revelaram esquema global de espionagem liderado pelos EUA com apoio das *Big Techs*. Já o escândalo da *Cambridge Analytica* (2018) expôs como dados do *Facebook* foram usados para traçar perfis psicológicos e influenciar eleições, como a de Trump e o referendo sobre o *Brexit*, evidenciando os riscos sobre a democracia. Após esses escândalos, houve melhorias pontuais no campo da segurança digital, mas a lógica estrutural permaneceu inalterada, com regras pouco transparentes e políticas de privacidade extensas, que desestimulam usuários a compreenderem como seus dados são utilizados.

Com a chegada das IAs, organismos internacionais e institutos de governança têm alertado que esse avanço, sem transparência ou marcos regulatórios adequados, pode agravar práticas autoritárias e ampliar a influência de potências tecnológicas, sobretudo China e EUA, colocando em risco os direitos civis e a privacidade. Seja em qualquer nível, a falta de transparência no uso dos dados mostra uma relação de poder assimétrica entre tecnologias e usuários, como analisa Grossman. “Não temos muita noção de como esses dados estão sendo utilizados e como podem ser utilizados contra nós”.

Para ele, o saldo das redes sociais para a sociedade, por exemplo, tem sido negativo: “O que a experiência mostrou? Uma dependência psicológica cada vez maior, disseminação de *fake news*, aumento da polarização, fragilização das democracias, sexualização das crianças, ranqueamento social, incapacidade de concentração. Todos esses aspectos mostram que perdemos essa primeira batalha. E agora?”, provoca.

No contexto da economia digital, Deivison Faustino acredita que há uma supervalorização das IA's, inclusive na tentativa de inflacionar as ferramentas. “Não é que não temos que nos preocupar

com a Inteligência Artificial, mas se não discutirmos o contexto em que ela está inserida, corremos o risco de desviar a visão do verdadeiro problema e mistificar algo que é um produto”, conclui.

Nesse ecossistema moldado pela lógica da extração de dados e da vigilância algorítmica, a subjetividade humana se torna um novo campo de disputa. A maneira como os humanos se percebem, se relacionam e constroem sentido no mundo passa a ser influenciada por plataformas, cujos critérios não parecem priorizar aspectos da subjetividade.

Os impactos das IA's na subjetividade humana: o papel da Psicologia

As profundas implicações subjetivas provocadas pelas tecnologias digitais são uma outra face desse modelo de Internet. Para Deivison, coautor do livro “O colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana”, esses efeitos têm sido devastadores para a subjetividade e merecem atenção da Psicologia, uma vez que as ferramentas trabalham para manter os usuários cada vez mais conectados. “Quanto mais tempo passamos na internet, mais frágil e vulnerável passa a ser a nossa subjetividade para lidar com as contradições reais da vida”.

O uso excessivo das mídias sociais em crianças e adolescentes têm gerado especial preocupação da comunidade científica internacional. Estudos e revisões de literatura recentes mostram, inclusive, o surgimento do conceito *Problematic Social Media Use* (PSMU) ou Uso Problemático de Mídias Sociais (UPMS), em português, para caracterizar um tipo específico de adoecimento mental provocado pelo vício em mídias sociais, especialmente em crianças e adolescentes.

“Quanto mais tempo passamos na internet, mais frágil e vulnerável passa a ser a nossa subjetividade para lidar com as contradições reais da vida.”

Já quando fatores de desigualdade social e econômica são incluídos nessas análises, constata-se uma tendência de agravamento do UPMS em indivíduos dessas faixas etárias. É o que aponta um estudo internacional publicado em 2022 no periódico *Information, Communication & Society*⁴, com base em dados do projeto *Health Behavior in School-aged Children*⁵. A pesquisa revelou que crianças e adolescentes que se sentem economicamente desfavorecidos e estudam em escolas com maiores desigualdades relatam níveis mais altos desse uso problemático das mídias sociais.

A dissonância cognitiva é outro importante fator de sofrimento psíquico, causado pelo descompasso entre uma vida projetada para as redes e a vida real, gerando percepções equivocadas como a noção de autovalorização condicionada à visibilidade e à dificuldade em lidar com desafios cotidianos, como explica Deivison Faustino. Os vieses algorítmicos contribuem para essa dissonância, reproduzindo padrões de exclusão que não são produzidos pela tecnologia, mas refletem contradições mais profundas da sociedade. Para Deivison, esses mesmos padrões de exclusão também atravessaram historicamente a constituição da própria Psicologia como campo de conhecimento.

“A Psicologia se institui como um campo numa sociedade capitalista, mas ela também vai ser atravessada pelas contradições sociais da sua época,



DEIVISON MENDES FAUSTINO

Graduado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André (2005); Mestre em Ciências da Saúde/Epidemiologia pela Faculdade de Medicina do ABC (2010) e Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR (2015). É professor do Departamento de Saúde e Sociedade da Faculdade de Saúde Pública da USP.

⁴ Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2022.2109981>. Acesso em: 16 jul. 2025.

⁵ Disponível em: <https://hbsc.org/> - projeto permanente da ONU versão 2017/2018. Acesso em: 16 jul. 2025.

contradições de classe, de gênero e também raciais”, explica o pesquisador. Segundo ele, a área foi construída “tendo a Europa como modelo como parâmetro universal de humanidade”, o que resulta, muitas vezes, num silenciamento em relação às dores provocadas pelo racismo, homofobia e transfobia.

Essa crítica ganha relevância no contexto dos algoritmos, porque ambos, tanto a Psicologia tradicional como os sistemas automatizados, podem reproduzir os mesmos vieses excludentes. “Muitas vezes se ignora o quanto o machismo e o racismo não apenas produzem sofrimento, como constituem a própria Psicologia”, reflete Deivison. Na prática clínica, isso pode significar que profissionais não preparados para compreender os efeitos do racismo na subjetividade acabem oferecendo um atendimento que se configura numa “segunda violência” para quem já sofreu discriminação.

No caso do viés racista, também chamado de racismo algorítmico, Faustino explica que sendo cálculos feitos por pessoas, os algoritmos apenas refletem o racismo da sociedade, ainda que os envolvidos não tenham sido intencionalmente racistas. “O algoritmo é um cálculo. A pergunta é: quem escreveu esse cálculo, com base em que dados e em nome de quem?”, questiona.

Além disso, as bolhas algorítmicas intensificam essa dissonância ao filtrar conteúdos conforme preferências individuais, impedindo o contato com visões divergentes. O resultado é uma subjetividade menos tolerante às diferenças, mais vulnerável a frustrações e politicamente polarizada, sendo um terreno fértil para o radicalismo e a ruptura do diálogo social. “Se estou no *Instagram* e tem pessoas que têm uma ideia diferente da minha, eu delete. Então, a Internet permite essa manipulação, mas é uma manipulação

na direção de uma positividade perene, quase uma positividade tóxica”, comenta Deivison.

A convergência desses fatores cria um cenário de risco amplificado para a saúde mental. Os dados oficiais brasileiros corroboram essa preocupação: em 2024, o país registrou 472.328 afastamentos do trabalho por transtornos mentais⁶, enquanto os atendimentos de crianças e jovens com ansiedade no SUS superaram os de adultos pela primeira vez⁷.

Do consultório à clínica ampliada: o desafio ético diante das novas subjetividades

As transformações subjetivas impulsionadas pelas IA's não ficam restritas ao campo da experiência individual: elas chegam ao consultório e desafiam práticas profissionais. Se, por um lado, a tecnologia potencializa novas formas de lidar com o sofrimento; por outro, também transforma o próprio fazer da Psicologia. Adriano Peixoto, que tem experiência na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, acredita que “a Psicologia não passará incólume pela IA. A grande questão é justamente entender a natureza dessa tecnologia, como ela pode trazer benefícios para a prática profissional e quais são os riscos que ela tem”, defende.

Para ele, compreender o que torna as IA's tão poderosas é importante, porque está acessível a qualquer pessoa. “A capacidade de produzir linguagem, texto nas suas múltiplas formas e a interação que ela estabelece com o usuário, em linguagem natural, sem necessidade de um conhecimento técnico específico e produzir resultados a partir dela talvez sejam os aspectos principais”, reflete.



No campo da saúde mental, o surgimento e o aperfeiçoamento das IA's generativas abriram caminhos e potencialidades que seriam impensáveis até há muito pouco tempo, como contextualiza Adriano. Ele destaca algumas possibilidades, como a detecção precoce de problemas de saúde mental, por meio da análise dos padrões de linguagem falada ou escrita, a disponibilidade ininterrupta da ferramenta, sem pausas e, por que não, na possibilidade de intervenções mais concretas.

“Quando pensamos, muitas vezes, em práticas de intervenção em Psicologia, tendemos a imaginar normalmente os cenários mais críticos. Mas se imaginarmos que há uma gradação de necessidades e na disponibilidade de utilização com *chatbots* de atendimento, de repente temos a possibilidade de que disciplinas mais simples possam ser feitas por plataformas digitais, por aplicações de Inteligência Artificial, que podem direcionar casos mais graves a uma pessoa”, sugere.

Outro aspecto levantado pelo especialista é a chance de ampliação do atendimento, como “vencer distâncias

“Se queremos uma atenção necessária, podemos avaliar isso com critério e ter uma discussão boa e produtiva sobre esse tema, explorar ele sem medo, usar, pesquisar.”

geográficas, lugares onde não há profissionais de Psicologia atendendo e em horários que os profissionais não estão disponíveis. Isso significa um potencial de atendimento muito grande que a ferramenta traz”, explica. Na mesma linha, Bruno Grossman sugere explorar as IA's sem medo, deixando de lado o alarmismo em troca da busca de conhecimento. “Se queremos uma atenção necessária, podemos avaliar isso com critério e ter uma discussão boa e produtiva sobre esse tema, explorar ele sem medo, usar, pesquisar”, acredita.

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/fundacentro/pt-br/comunicacao/noticias/noticias/2025/abril/abril-verde-alerta-para-a-saude-e-seguranca-no-trabalho#:~:text=Afastamento%20por%20transtornos%20mentais,e%20mais%20eficaz%20nesse%20tema>. Acesso em: 4 jul. 2025.

⁷ Fonte: RAPS (Rede de Atenção Psicossocial) via Sistema de Informações Ambulatoriais/SUS citada em matérias diversas.



“No caso do profissional de Psicologia é dele a responsabilidade, mas se a Inteligência Artificial decide e ela errou, de quem é a responsabilidade? É do desenvolvedor? É da empresa que vendeu? É sua que comprou?”

Em uma perspectiva também prática e inicial, Bruno dá exemplos de como o uso das IA's na clínica pode trazer mais produtividade e criatividade para os profissionais. “Dá para fazer anotações, treinamento de estudantes, detecção precoce de problemas, transcrição de textos e identificação de padrões entre sessões, mas como suporte, não como substituto profissional”, sugere.

Se, por um lado, há oportunidades e benefícios para a prática profissional; por outro, desafios, riscos e implicações éticas também emergem e exigem a necessidade de análises igualmente cuidadosas, como alertam Adriano Peixoto e Bruno Grossman. No caso da Psicologia, Adriano cita os vieses algorítmicos aplicados às IA's como um ponto de atenção importante para os profissionais. Os modelos desenvolvidos pelas grandes ferramentas podem desconsiderar especificidades populacionais e, portanto, induzir a discriminações e a erros. Dessa forma, os processos de responsabilização também se tornam mais complexos.

“No caso do profissional de Psicologia é dele a responsabilidade, mas se a Inteligência Artificial decide e ela errou, de quem é a responsabilidade? É do desenvolvedor? É da empresa que vendeu? É sua que comprou?”, questiona. Como explica Bruno, as IA's generativas foram programadas para tecer longas e complexas conversas, de maneira cooperativa, positiva e, até mesmo, calorosa. Esse ambiente pode criar a falsa sensação de que há, ali, uma consciência, o que não é verdade. Dessa forma, manter uma postura crítica quanto aos resultados trazidos por elas é importante.

“Essa é uma orientação clara nesses programas. Não vão fazer um julgamento de valor, não vão ficar cansados se você repetir sua pergunta, nunca vão perder a paciência e isso contribui irmos usando mais deles e até confiando e, às vezes, confiando demais. Tem um risco muito grande de confiar excessivamente nesses programas que têm muitas falhas, que cometem erros, cometem alucinações, como a gente chama, e aí tem esse risco da gente confiar demais”, alerta.

Cuidados com a segurança e a privacidade dos dados, tanto no uso pessoal, como no profissional, também são alertas importantes levantados pelos especialistas. “Temos que pensar com cuidado, porque, como falamos, essas ferramentas conseguem inferir informações muito

importantes e particulares sobre nós a partir de pequenas informações nossas”, pondera Bruno.

Para o uso profissional, o professor Adriano recomenda especial atenção a elementos como: verificação mínima sobre a confiabilidade das empresas desenvolvedoras; atenção às políticas de privacidade das plataformas e à transparência com os pacientes e/ou clientes que, neste caso, também estariam na condição de usuários de plataformas.

“O básico é dizer que vai usar essa ferramenta, que tipo de informação está coletando do seu usuário, como vai ser tratada e para qual fim ela será usada, seguindo a própria Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A pessoa precisa concordar que os dados dela sejam tratados com o uso de ferramentas de Inteligência Artificial, e ela deve ter o direito de dizer que não quer”, explica.

A categoria ainda não conta com uma regulamentação que traga orientações mais específicas sobre o uso da IA. Por isso, Adriano reforça outro cuidado básico quanto aos tipos de dados captados de pacientes e/ou clientes, que não devem ultrapassar aqueles necessários ao trabalho. “Nesse sentido, precisamos lembrar também que os dados precisam ser anonimizados, pois caso haja algum problema de segurança, você preserva o sigilo profissional e resguarda a integridade do seu usuário”, pondera.

Ao avaliar o impacto das IA's no mercado de trabalho, Adriano acredita que nenhuma tecnologia será capaz de substituir a importância do olhar e do julgamento profissional. Contudo, alerta sobre substituições de práticas que antes eram realizadas exclusivamente por profissionais de maneira analógica ou manual e que, agora, cada vez mais virtualizadas, serão impactadas pelo uso das IA's.

Como exemplo, ele cita que a interpretação dos testes de Avaliação Psicológica possivelmente será substituída pela IA. “Essa era uma atividade

“A pessoa precisa concordar que os dados dela sejam tratados com o uso de ferramentas de Inteligência Artificial, e ela deve ter o direito de dizer que não quer.”

típica do profissional de Psicologia, com formação específica para isso. Hoje, o sistema já faz isso e fará melhor ainda no futuro próximo. O processo de avaliação psicológica já podemos dar como perdida ou como cedida para o mundo virtual. Esse é só um exemplo, talvez mais simples e mais fácil de perceber, porque ela já está presente, as grandes editoras de testes já têm plataforma de aplicação, e com apresentação de resultados muito bons, na maioria das vezes”, explica.

Os fatores expostos, assim como tantos outros, reforçam a importância do papel ético e político da Psicologia. Entre o otimismo ingênuo e o apocalipse iminente, a categoria é chamada a desenvolver uma compreensão crítica e situada dessas tecnologias em estruturas globais desiguais e atuar para que seu uso promova cuidado e justiça social, especialmente para os mais vulneráveis. Como já alertava Umberto Eco, o dilema não é sobre a tecnologia em si, mas sobre o que escolhemos fazer com ela. Cabe à Psicologia garantir que essa escolha seja feita com consciência crítica e compromisso com a dignidade humana.●



Quer saber mais?

Acesse a íntegra das entrevistas e outros conteúdos pelo código QR ao lado.

DIÁLOGOS

20 anos de conexões e reflexões na Psicologia brasileira

De norte a sul, conheça a trajetória da publicação criada para valorizar o conhecimento prático da categoria e contribuir para a constituição de uma Psicologia genuinamente brasileira

Ao longo de duas décadas e 14 edições, a revista *Diálogos* se consolidou como um importante canal para o fortalecimento profissional tanto da Psicologia, quanto da conexão entre a categoria e o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Sem desconsiderar a importância do conhecimento científico, a publicação busca valorizar as práticas em Psicologia de todo o país, refletindo transformações sociais, políticas, institucionais e conceituais que atravessam a categoria e a sociedade, contribuindo para o surgimento de uma Psicologia verdadeiramente brasileira.

A revista é resultado de uma forte política de comunicação institucional do CFP, cujo foco é projetar a relevância da Psicologia, como ciência e profissão, para a sociedade. Integrada a outros canais e produtos de comunicação, a *Diálogos* faz parte de um ecossistema que inclui a revista científica *Psicologia: Ciência e Profissão*, além de jornais, relatórios,

cartilhas, redes sociais, podcasts, vídeos institucionais e campanhas temáticas, revelando o compromisso do CFP em promover uma Psicologia plural, ética e comprometida com os Direitos Humanos. Ao diversificar seus canais e formatos, o CFP busca alcançar diferentes públicos, fomentar o debate crítico e fortalecer a identidade profissional da categoria.

Para celebrar os 20 anos da revista *Diálogos*, conversamos com: Neuza Guareschi, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atual conselheira do CFP, que participou do conselho editorial das primeiras edições; Thatiana Helena, professora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e editora associada da *Psicologia: Ciência e Profissão*; e Juliana Guimarães, atual conselheira do CFP e editora-chefe da revista *Diálogos*, que tem se dedicado à ampliação da publicação, incorporando novos formatos e fortalecendo sua presença digital.



2005

2004



Vanguarda, pluriversalidade e colaboração: algumas marcas da Diálogos

A revista *Diálogos* nasceu em um momento de grande transformação da Psicologia no Brasil, marcado pelo envolvimento da categoria nos processos de ascensão e ampliação das políticas públicas, como o SUS e o SUAS, bem como pelo fortalecimento dos debates sobre os Direitos Humanos. Nesse cenário, novas práticas psicológicas surgiam sem que a academia pudesse acompanhá-las na mesma velocidade, tornando necessário um novo canal de comunicação capaz de registrar esse momento da Psicologia, com linguagem mais acessível e caráter jornalístico.

“A *Diálogos* vem para complementar, de um jeito mais leve, não deixando de tratar temas que são super importantes para nossa categoria e, talvez, de uma maneira mais acessível uma reflexão crítica de aspectos que a gente tem vivido. [...] ela traz essa crítica de uma maneira

diferenciada para levar subsídios para essa(e) psicóloga e psicólogo que está na ponta, trabalhando”, pontua Thatiana Helena, que possui grande experiência na produção de diversos tipos de revistas científicas da área da Psicologia.

Neuza Guareschi conta que o objetivo do CFP, ao criar a *Diálogos*, seria o de alcançar profissionais em todo o país. “Ela surge lá em 2004 exatamente com esse propósito de ficar bem próxima da categoria, de chegar na casa da psicóloga e do psicólogo para poder ter acesso ao que vinha acontecendo na Psicologia. A gente vivia naquele momento o início do auge no trabalho das políticas públicas, mas também a questão dos Direitos Humanos, então era importante ter alguma produção em Psicologia que trouxesse mais as práticas Psi's para que os profissionais pudessem tanto ter acesso à questão da capacitação, como ter uma troca de experiências”.

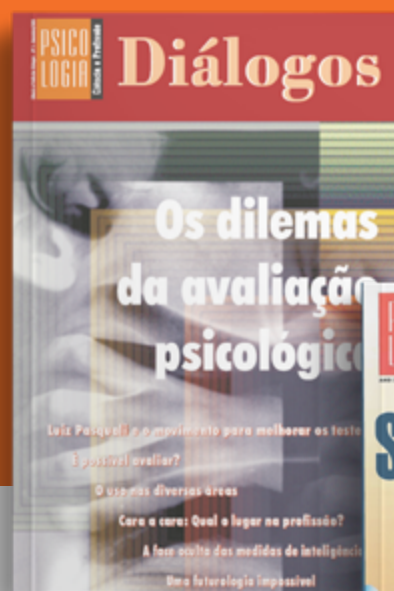
A revista se destacou por trazer à tona discussões sobre políticas públicas, Direitos Humanos, questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, saúde mental,



NEUZA GUARESCHI

Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. PhD pela University of Wisconsin - Madison. Coordenadora do Núcleo e-politos: Estudos em políticas e tecnologias de subjetivação contemporâneas. Pesquisadora do CNPq 1A. Conselheira do CFP gestões 2020/2022 e 2023/2025. Editora da Revista *Psicologia: Ciência e Profissão*.





2005



2006



2007



2009



2010



THATIANA LIMA

É psicóloga, mestre e doutora em Psicologia pela Universidade São Francisco. Professora da graduação e pós-graduação do Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia. Editora Associada da Revista Psicologia: Ciência e Profissão e da Revista Psicologia: Teoria e Prática.

entre outros temas relevantes para a prática psicológica no Brasil. Toda essa efervescência temática contribuiu para consolidar a *Diálogos* como uma revista de vanguarda, antecipando discussões que, mais tarde, se tornariam centrais no debate público e profissional.

“Nosso primeiro número foi sobre psicoterapia. Era um debate que, na época, surgiu, questionando se a psicoterapia era uma prática privativa da(o) psicóloga(o) ou não. Já o segundo número trazia a temática dos Direitos Humanos, que também já estava se trabalhando muito dentro da Psicologia, naquele momento muito dirigida às questões do sistema prisional, outras práticas de encarceramento, manicômio judiciário, se falando muito sobre a necessidade de se colocar tratamento na saúde mental em práticas de liberdade”, comenta Guareschi sobre a escolha dos temas das primeiras edições.

Para Juliana Guimarães, a primeira edição refletiu a importância não só da clínica para a categoria naquele momento, mas também de outros temas que foram se desenhando com igual

destaque. “A revista defende essa prática profissional como algo que move o início da Psicologia, disso que a gente faz no nosso dia-a-dia, que se tornou a imagem dos outros sobre nós. E, a partir daí, a publicação vai transformando e trazendo essas Psicologias que vão vindo, abordando vários temas de saúde, de esporte, jurídico, avaliação psicológica, mobilidade etc.”

Como frisa Guareschi, ainda que a Psicologia carregue em si conceitos teóricos de base, também busca refletir as transformações vividas no Brasil. Consequentemente, a *Diálogos* representa essa ebulição de conhecimentos. “Os conceitos em Psicologia são históricos, não são fixos, estáticos. São conceitos que não necessariamente vão deixar de ter sua importância, continuam sempre tendo sua importância no momento em que podem se desterritorializar de alguns lugares já hegemônicos, tradicionais. E poder se reterritorializar em outros”.

Um exemplo marcante desse caráter de vanguarda da *Diálogos* foi a edição especial sobre a COVID-19, produzida

durante a crise da saúde mundial, registrando as práticas de profissionais que estavam na linha de frente. “A gente falou da prática durante a pandemia enquanto vivíamos ela, porque estávamos vendo questionamentos e transformações da Psicologia sendo vivenciados naquele momento. Então, a *Diálogos* tem esse efeito e é o que eu acho fantástico”, pontua Juliana Guimarães.

O compromisso com a pluralidade de vozes e perspectivas é outro traço marcante da *Diálogos* desde sua concepção, ao representar a diversidade da categoria, em termos tanto regionais quanto teóricos e práticos. Juliana Guimarães ressalta que essa pluralidade contribui para que os profissionais conheçam além de suas áreas de interesse e especializações.

“Podemos dialogar com isso, porque dentro de uma profissão podemos sempre escolher áreas de atuação que são mais representativas. Então, você tem uma afinidade maior com determinado contexto, com determinada área de atuação. E você vai estudar muito sobre aquele tema específico. Você se especializa

em um tema ou área e acaba deixando de lado uma série de outros temas que compõem a Psicologia brasileira, a nossa ciência, a nossa atuação. Você acaba atuando nas interfaces. E aí a *Diálogos* traz, de repente, realidades tão distintas para próximo de você, que desperta outras possibilidades de atuação”, ressalta.

Thatiana Helena destaca a importância dessa abordagem variada. “A revista *Diálogos* traz para o centro do debate a Psicologia, a(o) profissional e tudo aquilo que podemos contribuir para a sociedade, que às vezes não é visto nem por nós psicólogas(os)”.

Além da diversidade, outro aspecto fundamental da revista é seu caráter coletivo e colaborativo. A publicação é fruto do trabalho de uma equipe diversa, que inclui conselheiras(os) e equipe de jornalistas. A seleção de temas para cada edição segue um processo cuidadoso, que busca contemplar as diferentes áreas de atuação da psicologia e as demandas da categoria. Juliana Guimarães, atual editora-chefe da *Diálogos*, descreveu um pouco sobre como esse processo acontece na prática.



JULIANA GUIMARÃES

Psicóloga Clínica, mestra em Saúde Mental (UFRGS – HCPA); especialista em Avaliação Psicológica, Psicologia do Tráfego e Gestão Pública; Conselheira Federal Efetiva do XIX Plenário do CFP; Secretária Executiva Adjunta do FENPB – Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira; Editora responsável da Revista Diálogos, Docente em Pós-Graduação, Consultora, Palestrante; membro da Câmara Temática de Saúde no Trânsito (CTST) do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Conselheira Estadual de Trânsito de Pernambuco.

2012



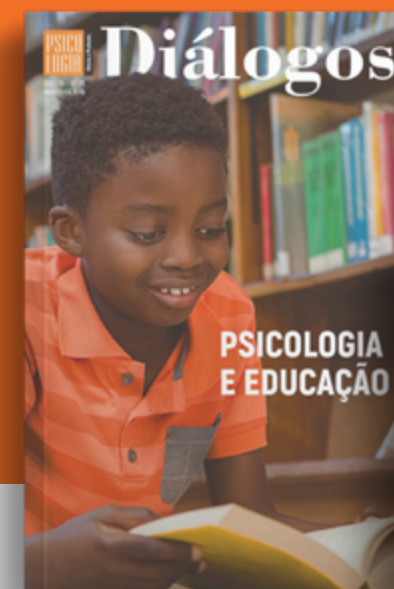
2019



2018



2021



2019



A primeira etapa é a reunião da Comissão Nacional, composta por cinco conselheiras(os) das diversas regiões do país, para pensar no tema e nas sugestões de pauta considerando temas passados, atuais e os desafios da categoria. “Sem repetir, o que a categoria precisa ouvir, o que a gente tem pra falar, o que a gente tem para escutar deles... Então, criamos uma pauta com essas pessoas e a nossa equipe de jornalistas do CFP”, detalha.

O próximo passo é assegurar que os temas dialoguem entre si, criando uma história que forneça uma coesão narrativa. Quando a pauta está estabelecida, é hora de levar ao Plenário para discussão e aprovação. Uma vez aprovada a pauta, a próxima etapa é a escolha das fontes a partir da participação da Comissão Regional da Revista, junto com todo o Sistema Conselhos, os 24 CRP's, com o intuito de garantir diversidade, inclusão, pluralidade e atuação nessas diversas áreas.

“Estabelecemos perfis dessas fontes para facilitar a seleção de uma pessoa que atue de tal forma, que seja uma psicóloga, que tenha experiência tal ou tal,

enfim, o que for necessário para as matérias e a edição. E aí a gente pega toda a diversidade do nosso país através de indicações desses nomes. Recebemos várias indicações de todas as áreas e, a partir daí, começa também um novo quebra-cabeça, que é poder incluir todo mundo, toda a pluralidade, toda a diversidade”, explica Juliana.

Ao longo dos anos, o modelo conceitual da revista foi se transformando para acompanhar as mudanças na sociedade e na própria categoria profissional, ao incorporar cada vez mais perspectivas decoloniais, interseccionais e territorializadas, reconhecendo a importância de considerar as especificidades dos diferentes contextos brasileiros. Ao mesmo tempo, lidou com o desafio de seguir em frente como uma publicação que contribui para a formação continuada a partir dessas novas perspectivas e temas emergentes.

“Vivemos atualmente todo um questionamento em relação a saberes tradicionais, saberes hegemônicos, aquilo que chamamos de uma decolonização de saberes. Mas como fazemos isso? →

Buscamos exatamente essas questões sociais, culturais de populações e podendo através da experiência de produzir práticas de um trabalho com eles, de produzir outras práticas e através dessas práticas, outros saberes. E aí a gente passa a decolonizar esses saberes tradicionais”, explica Neuza.

Ela ressalta a importância dessa diversidade temática para a formação profissional. Segundo a especialista, uma das contribuições mais significativas da revista *Diálogos* está relacionada ao seu papel na formação continuada dos profissionais e na própria formação acadêmica em Psicologia. “É um privilégio para todo profissional da psicologia ter uma *Diálogos* que possa nutri-lo no sentido de poder pensar sua prática. Mas, por exemplo, como professora, eu também vejo um privilégio poder ter uma revista *Diálogos* que me traz o conteúdo debatido, discutido, e a experiência de profissionais que estejam realizando aquela prática que eu posso oferecer às minhas alunas, aos meus alunos”, salienta Neuza Guareschi.

“Eu acho que a revista está contribuindo enormemente com a formação, não só continuada da(o) profissional, mas com a formação acadêmica e com a pesquisa. É isso que a *Diálogos* faz no momento, que tem uma prática emergente, no momento que tem uma prática que mostra uma relevância, no momento que tem uma experiência que mostra sua relevância”, destaca Guareschi.

Esta dimensão formativa da revista ganha ainda mais importância quando consideramos as transformações no campo do conhecimento psicológico nas últimas décadas. Diferentemente do passado, quando se buscavam grandes teorias unificadoras, o cenário contemporâneo é marcado pela diversidade de abordagens e pela valorização das experiências contextualizadas. Nesse sentido, a *Diálogos* tem cumprido um papel fundamental ao dar visibilidade a práticas emergentes e ao promover reflexões sobre os novos caminhos da Psicologia brasileira.

“Antigamente, o conhecimento sempre estava em busca de uma grande teoria social ou uma grande teoria psicológica →



que dissesse assim, essa resolve os problemas. Isso sabemos que não existe mais, né? Então, como é que resolvemos os problemas hoje e como é que podemos pensar sobre eles? [...] Buscar novas alternativas é exatamente pelas novas experiências”, reflete Neuza.

Ao fazer um paralelo entre publicações de caráter científico e a revista *Diálogos*, a psicóloga e pesquisadora Thatiana Helena detalha sobre as mudanças que a própria academia tem sido levada a fazer, no sentido de trazer para o ambiente de pesquisa essa miscelânea de temas emergentes. “Eu acredito que mais recentemente isso tem sido cobrado. Como é que se faz Avaliação Psicológica, por exemplo, de pessoas com algum tipo de deficiência? Os testes psicológicos são construídos e as amostras normativas são com sujeitos que não têm nenhum tipo de deficiência. Então, o pesquisador tem que ter como objetivo essa especificidade. Vejo que isso tem sido mais cobrado ultimamente”, reflete.

Thatiana cita ainda que haverá um número especial da revista de Avaliação

Psicológica, produzida pelo Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica (IBAP), dedicado exclusivamente ao tema da diversidade e da justiça social. “Pelo que tenho visto da revista da *Diálogos*, ela tem trabalhado essas questões ao longo dos anos. Então, quando entramos no site do CFP e vemos que todas as publicações da revista são realmente temas que precisam ser trabalhados e que às vezes não conseguimos aplicar tanto na pesquisa de laboratório, acaba complementando o que a gente tem sentido falta”, reflete.

Inovação digital trazendo transformações no formato da *Diálogos*

Nos últimos anos, a revista *Diálogos* tem enfrentado o desafio de se adaptar às transformações digitais que impactam os modos de produção e de consumo de conteúdo. A inclusão de um formato para a Internet representa uma transformação profunda na forma de comunicar e de interagir com os leitores; além disso, expressa como a tecnologia também é um dos desafios que emergem globalmente e nos atingem localmente.

“Temos a tecnologia nos desafiando neste momento. E nós temos uma nova linguagem. A *Diálogos*, como falamos no início, nasce para falar com a categoria. Ela é um diálogo com a profissão, com a ciência, com a categoria, com a sociedade. Então, ela não pode não ser provocada pela forma que estamos dialogando hoje em dia. Nós hoje estamos num mundo digital, onde temos esse impacto muito rápido das imagens, das comunicações”, contextualiza Juliana.

A editora Juliana revela que a *Diálogos* permanecerá impressa, mas que agora, ao nascer em um formato multidigital, proporcionará mais comodidade àqueles que têm interesse na revista. “Como que eu chego pra essa categoria e pra essa sociedade se eu não falar com todos os tipos e formas que eu tenho de me expressar?”, contextualiza. Ou seja, além do texto, as pessoas terão acesso integral às entrevistas em formato de vídeo; portanto, poderão conhecer mais sobre as(os) entrevistadas(os) e sobre as temáticas.

No processo de criação do novo formato, Juliana agradece e destaca o papel da comissão editorial nacional, composta por profissionais de Psicologia, localizados nas cinco regiões do Brasil. “Atuamos nos

diversos horários, nos finais de semana, já que todo mundo trabalha, todo mundo tem seus outros afazeres de vida e sempre com uma alegria, com gosto, com humor, com uma dedicação, sabe? Um olhar técnico, crítico, científico. E muito empenho para que isso se construa, para cada detalhe da revista, para cada ponto, para cada reticência que nós precisamos colocar quando estamos fazendo esse trabalho”, declara.

Quanto aos desafios futuros, Juliana acredita que o maior deles é conseguir permanecer na vanguarda, dando alcance à toda intensidade de produção de conhecimento da Psicologia. “Olhar para frente hoje é olhar para esse momento de como é que a gente faz, talvez a partir dessa multiplataforma, que ela consiga ser mais contínua, não seja tão limitada por uma edição de papel, que tenha um prazo maior. [...] aproveitar as potencialidades das novas tecnologias”, enfatiza.

Um dos temas mais instigantes para o futuro da revista é a intensificação do papel da tecnologia na produção e disseminação do conhecimento psicológico. Juliana Guimarães menciona brevemente a questão: “Eu acho que é isso, usar a tecnologia a favor daquilo que temos. E olha que eu nem estou falando de inteligência artificial. Se colocarmos a IA ainda temos muito para pensar”.

Ao completar 20 anos de existência, a revista *Diálogos* se consolida como um importante patrimônio da Psicologia brasileira. Os desafios para o futuro são muitos, mas a revista conta com uma base sólida, construída ao longo de duas décadas de compromisso com a qualidade, a relevância e a pluralidade.

A celebração dessas duas décadas da *Diálogos* não é apenas um momento de olhar para o passado, mas também, principalmente, de projetar o futuro. Esse diálogo, iniciado em 2004, continua vivo e dinâmico, contribuindo para a construção de uma Psicologia mais diversa, crítica e comprometida com a transformação social. ●



Acesse pelo código QR todas as edições da Revista *Diálogos*.

Conselhos Regionais de Psicologia

CRP01

SRTVN 701 Edifício Brasília Rádio
Center Sala 4024 A, Asa Norte, Brasília/
DF
CEP: 70719900
crp-01@crp-01.org.br
(61) 40421718
www.crp-01.org.br

CRP02

Rua Treze de Maio, 47,
Santo Amaro, Recife /PE
CEP: 50100160
crppe@crppe.org.br
(81) 21197273
www.crppe.org.br

CRP03

Rua Prof. Aristides Novis 27,
Federação, Salvador/BA
CEP: 40210630
gabinetediretoria@crp03.org.br
(71) 30199208
www.crp03.org.br

CRP04

Rua Tibiras 1532, 6º Andar
Lourdes, Belo Horizonte/MG
CEP: 30140061
diretoria@crp04.org.br
(31) 21386767
www.crp04.org.br

CRP05

Rua Teófilo Otonil, 93
Centro, Rio de Janeiro (RJ)
CEP: 20090070
atendimento@crprj.org.br
(21) 3613-8700
www.crprj.org.br

CRP06

Rua Arruda Alvim, 89
Jardim América, São Paulo/SP
CEP: 05410020
direcao@crpsp.org.br
(11) 30619494
www.crpssp.org

CRP07

Avenida Protásio
Alves, 2854, Sala 301
Rio Branco, Porto Alegre/RS
CEP: 90410006
direcao@crprs.org.br
(51) 33346799
www.crprs.org.br

CRP08

Avenida São José, 699
Cristo Rei, Curitiba/PR
CEP: 80050350
crp08@crppr.org.br
(41) 35007996
www.crppr.org.br

CRP09

Avenida T-2 Quadra 76, Lote, 803,
Setor Bueno, Goiânia/GO
CEP: 74210010
administracao@crp09.org.br
(62) 32531785
www.crp09.org.br

CRP10

Avenida Generalíssimo, Deodoro, 511,
Umarizal, Belém/PA
CEP: 66055240
cotec@crp10.org.br
(91) 32254491
www.crp10.org.br

CRP11

Edifício Uno Medical Office
Av. Pontes Vieira, 2340 – sala 722
Dionísio Torres, Fortaleza/CE
CEP: 60135-238
crp11@crp11.org.br
(85) 32466887
www.crp11.org.br

CRP12

Rua Professor Bayer Filho, 110
Coqueiros, Florianópolis/SC
CEP: 88080300
diretoria@crpsc.org.br
(48) 32444826
www.crpssc.org.br

CRP13

Rua Universitário Carlos Marcelo Pinto,
92, Torre, João Pessoa/PB
CEP: 58040350
crp13@crp13.org.br
(83) 32558282
www.crp13.org.br

CRP14

Avenida Fernando Correia da Costa,
2044, Joselito, Campo Grande/MS
CEP: 79004311
politica@crpms.org.br
(67) 33824801
www.crpms.org.br

CRP15

R. Cel. Murilo Otávio de Barros, 139
Gruta de Lourdes, Maceió/AL
CEP: 57052401
crp15@crp15.org.br
(82) 32418231
www.crp15.org.br

CRP16

Rua Ferreira Coelho, 330, Salas 804 a
808, Praia do Suá, Vitória/ES
CEP: 29052060
crp16@crp16.org.br
(27) 9941-9152
crp16.org.br

CRP17

Rua do Titânio, 25, Lagoa Nova,
Lagoa Nova, Natal/RN
CEP: 59076020
crprn@crprm.org.br
(84) 3301-0083
www.crprn.org.br

CRP18

Rua das Pérolas, 201,
Bairro Bosque da Saúde,
Cuiabá/MT
CEP: 78050-090
crpmt@crpmt.org.br
(65) 36277188
crpmt.org.br

CRP19

R. Campos, 281, São José, Aracaju/SE
CEP: 49015-220
crp19@crp19.org.br
(79) 32142988
www.crp19.org.br

CRP20

Rua Professor Castelo Branco (Ant. Rua
B), quadra 5, casa 01, conjunto Jardim
Yolanda Parque Dez de Novembro,
Manaus/AM
CEP: 69055-090
atendimento@crp20.org.br
(92) 35844320
www.crp20.org.br

CRP21

Rua Des. Adalberto Correia Lima, 1595
Ininga, Teresina/PI
CEP: 64050-260
coordenacao@crp21.org.br
(86) 32262614
crp21.org.br

CRP22

Rua das Sucupiras, Quadra 53, 24
Renascença I, São Luís/MA
CEP: 65075400
coordenacao@crpma.org.br
(98) 3089.0595
www.crpma.org.br

CRP23

Quadra 606 Sul Avenida LO 13, 10
Plano Diretor Sul, Palmas/TO
CEP: 77022-054
presidencia@crp23.org.br
(63) 3215 7622
crp23.org.br

CRP24

Av. dos Imigrantes, 5109
Rio Madeira, Porto Velho/RO
CEP: 76821471
crp24regiao@gmail.com
(69) 3224-3321
www.crp24.org.br



Conselho
Federal de
Psicologia

cfp.org.br